

ROL DE RESPONSÁVEIS

NOME: Antônio do Valle Ramos **CPF:** 010.041.316-15

Natureza de Responsabilidade: 132 – Dirigente máximo de UG, Titular da Unidade ou Substituto do Titular

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas

Período de Gestão: 01/01 a 31/12/2010

Período de Férias: 05/05 a 06/06/2010

Portaria nº 267/2009, publicada no DOU em 20/04/2009

Endereço Residencial: Rua Farnese Maciel, 500 – Patos de Minas/MG – CEP: 38.700.178

Endereço Eletrônico: Antonio.valle@agricultura.gov.br

NOME: Vinicius Ramalho **CPF:** 025.913.396-51

Natureza de Responsabilidade: 132 – Dirigente máximo da UG, Titular da Unidade ou Substituto do Titular4

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas

Período de Gestão: 30/07/2010 a 31/12/2010

Período de Férias: -

Portaria nº 546/2010, publicada no DOU em 30/07/2010

Endereço Residencial: Rua da Bahia, 1449 – BH/MG – CEP.: 30.160.012

Endereço Eletrônico: Vinicius.ramalho@agricutlura.gov.br

NOME: Kelly Vieira Dornas Batista **CPF:** 670.033.971-53

Natureza de Responsabilidade: 131 – Responsável pelo Planejamento

Período de Gestão: 24/08 a 31/12/2010

Período de férias: 22/04 a 21/05/2010

Portaria nº 613/2010, publicada no DOU em 24/08/2010

Endereço Residencial: Rua Caraça, 248 – AP.401 – BH/MG – CEP.: 30.220.260

Endereço Eletrônico: Kelly.batista@agricutura.gov.br

NOME: Gil Teixeira da Silva Filho **CPF:** 310.499.406-44

Natureza de Responsabilidade: 131 – Responsável pelo Planejamento (Substituto)

Período de Gestão: 28/09/2010 a 31/12/2010

Período de Férias: 08/01 a 22/01/2010 13/07 a 27/07/2010

Portaria nº 929/2010, publicada no DOU em 28/09/2010

Endereço Residencial: Rua dos Otoni, 66 – AP.901 – BH/MG – CEP.: 30.320.400

Endereço Eletrônico: Gil.naves@agricultura.gov.br

NOME: Paulo Marcos de Paula Lima **CPF:** 353.820.406-30

Natureza de Responsabilidade: 103 - Ordenador de Despesas por Delegação de Competência

Período de Gestão: 04/01/2010 a 31/12/2010

Período de Férias: 03/02 a 12/02/2010..... 01/07 a 10/07/2010 13/10 a 22/10/2010

Portaria nº 285/2010, publicada no DOU em 04/01/2010

Endereço Residencial: Av.Dr.Sylvio Menicucci,878 – Lavras/MG – CEP.: 37.200.000

Endereço Eletrônico: Paulo.marcos@agricultura.gov.br

NOME: Luiz Raphael Vieira **CPF.:** 961.179.746-04
Natureza de Responsabilidade: 103 – Ordenador de Despesas por Delegação de Competência (Substituto)
Período de Gestão: 01/12/2010 a 31/12/2010
Período de Férias: 03/11 a 02/12/2010
Portaria nº 477/2010, publicada no DOU em 01/12/2010
Endereço Residencial: Rua Tereza Mata Valadares, 820 – Buritis-BH/MG – CEP.: 30.575.160
Endereço Eletrônico: Luiz.vieira@agricultura.gov.br

NOME: Humberto Ferreira de Carvalho Neto **CPF:** 258.259.506-30
Natureza de Responsabilidade: 132 – Dirigente Máximo da UG, Titular da Unidade ou Substituto do Titular
Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas
Natureza de Responsabilidade: 103 – Ordenador de Despesas por Delegação de Competência
Período de Gestão: 01/01 a 31/12/2010
Período de Férias: 01/02 a 12/02/2010..... 30/10 a 16/11/2010
Portaria nº 536/2009, publicada no DOU em 23/07/2009
Portaria nº 545/2010, publicada no DOU em 30/07/2010 – EXONERAÇÃO
Portaria nº 478/2010, publicada no DOU em 01/12/2010
Endereço Residencial: Rua General Dionísio Cerqueira,333 – AP.202 – Gutierrez – BH/MG – CEP.: 30.430.140
Endereço Eletrônico: Humberto.neto@agricultura.gov.br

NOME: Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini **CPF.:** 830.381.676-49
Natureza de Responsabilidade: 103 – Ordenador de Despesas por Delegação de Competência (Substituto)
Período de Gestão: 01/12/2010 a 31/12/2010
Período de Férias: 21/01 a 30/01/2010 13/10 a 21/10/2010 13/12 a 22/12/2010
Portaria nº 479/2010, publicada no DOU em 01/12/2010
Endereço Residencial: Rua Silvana da Conceição,27 – Alto Bela Vista – Santa Luzia/MG – CEP.: 33.010.490
Endereço Eletrônico: Lygia.bortolini@agricultura.gov.br

NOME: José Alves de Avelar **CPF.:** 251.648.806-87
Natureza de Responsabilidade: 103 – Ordenador de Despesas por Delegação de Competência
Período de Gestão: 01/01 a 31/12/2010
Período de Férias: 04/01 a 10/01/2010 01/07/ a 23/07/2010
Portaria nº 92/2002, publicada no DOU em 04/04/2002
Endereço Residencial: Rua Santa Marta,560 – AP.104 – Horto – BH/MG – CEP.: 31.030.090
Endereço Eletrônico: Joseavelar@agricultura.gov.br

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

março/2011

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e da Portaria CGU nº 2546/10.

Belo Horizonte, março de 2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACS – Área Natural de Coleta Sementes
ACS-AM – Área Alterada de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas
ACS-AS – Área Alterada de Coleta de Sementes
ACS-MS – Área de Coleta de Sementes com Matrizes Selecionadas
ACS-NM – Área Natural de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas
ADMSEDE – Atender Despesas da Administração com Manutenção
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
APPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
APS – Área de Produção de Sementes
APS – Área de Produção de Sementes
ATIVOS – Remuneração de Pessoal Civil Ativo da União
CAPACITA – Cursos Servidores Públicos
CCPS – Central de Coleta e Processamento de Sêmen
CEAS - Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV
CERTORGAN – Certificação de Produtos Orgânicos de Alimentos
CFIC – Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
CGAA – Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins
CGC – Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura CSM – Coordenação de Sementes e Mudas
CGPLAN – Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão
CGQV – Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
CGU/PR – Controladoria Geral da União
COA – Certificado Oficial de Análise
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CSR – Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade
CTTP – Comissão Tripartite Paritária Permanente
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DEFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DESENORG – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico
DG SANCO – Direção Geral da Saúde e da Proteção do Consumidor (Comissão Européia)
DIEL/SDC – Departamento de Infra-Estrutura e Logística
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DPDAG – Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário
DSA – Departamento de Saúde Animal
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
ED – Elemento de Despesa
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca
EET – Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
EMATER MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG FEMA – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais / Fazenda Experimental Machado

EQC-SP- Estação Quarentenária de Cananéia em São Paulo
ERAS – Estabelecimento Rural Aprovado
ERPCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças
ERPCVEGETAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Praga
ERRADMOSCA – Mosca da Carambola
EV-UFMG – Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais
FAZU – Faculdades Associadas de Uberaba
FEBREAFTOS – Erradicação da Febre Aftosa
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX – Agrotóxicos
FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCALPEC – Fiscalização de Serviços Pecuários
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudas
FISCANIMAL – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal
FISCINAN – Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal
FISCONTRATO – Fiscalização de Contrato de Repasse
FISCORGEN – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FISCPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes
FISPROMVET – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FIV – Fertilização in Vitro
FTP – Protocolo de Transferência de Arquivos
FUNDECITRUS – Fundo de Defesa da Citricultura
FVO – Food and Veterinary Office
GAPCAFE – Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira
GAPSDC – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
GAVEA – Grupo de Atenção Veterinária Especial em Avicultura
GEOAVES – sinônimo de GEODSA
GEODSA – Sistema de Georeferenciamento de Dados da Suinocultura e Avicultura para cadastros, emissão e transmissão de dados de Guias de Trânsito Animal de Aves e Suínos utilizado por médicos veterinários habilitados e serviço oficial estadual
GEOSUINOS – sinônimo de GEODSA
GTA – Guia de Trânsito Animal
GTQV – Grupo Técnico da Qualidade Vegetal
IAT – Informe de Avaliação Toxicológica
ID – Indicador de Desempenho
IG – Indicações Geográficas
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
INATPENS – Pagamento de Aposentadorias e Pensões
INDGRAF – Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário
INOVAGRO – Fomento à Inovação no Agronegócio
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal
IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
LABANIMAL – Laboratório Animal
LANAGRO MG – Laboratório Nacional Agropecuário em MG

LAVEGETAL – Laboratório de Apoio Vegetal
MANUTCRH – Administração da Unidade
MANUTSFAS – Administração da Sede
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OECD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEM – Orientação Estratégica do MAPA
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
OIE – Organização Internacional de Epizotias
ONG – Organização Não Governamental
PADCLASSIF – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais
PAP – Plano Agrícola e Pecuário
PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação Doenças Animais
PCEVEGETAL – Prevenção Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais
PCSt – Pomar de Sementes Testado
PI – Plano Interno
PN – Próprio Nacional
PNCB – Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoero
PNCEBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose
PNCRB – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura
PNCRC – Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes
PNCRH – Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espóngiforme Bovina
PNSA – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças de Aves
PNSE – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças dos Equídeos
PNSS – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças dos Suídeos
POPs – Procedimentos Operacionais Padronizados
PPA – Plano Plurianual
PROMOCOOP – Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo
PROTCULTIV – Proteção e Fiscalização de Cultivares
PSC – Pomar Clonal de Sementes
PSCH – Pomar Clonal para Produção de Sementes Híbridas
PSM – Pomar de Sementes por Mudas
PSMt – Pomar de Sementes Testado
PTRES – Plano de Trabalho Resumido
RASTREAB – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistema Rastreamento
REF – Regime Especial de Fiscalização
REGENAGRO – Fomento e Uso Sustentável de Recursos Genéticos
RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas
RESÍDUOS – Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes nos Animais e Vegetais
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SENASA – Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar da Argentina

SESAG – Serviço de Suporte Agropecuário
SFA/MG – Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal
SIDAGRO – Sistema de Defesa Agropecuária
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
SIORG – Sistema de Informação Orçamentária e Gerencial
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
SIPOA – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bufalina
SMP – Setor de Manutenção Predial
SMR – Sistema de Mitigação de Risco
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRI – Secretaria de Relações Internacionais
SSA – Serviço de Saúde Animal
SSV – Serviço de Sanidade Vegetal
TCU – Tribunal de Contas da União
TE – Transferência de Embrião
UF – Unidade Federativa
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UJ – Unidade Jurisdicionada
UTLA – Unidade Técnica Local de Agricultura
UTRA – Unidade Técnica Regional de Agricultura
VIGIAGRO – Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária
VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	17
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	26
Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	56
Quadro A.2.3 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	58
Quadro A.2.4 – Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos Recebidos por Movimentação	59
Quadro A.2.5 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	59
Quadro A.2.6 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	60
Quadro A.3.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	95
Quadro A.4.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010	96
Quadro A.4.2 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2010	97
Quadro A.4.3 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010	97
Quadro A.4.4 – Composição do Quadro de Estagiários	98
Quadro A.4.5 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	98
Quadro A.4.6 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	99
Quadro A.4.7 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de obra	99
Quadro A.4.8 – Distribuição do Pessoal Contratado mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de obra	100
Quadro A.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	101
Quadro A.5.2 – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	101
Quadro A.5.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e exercícios seguintes	102
Quadro A.5.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse	102
Quadro A.6.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	104
Quadro A.7.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	106
Quadro A.8.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	107
Quadro A.8.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	108
Quadro A.8.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	108
Quadro A.9.1 – Gestão de TI da UJ	109
Quadro A.10.1 – Declaração do Gestor de Convênios.....	110
Quadro A.10.2 – Declaração do Gestor de Contratos.....	110
Quadro A.11.1 – Declaração de Bens e Rendas.....	111
Quadro B.1.1 – Declaração do Contador com Ressalva.....	112

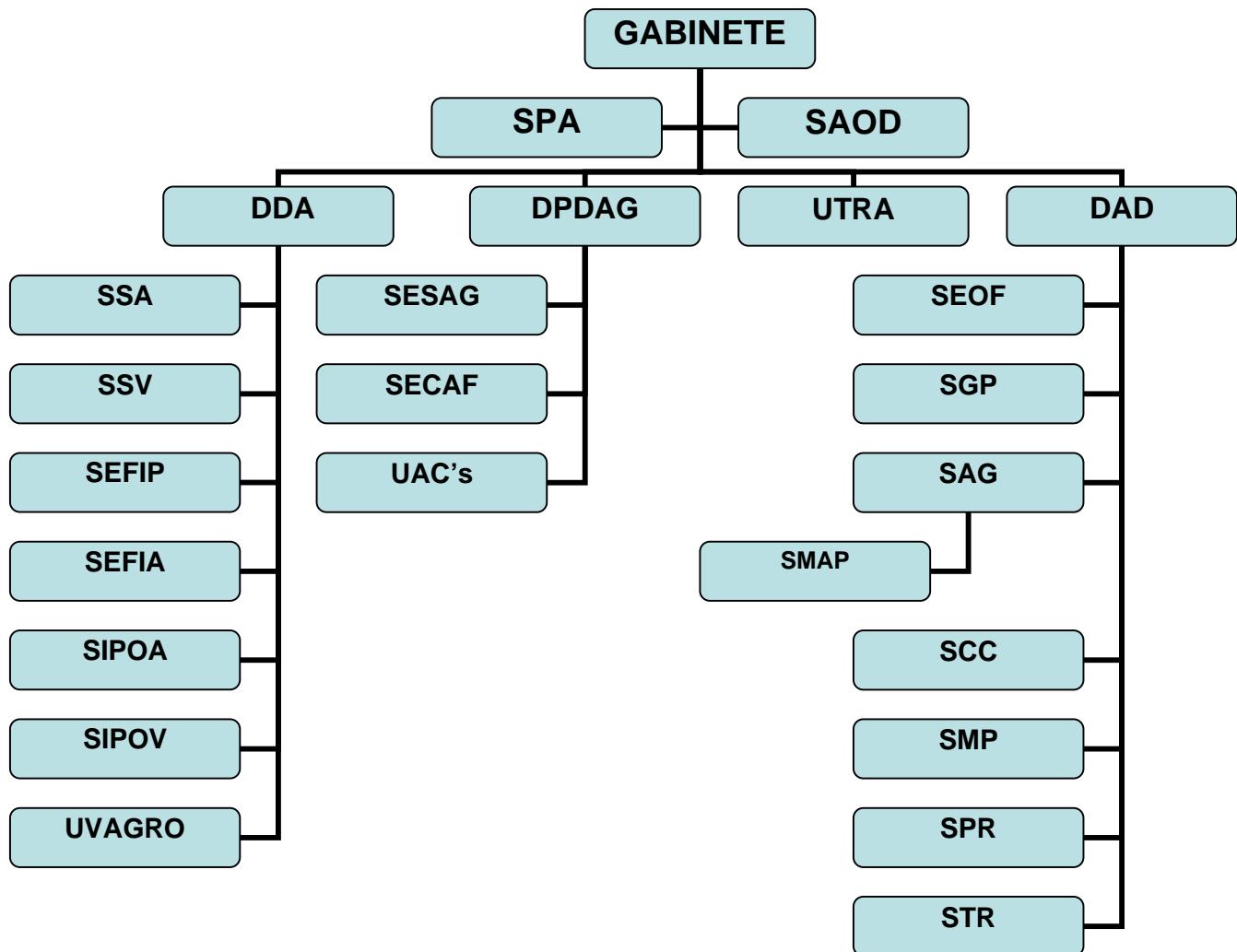
SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Lista de Abreviações e Siglas.....	05
Lista de Tabelas, Gráficos, Declarações.....	09
Sumário.....	10
Organograma Funcional.....	13
Introdução.....	14
Desenvolvimento do Conteúdo.....	17
A. Parte A do Anexo II da DN TCU N° 107/2010 – Conteúdo Geral.....	17
1. Parte A, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010.....	17
1.1 Relatório de Gestão Individual.....	17
2. Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010.....	17
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	17
2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	25
2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	26
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	26
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ.....	56
2.3.2.1 Análise Crítica.....	58
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	58
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	58
2.4.1.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	58
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa.....	59
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	59
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	59
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	59
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	60
2.4.3 Indicadores Institucionais.....	60
2.4.3.1 Ação 2134-2201: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1.....	60
2.4.3.2 Ação 8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL.....	62
2.4.3.3 Ação 4738: Erradicação da Mosca da Carambola.....	62
2.4.3.4 Ação 4745: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN.....	63
2.4.3.5 Ação 2019: Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE.....	64
2.4.3.6 Ação 2124: Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN.....	65
2.4.3.7 Ação 2140: Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET.....	66
2.4.3.8 Ação 8938: Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal – INSPANIMAL3.....	67
2.4.3.9 Ação 4723: Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes nos Animais e Vegetais – RESÍDUO.....	68
2.4.3.10 Ação 2181: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL.....	69
2.4.3.11 Ação 2180: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA.....	69
2.4.3.12 Ação 2b47: Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – INDGRAF.....	70

2.4.3.13 Ação 2277: Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira – GAPCAFE.....	71
2.4.3.14 Ação 8598: Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC.....	71
2.4.3.15 Ação 8622: Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo – PROMOCOOP2.....	71
2.4.3.16 Ação 8560: Fomento à Inovação no Agronegócio – INOVAGRO.....	71
2.4.3.17 Ação 4720: Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1.....	71
2.4.3.18 Ação 2272: Gestão e Administração do Programa – GAPSAC.....	71
2.4.3.19 Ação 8606: Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico – DESENORG.....	71
2.4.3.20 Ação 8949: Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – REGENAGRO.....	72
2.4.3.21 Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR.....	72
2.4.3.22 Ação 2B17: Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO.....	72
2.4.3.23 Ação 2177: Fiscalização de serviços agrícolas – FISCAGRIC1.....	73
2.4.3.24 Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOSA.....	74
2.4.3.25 Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL.....	74
2.4.3.26 Ação 2181 e 2139: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional e do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.....	75
2.4.3.27 Ação 8592: Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB1.....	77
2.4.3.28 Ação 8939: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL1.....	80
2.4.3.29 Ação 4746: Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – PADCLASSIF.....	81
2.4.3.30 Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM1.....	82
2.4.3.31 Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI.....	90
2.4.3.32 Ação 2909: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX.....	92
3. Parte A, Item 4, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	95
3.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	95
3.2 Análise Crítica.....	95
4. Parte A, Item 5, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	96
4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	96
4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	97
4.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	98
4.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	98
4.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	99
4.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	100
5. Parte A, Item 6, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	101
5.1 Transferências Efetuadas no Exercício.....	101
5.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010.....	101
5.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	101
5.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.....	102
5.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.....	102
5.2 Análise Crítica.....	103
6. Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	104
6.1 Estrutura de Controles Internos da UJ.....	104
7. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	106
7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	106

8. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU nº107, de 27/10/2010.....	107
8.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	107
9.Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	109
9.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	109
10.Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	110
10.1 Declaração do Gestor de Convênios.....	110
10.2 Declaração do Gestor de Contratos.....	110
11.Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	111
11.1 Declaração de Bens e Rendas.....	111
B.Parte B do Anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Informações Contábeis da Gestão.....	112
11.Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.....	112
11.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa.....	112
Resultados e Conclusões.....	113
Anexos.....	115

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme a Portaria – TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, a Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 e a Resolução TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010. O documento está dividido em duas partes, sendo a Parte A, com o Conteúdo Geral e a Parte B, com Informações Contábeis da Gestão. O Conteúdo C, com Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, Não se Aplica, pois será feito pela Sede, em Brasília/DF.

Abaixo estão relacionados os itens que Não se Aplicam.

No Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, no título “Informações sobre os Resultados Alcançados”, a informação Não se Aplica, pois no documento “Espelhos de Programas e Ações do MAPA – PPA 2008-2011”, a informação não é referenciada para as ações. Os Programas são executados pelas Coordenações Centrais em Brasília/DF.

No Quadro A.2.5 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ, nos itens “Despesas de Pessoal” e “Juros e Encargos da Dívida”, a informação Não se Aplica, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Gestora.

No Quadro A.2.6 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ , nos itens “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”, a informação Não se Aplica, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Gestora.

No Quadro A.2.8 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação, nos itens “Despesas de Pessoal” e “Juros e Encargos da Dívida”, a informação Não se Aplica, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Gestora.

No Quadro A.2.9 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação, nos itens “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”, a informação Não se Aplica, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Gestora.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa, a informação Não se Aplica, uma vez que a informação é de competência da Unidade Central.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes, a informação Não se Aplica, uma vez que a informação é de competência da Unidade Central.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital, a informação Não se Aplica, uma vez que a informação é de competência da Unidade Central.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas, a informação Não se Aplica, uma vez que a informação é de competência da Unidade Central.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, a informação Não se Aplica à Unidade, pois é de competência do órgão central.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa, a informação Não se Aplica à Unidade, pois é de competência do órgão central.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 3.1 “Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos”, do Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, a informação Não se Aplica, tendo em vista a ausência desta situação na Unidade Gestora.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, no Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010, a Unidade não possui cadastro destas informações. A Coordenação-Geral/MAPA informou quantidade acima da quantidade de servidores ativos.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, no Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12/2010, a Unidade não possui cadastro destas informações. A Coordenação-Geral/MAPA informou quantidade acima da quantidade de servidores ativos.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, no Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse, a informação Não se Aplica. Está em vigência o Convênio de 2009 com Aditivo de 2010 e prazo de vencimento: 21/05/2011. A situação encontra-se regular, conforme proposta que consta no SICONV: 001877/2009.

No Quadro A.8.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, em localização geográfica do Exterior, a informação Não se Aplica, pelo fato da SFA/MG não possuir imóveis no exterior sob sua jurisdição.

No item 11.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa, a SFA/MG teve restrições no balanço no mês de dezembro de 2010, sendo assim, foi emitida pela Coordenação de Contabilidade, em Brasília, a Declaração com Ressalva.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 11.1 “Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ”, a informação Não se Aplica, tendo em vista a ausência desta situação na Unidade Gestora. Não se Aplica também nos itens: 11.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida; 11.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física; 11.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica; 11.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária; 11.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas; 11.7 Comunicações à RFB; 11.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas; 11.9 Declaração e 11.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB, pelo fato da SFA não ter renúncia fiscal.

Na numeração da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, em 12.1 “Deliberações do TCU atendidas no exercício” e em 12.2 “Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício”, a informação Não se Aplica, pois não houve ocorrência no exercício de 2010. Também, em 12.3 “Recomendações do OCI atendidas no exercício” e em 12.4 “Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício”, a informação Não se Aplica, pois não houve auditoria da CGU em 2009. Portanto, não houve recomendação de 2010.

O item 13, da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, sobre Cartões de Pagamento do Governo Federal, Não se Aplica, pois em 2010 a SFA/MG não utilizou o cartão corporativo.

Na Ação 2277 a execução física e financeira das ações realizadas pela UJ Não se aplica, tendo em vista que as despesas desta Ação não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Sendo assim, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.

A Ação 8598 refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio da ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

A Ação 8622 refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio da ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

A Ação 8560 refere-se à PI/Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Na Ação 4720 a execução física e financeira das ações realizadas pela UJ Não se aplica, pois refere-se a PI/Ação que está sob a gerência direta da COAGRE/MAPA - Sede (Brasília), não havendo, desta forma, uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Na Ação 2272 a execução física e financeira das ações realizadas pela UJ Não se aplica, pois refere-se a PI/Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Na Ação 8949 a execução física e financeira das ações realizadas pela UJ Não se aplica, pois refere-se à PI/Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Na Ação 8611 a execução física e financeira das ações realizadas pela UJ Não se aplica. Esta ação tem sua programação orçamentária efetuada a nível central sendo que, a cada demanda, foi feita a solicitação de descentralização de recursos para os deslocamentos necessários à SDC/MAPA, com atendimento tempestivo. Ação realizada por demanda e com gerência em Brasília/DF.

Na Ação 2B17 a execução física e financeira das ações realizadas pela UJ Não se aplica, pois a Ação é realizada por demanda e com gerência em Brasília/DF.

Tendo em vista que as despesas da Ação 2277: Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira – PI: GAPCAFE não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência. Portanto, a programação orçamentária e execução orçamentária, Não se aplica.

O desempenho financeiro de outras atividades desenvolvidas pela SFA/MG encontram-se em anexo.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 002773	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: SFA/MG			
Código SIORG: 002773	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130056	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Fiscalização		Código CNAE: 8413	
Telefones/Fax de contato:	(31) 3250-0300	(31) 3250-0306	(31) 3250-0314
E-mail: gab-mg@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Raja Gabaglia, 245 - Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG - CEP: 30380-103			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962; Decreto nº 7.127, de 04/03/2010; Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se aplica.	Não se aplica.		

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais – SFA/MG é a unidade representativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com Sede em Belo Horizonte, responsável por promover a defesa da produção agropecuária, estabelecida no Plano Agrícola e Pecuário – PAP.

Neste PAP 2010-2011, o Governo Federal reitera o incentivo ao médio produtor, que vai dispor de mais recursos para viabilizar sua produção. Os grandes produtores também terão suas necessidades financeiras atendidas, assim como os pequenos agricultores. Entre as metas deste plano estão o crescimento da produção agrícola; a redução do impacto do custo para o produtor rural; a garantia do abastecimento interno; e o aumento da participação no mercado externo.

Os objetivos do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 são: aumentar o volume total de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sobretudo as taxas controladas; melhorar a liquidez e reduzir os custos financeiros para o produtor; apoiar a comercialização; ampliar a cobertura do seguro rural; reforçar o apoio ao médio produtor rural; estimular o desenvolvimento sustentável da agropecuária, incentivando especialmente a agricultura de baixo carbono; incentivar as boas práticas agrícolas e pecuárias; aprimorar e fortalecer o sistema de armazenagem para a produção rural; fortalecer as cooperativas do setor agropecuário; fortalecer a produção de biocombustíveis.

As Orientações Estratégicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (OEM) foram elaboradas a partir das determinações contidas nas Orientações Estratégicas de Governo e no Manual de Elaboração do PPA 2008-2011, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além dos conteúdos estabelecidos em seu Plano Estratégico e outros documentos internos.

Na elaboração destas OEM/MAPA e na elaboração do Plano Estratégico foi realizada discussão interna que envolveu toda a gerência do Ministério e técnicos representantes das diversas unidades organizacionais do MAPA e de suas entidades vinculadas.

Os Objetivos Setoriais do MAPA para o PPA 2008-2011 foram definidos a partir das Orientações Estratégicas de Governo, do Plano Estratégico do MAPA e do Diagnóstico Setorial. São eles: “Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio”; “Aumentar a produção de Produtos Agropecuários Não-Alimentares e Não-Energéticos”; “Garantir a Segurança Alimentar”; “Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética”.

Para que a consecução dos Objetivos Setoriais seja efetiva, o MAPA definiu as suas Políticas, previstas para o PPA 2008-2011 e os temas por elas abrangidos que são: 1) fortalecer a Defesa Agropecuária e assegurar a qualidade dos alimentos e insumos; 2) fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica agropecuária; 3) fomentar a Produção e Estimular o Aumento de Demanda de Agroenergia; 4) estimular a Agregação de Valor Social e Econômico à Produção Agropecuária; 5) inserção competitiva e sustentável do agronegócio brasileiro no comércio internacional; 6) aperfeiçoar a política agrícola brasileira e os seus instrumentos de financiamento e apoio à comercialização de agronegócio; 7) estimular e apoiar o desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo no Brasil; 8) promoção de Práticas Agropecuárias Ambientalmente Sustentáveis; 9) estabelecer a gestão do conhecimento e da informação do MAPA; 10) implementar a Excelência Administrativa no MAPA.

As ações desenvolvidas pelos técnicos e equipe de apoio desta SFA garantem à sociedade, qualidade nos alimentos e nos insumos utilizados pela cadeia produtiva do agronegócio. Por sua vocação agrícola, o Estado de Minas Gerais contribui sobremaneira, para o crescimento desse Setor que, nos últimos anos bate recorde de exportação e é o maior responsável pelo superávit da balança comercial. O agronegócio gera emprego, divisas e energia, além de abastecer o mercado interno, principais compromissos do Governo, definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009, que apresenta as diretrizes da política agrícola para a safra que se inicia, com base nos indicadores de fortalecimento e expansão do setor agropecuário brasileiro e na consolidação de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, além do aumento da inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional, buscando aprimorar os instrumentos de política agrícola e adequá-los ao comportamento dos mercados interno e externo e do cenário macroeconômico, sempre em harmonia com as demais políticas públicas, visando assegurar níveis adequados de apoio ao setor que permitam seu crescimento sustentável.

Para o cumprimento de suas atribuições, esta Superintendência tem como instrumentos normativos os itens descritos no Quadro A.1.1 – Identificação da UJ e conta com o trabalho de: 01 Divisão de Defesa Agropecuária – DDA; 01 Divisão de Apoio Administrativo – DAD; 01 Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG; 01 Serviço de Saúde Animal – SSA; 01 Serviço de Sanidade Vegetal – SSV; 01 Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP; 01 Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA; 01 Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA; 01 Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV; 01 Serviço de Suporte Agropecuário – SESAG; 01 Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF; 01 Serviço de Gestão de Pessoas – SGP; 01 Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA; 01 Seção de Atividades Gerais – SAG; 01 Seção do Café – SECAF; 01 Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD; 01 Setor de Material e Patrimônio – SMP; 01 Setor de Transporte – STR; 01 Setor de Protocolo – SPR; 01 Setor de Compras e Contratos – SCC; 01 Setor de Manutenção Predial – SMAP; e 20 Unidades Técnicas, distribuídas no Estado de Minas Gerais.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários é responsável pelas ações de fiscalização dos insumos e serviços pecuários, no âmbito estadual, com objetivo de assegurar a qualidade do material genético animal, dos alimentos destinados ao consumo animal, e dos produtos de uso veterinário.

A qualidade dos insumos e serviços pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas, produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Relativamente à ação referente a Fiscalização de Material Genético Animal destaca-se, ao longo dos anos, que as dificuldades na obtenção de recursos vêm aumentando. Em 2010, houve grande contingenciamento de recursos, dispondo apenas de R\$ 9.074,10, o que representou um corte de cerca de 50% em relação a 2009. Em comparação a 2007, houve redução de 68% dos recursos descentralizados. Ainda assim, foi atingida mais de 90% da meta prevista, a custa de esforço e desdobramento da equipe de fiscais envolvida, que realizou 60 fiscalizações no ano de 2010 ao custo de R\$151,24 cada, representando cerca de 50% do custo estimado em 2009. No entanto, a se manter a situação atual, dificilmente poderá ser mantida a mesma média de fiscalizações em 2011, tendo em vista o aumento considerável de todos os recursos necessários à fiscalização ocorrido em 2010.

É importante mencionar também alguns fatores que limitaram a execução das atividades do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários. Temos um quadro reduzido de Fiscal Federal Agropecuário atuando na atividade específica do Serviço, sendo que alguns não possuem a qualificação necessária, principalmente os médicos veterinários lotados nas Unidades Regionais da SFA/MG, atuando no atendimento a diversos Programas/Ações, comprometendo assim a disponibilidade de tempo dedicado às fiscalizações afetas ao Serviço.

Apesar disso, os números são bastante favoráveis, destacando-se sobretudo a arrecadação da ordem de R\$ 1.328.584,73 do Serviço no exercício de 2010.

Com relação à ação de Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal, os resultados são extremamente positivos, com a descentralização de 30% mais recursos em 2010 que em 2009, o que é um reconhecimento direto da grande importância da atividade para a sociedade brasileira, cada vez mais reconhecida ao longo dos anos. Foram conduzidas 653 fiscalizações de fabricantes de produtos para alimentação animal em 2010, o que representou 108% da meta estimada.

A ação de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário vem alcançando, ano a ano, destaque no cenário da fiscalização pecuária, e em 2010 não foi diferente. Todos os indicadores são positivos, havendo um aumento da ordem de 12% no aporte de recursos para a ação, e as atividades de fiscalização superaram a meta prevista em 125%.

A Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário foi criada através da Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010 para dar suporte e apoio no âmbito do Estado de Minas Gerais aos

programas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, Secretaria de Política Agrícola – SPA, Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, além do atendimento a demandas eventuais da Secretaria de Relações Internacionais – SRI, entre outras, em caso de demanda específica.

A Divisão, conta na sua estrutura com o Serviço de Suporte Agropecuário e a Seção do Café, os quais tem entre suas ações a promoção, orientação e acompanhamento de execução das atividades relativas ao desenvolvimento rural, às políticas de crédito, investimentos públicos, desenvolvimento da produção orgânica e acompanhamento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, sistemas de produção integrada, indicação geográfica, aviação agrícola, além da coordenação e acompanhamento das atividades de guarda, conservação dos cafés estocados e a execução das políticas cafeeiras e de agroenergia.

As atividades desenvolvidas coadunam-se com a missão da SFA/MG de promover e acompanhar no âmbito do Estado de Minas Gerais a execução das Políticas Agrícolas emanadas do Governo Federal através do MAPA em integração e parcerias com o poder público estadual, municipal, entidades de classe, cooperativas agropecuárias e entidades não-governamentais, buscando o desenvolvimento agrícola e pecuário, fazendo parte das ações de projetos internos constantes do PPA 2008-2011. Segundo orientações e critérios emanados dos órgãos centrais, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Secretaria de Produção e Agroenergia e Secretaria de Defesa Agropecuária é elaborada a programação das atividades a serem desenvolvidas no ano, tendo em vista as particularidades e prioridades relativas ao Estado de Minas Gerais, de forma participativa com os integrantes do setor, objetivando torná-la mais objetiva e eficiente, contemplando metas e objetivos institucionais, bem como meios e recursos materiais necessários à sua operacionalização. As ações desenvolvidas atendem as diretrizes de planejamento estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as quais, em última análise, objetivam o atendimento à missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Além das atividades pré-planejadas, algumas atividades da Divisão são realizadas conforme demanda. Ressalta-se que o Serviço de Suporte Agropecuário desenvolve ações de fomento e fiscalização agropecuária.

No ano de 2010, o referido Serviço executou programas relacionados às políticas de desenvolvimento do setor agropecuário, quais sejam:

- Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual: visa atender as demandas e interesses socioeconômicos e tecnológicos da sociedade com relação à garantia dos direitos relativos à propriedade intelectual;
- Desenvolvimento da Economia Cafeeira: busca promover o aumento de divisas e empregos pela geração de renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café;
- Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio: objetiva a contribuição para a garantia da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, tendo por princípio, a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade;
- Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade: visa à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais assegurando a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade;
- Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário: visa atender demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário, apoiando iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria;
- Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários: visa salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos

insumos básicos colocados à disposição dos produtores. Trata-se de uma atividade recém incorporada ao Serviço de Suporte Agropecuário, cuja finalidade é assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e a sustentabilidade ambiental.

Os recursos utilizados no decorrer do ano foram suficientes para o atendimento das demandas dos Projetos Internos desenvolvidos pelo Serviço. Cabe ressaltar que, com exceção dos recursos relacionados à ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário, os quais foram escassos, levando-se em conta o potencial de Indicação Geográfica e dos projetos de Denominação de Origem, ora em curso, no Estado de Minas Gerais.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, instituído pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, tem como objetivo executar as atividades de Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas e de Padronização e Classificação Vegetal.

Em 2010 as Fiscalizações tanto dos Estabelecimentos Produtores, Padronizadores e Importadores de Vinhos e Bebidas, bem como dos Estabelecimentos que embalam e comercializam produtos vegetais destinados ao consumo humano, foram realizadas conforme previsto nos planos operativos atendendo plenamente as metas programadas.

A ação Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal beneficiou-se com a aprovação dos Procedimentos Operacionais Padrão – POP's das atividades de Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas, através da Portaria SDA nº 272, de 09 de junho de 2010, publicada no Boletim de Pessoal extraordinário nº 32, de 11 de junho de 2010 que estabeleceu metodologias de fiscalização de alta eficiência disponível aos Fiscais Federais Agropecuários atuantes nesta atividade, caracterizando-se também como ferramenta de gestão aplicada ao acompanhamento dos trabalhos realizados.

Assim como a ação anteriormente citada, as atividades programadas no exercício de 2010 dentro da ação Padronização e Classificação de Produtos Vegetais foram satisfatoriamente executadas pela equipe técnica do Serviço e os resultados obtidos confirmam a importância estratégica do trabalho executado pela SFA/MG, observada a condição de destaque do Estado como um dos maiores produtores de grãos, hortícolas e outros perecíveis. Temos a considerar ainda que a condição do Estado como grande mercado consumidor requer ações precisas e objetivas de competência deste Ministério relativas à Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, programa no qual a ação/atividade Padronização e Classificação de Produtos Vegetais encontra-se inserida. Acrescenta-se que além das metas preestabelecidas no plano operativo anual, foram implementados esforços para o atendimento às solicitações da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço de Saúde Animal, visam à manutenção da condição sanitária do Estado de Minas Gerais por meio dos programas sanitários nacionais já instituídos como, por exemplo, o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, Programa Nacional de Sanidade Avícola, Programa Nacional de Sanidade Suína, Programa Nacional de Sanidade Eqüina, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias. Com a publicação do novo Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura em junho de 2010, o Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV passou também a fazer parte das atividades desenvolvidas pelo Serviço. A esse Serviço compete: a promoção, orientação e controle da execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica, prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais, emissão de certificados sanitários internacionais para exportação de animais vivos e material genético de animais, anuência de importação de animais, material genético e produtos de origem animal, auditorias técnico-fiscais e operacionais de campanhas sanitárias, habilitação e capacitação de médicos veterinários para execução de atividades de saúde animal, inquéritos sorológicos e rastreabilidade animal. Também é competência do Serviço de Saúde Animal orientar e acompanhar a aplicação de normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais, controlar e

proceder as supervisões das atividades de defesa sanitária animal, propor e acompanhar realização da quarentena de animais entre outras.

O Serviço de Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura tem como missão a promoção da Sanidade Vegetal no Estado de Minas Gerais com ações de vigilância fitossanitária e de prevenção e controle de pragas, coordenação e integração dos trabalhos de todos os segmentos envolvidos no processo visando o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Compete ao Serviço, promover, orientar, acompanhar, programar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária, prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais, educação fitossanitária, fiscalização das atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados, à aplicação das normas sanitárias que disciplinam a importação e exportação de vegetais, fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, convênios voltados a Defesa Sanitária Vegetal e a execução das atividades do Sistema Nacional de Avisos Fitossanitários.

Em 2010 foram realizadas ações dos programas de Segurança da Sanidade Agropecuária e de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

A missão do serviço é realizada com aplicação de medidas de prevenção, controle e fiscalização do trânsito de vegetais e partes de vegetais, potencialmente veiculadores de pragas regulamentadas e medidas de vigilância e controle de pragas presentes no Estado. O resultado das ações é o controle das pragas presentes, evitando a sua disseminação no Estado e a prevenção com relação à entrada de novas pragas o que acarreta em inúmeros benefícios para a atividade agrícola pela preservação dos cultivos, garantia de segurança alimentar pela qualidade dos produtos e manutenção e abertura dos mercados e preservação dos recursos naturais.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal está alinhado com as diretrizes do DIPOA/SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a responsabilidade de prevenir e controlar doenças animais de interesse econômico e de saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal.

A atuação do Serviço de Inspeção Federal – SIF é importante para assegurar a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo. A qualidade destes produtos e de seus insumos depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos, com o objetivo de evitar riscos à saúde do consumidor e fraudes econômicas.

O ano de 2010 foi muito importante para o Serviço, pois foi possível realizar muitos treinamentos de servidores, aquisição de veículos oficiais, material de informática e escritório – possibilitando melhorar a qualidade dos serviços prestados ao público. Ressalte-se, que grande parte destas aquisições, foi destinada às Unidades Técnicas Regionais da SFA/MG.

A disponibilização regular dos recursos aliados ao investimento em capacitação de pessoal e material de apoio possibilitou ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal colher bons resultados dentro das metas físicas e financeiras traçadas no ano anterior.

Dentro das ações de inspeção e fiscalização de rotina, vale destacar as diversas ações no combate à fraude em produtos de origem animal: incorporação de soro no leite, adição de água em carcaças de frango, fraude do “glaze” (capa de gelo) no pescado e fraude por adição de coadjuvantes de tecnologia em carnes (caldas para aumento de peso). Nestas ações, alguns estabelecimentos sob SIF foram interditados total ou parcialmente, somente retornando à produção normal após regularização da suas linhas de produção.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária visam exclusivamente impedir a entrada e disseminação de pragas de vegetais e de agentes causadores de doenças em animais, oriundas de outros países e certificar a qualidade, a fitossanidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais exportados.

Em 2010, os resultados foram alcançados na Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos, demonstrando que a demanda dos importadores e exportadores pelos Serviços das Unidades de Vigilância Agropecuária do Estado de Minas Gerais vem aumentando significativamente a cada ano, consolidando o desembarque aduaneiro através dos portos secos localizados nas zonas secundárias, e contribuindo na agilização e desoneração dos processos de entrada e saída de produtos agropecuários importados ou exportados pelo Estado de Minas Gerais. Entretanto, nas ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos ocorreu uma pequena diminuição na execução das metas físicas no último semestre do ano. Considerando que esta execução é fruto das demandas dos importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, e sua intensidade é em função do maior ou menor volume desses produtos comercializados, bem como do trânsito de pessoas, pode-se concluir que a diminuição na execução das metas físicas é consequência da diminuição desta demanda.

Com a execução de fiscalização em 100% dos produtos agropecuários importados e exportados através das unidades de vigilância agropecuária localizadas no Estado de Minas Gerais afirmamos que os objetivos finalísticos da vigilância agropecuária executada pela SFA/MG foram alcançados, uma vez que não houve notificações de surgimento de novas pragas, tampouco recebemos notificações dos países importadores de interceptação de pragas em produtos expedidos pelas unidades do Serviço.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas é responsável pelas ações de Fiscalização da Produção de Sementes e Mudas, Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos e a Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.

A ação de Fiscalização da Produção de Sementes e Mudas visa verificar a adequação desses insumos agrícolas aos padrões estabelecidos em Normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de garantir produtos de qualidade ao usuário. Desta forma as ações deste PI contribuem para a sustentabilidade do agronegócio e também do “Negócio Sementes”, desde a fase de pesquisa – desenvolvimento de cultivares – até a comercialização ao usuário. Vale destacar que este é o insumo que mais tem contribuído para o incremento da produtividade agrícola no país, pois carrega consigo informação genética resultado de muitos anos de pesquisa. As ações da fiscalização são previamente planejadas pelo Serviço, conforme orientação da Coordenação de Sementes e Mudas, mas com flexibilidade para atendimento de situações imprevistas. Tem como objetivo melhorar os níveis de conformidade e qualidade das sementes e das mudas disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência, contribuir para a sustentabilidade do agronegócio. Para garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado no território nacional, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, reembalagem, certificação, responsabilidade técnica, importação, exportação, comercialização e uso de sementes e mudas. Além de fiscalizar unidades armazenadoras, produtores, certificadores da própria produção e usuários de batata semente. Entendemos que a fiscalização de batata-semente é mais eficiente quando dirigida às unidades armazenadoras e àqueles usuários que importam material básico, principalmente quando se tratam de cultivares protegidas. Em ambos os casos é possível detectar a eventual comercialização de material importado ou reservado para uso próprio. Por outro lado é necessário fiscalizar rotineiramente os produtores e os certificadores da própria produção.

A ação de Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes tem seu foco operativo na conformidade e na qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes disponibilizados para a agronegócio brasileiro. Somente a partir dessa premissa é que produtividades mais elevadas podem ser alcançadas, impactando diretamente na oferta, tanto de *commodities* como de gêneros alimentícios em geral, com elevado padrão de qualidade.

Para essa finalidade, as atividades inerentes à ação são previamente planejadas de forma a possibilitar o alcance dessas metas de modo que, além do planejamento operacional destinado a

consecução dos resultados almejados, ações destinadas ao aprimoramento e à capacitação profissional também são rotineiramente implementadas, como forma de proporcionar uma estrutura funcional adequada ao desenvolvimento das ações propostas. Tem como objetivo melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional. As ações de inspeção e fiscalização relacionadas ao PI FISFECOI serão executadas prioritariamente em Estabelecimentos Produtores e Importadores. Sempre que possível, os FFA's integrantes da equipe técnica de execução que se encontrem lotados em unidades regionais, e em cuja área de abrangência estejam previstas fiscalizações, participarão das referidas ações objetivando a otimização dos recursos disponibilizados para a atividade. Nas regiões não assistidas por Unidades Regionais as ações de fiscalização serão desenvolvidas a partir do deslocamento dos integrantes da equipe técnica de execução, deslocamento esse sempre realizado em duplas, e em mais de uma dupla conforme a demanda verificada. A realização de ações concentradas (na forma de blitz) nos principais pólos de produção do Estado será implementada sempre que a demanda assim o determinar, e em caráter extraordinário, devendo sua execução ser previamente avaliada e planejada uma vez que promove alterações no presente planejamento. O suporte às atividades administrativas será realizado através do deslocamento dos integrantes da equipe técnica de execução até a sede da SFA em conformidade ao presente planejamento e, extraordinariamente, sempre que fatos relevantes assim o determinarem.

A ação de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins tem como meta prioritária o credenciamento e a fiscalização das pesquisas e experimentações, com agrotóxicos e afins, realizadas por entidades para fins de registro bem como controlar, fiscalizar e inspecionar a produção, a importação e a exportação dos agrotóxicos, seus componentes e afins. O consumo de agrotóxicos cresceu bastante nas últimas décadas, transformando o país em um dos líderes mundiais no consumo de agrotóxicos. Entre 1972 e 1998, a quantidade de ingrediente ativo vendido cresceu 4,3 vezes, passando de 28.043 toneladas para 121.100 toneladas/ano. O Estado de Minas Gerais, é o sexto maior consumidor de agrotóxico. Durante o ano de 2010, além do credenciamento de entidades do porte da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de Lavras (UFLA) – classificada em 3º lugar entre as melhores universidades públicas e privadas do Brasil pelo IGC/Inep/2011 – encontram-se em fase de credenciamento a Epamig FEMA e Universidade Federal de Viçosa (UFV). Dentre as entidades já credenciadas e que foram fiscalizadas encontram-se empresas nacionais como Agroteste, Epamig-CTTP, FAZU, Fundação Pró-Café e multinacionais do porte da Monsanto e Syngenta. Em Uberaba, na região do Triângulo Mineiro, existiam duas plantas para síntese e formulação de agrotóxicos. No ano de 2010 foi inaugurada a terceira planta considerada pelo setor a mais moderna da América Latina. Fiscalizações e coletas de amostras foram feitas nestas unidades com intuito de controlar a qualidade dos agrotóxicos, seus componentes e afins, frente às características do produto registrado. Além disto, a ação de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins foi responsável por desenvolver ações junto ao IMA, que é o órgão responsável pela fiscalização do comércio e do uso dos agrotóxicos em Minas Gerais. A viabilização da participação de servidores deste órgão, no Seminário Nacional de Fiscalização de Agrotóxicos (ENFISA) foi fundamental como forma de instrução, divulgação e esclarecimento para as ações de fiscalização sobre o uso correto, eficaz e no combate ao uso dos agrotóxicos falsificados e origem de descaminho. Cabe à SFA/MG e ao Serviço executar ações que garantam e mantenham a qualidade e a eficácia dos agrotóxicos produzidos em Minas e usados no Brasil e, ao mesmo tempo, diminuir o risco que a aplicação desses produtos possam oferecer ao meio ambiente e à saúde do povo brasileiro. Portanto, vale destacar que, ao contabilizarmos as conquistas do agronegócio brasileiro, com os seus sucessivos aumentos na produtividade, não podemos deixar de afirmar que, nada disto seria alcançado e não teria a sustentabilidade que possuem hoje, sem a fiscalização da produção, da pesquisa e a execução destas ações, que são o nosso trabalho.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

À Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério compete a execução das atividades e programas de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural. A SFA tem suas atribuições pautadas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428 de 09/06/2010.

Dessa forma sua missão é: “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. E a visão de futuro prevista para 2015 é: “ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”.

Para cumprir suas funções finalísticas e atender às demandas da sociedade e do Governo, a SFA/MG está diretamente vinculada aos programas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual – PPA 2008-2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é servir de elemento pavimentador da trajetória que o MAPA se propôs trilhar, coerentemente com a sua missão, onde as áreas técnicas finalísticas mantêm um constante canal de comunicação com os coordenadores de cada PI – Plano Interno, distribuídos em Programas, que são gerenciados em Brasília.

Por meio desta interlocução, são planejadas as metas, formas e ações visando o alcance eficaz e eficiente de suas finalidades. Também, por meio desta sistemática, são encaminhadas as programações para os desembolsos financeiros necessários.

As Áreas Técnicas da SFA/MG são:

- Serviço de Saúde Animal – SSA/DDA/SFA-MG;
- Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-MG;
- Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP/DDA/SFA-MG;
- Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-MG;
- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA-MG;
- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV/DDA/SFA-MG;
- Serviço de Suporte Agropecuário – SESAG/DPDAG/SFA-MG. Informações adicionais do Serviço poderão ser conferidas em Anexos.

Dentro do contexto econômico podemos citar que houve grande contingenciamento de recursos, o que representou cortes significativos em algumas ações, como pode ser visto no corpo do relatório. Ainda assim, as metas previstas foram atingidas, a custa de esforço e desdobramento da equipe de fiscais envolvidos. Outra grande limitação se deve ao fato de se ter um quadro reduzido de FFA'S atuando na atividade específica do Serviço, sendo que alguns não possuem qualificação necessária, principalmente os médicos veterinários lotados nas Unidades Regionais da SFA/MG, atuando em diversos Programas/Ações comprometendo assim, a disponibilidade de tempo dedicado às fiscalizações afetas ao Serviço.

A Unidade está instalada em área extensa em um campus com os diversos setores espalhados por vários prédios, que foram definitivamente assumidos pela SFA/MG no ano de 2000, com a mudança da sede à Av. dos Andradas para a Av. Raja Gabáglia. As adaptações e reformas são feitas para atender as necessidades de cada Serviço (setores), considerando também as modificações sofridas pela edição do novo regimento interno do MAPA e da SFA/MG. Em virtude destas intervenções para atender as novas funções de cada PN, a Unidade vem enfrentando constantes trabalhos voltados para a solução das referidas demandas e, como consequência o trabalho intenso de manutenção da Unidade.

Quanto ao atendimento das demandas dos serviços da Tecnologia da Informação, a Unidade tem como gargalo à não disponibilização por parte do Ministério, de servidores da área, mas sim a terceirização da mão de obra, o que tem causado dificuldade em virtude da rotatividade dos trabalhadores gerando descontinuidade do serviço prestado.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA: 0357	Denominação: Segurança da Sanidade Agropecuária			
Tipo do Programa: Finalístico				
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitosanitários dos mercados internos e externos.				
<i>Objetivos Específicos:</i> 1- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais. 2- Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual e Internacional de Vegetais, seus produtos e insumos.				
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	Responsável: Francisco Roberto de Pinho			
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				
AÇÃO 2134-2201-MG – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIFITO1				Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Ação Orçamentária				
Finalidade: Garantir a Sanidade Vegetal pela ação de prevenção, controle e erradicação de pragas que afetam a agricultura brasileira evitando a disseminação destas pragas visando contribuir com o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio do Brasil.				
Descrição: Ação executada pela Organização Estadual de Defesa Agropecuária, por agentes privados credenciados e diretamente pelo Serviço de Sanidade Vegetal (SSV), da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais.				
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA.				
Coordenador nacional da ação: Carlos Artur Franz				
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura – SFA/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA				
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final	23.869,99	23.869,99	0,00
Informações sobre os resultados alcançados				
Análise do Resultado Alcançado				

Análise Crítica

A ação tem como objetivo a Vigilância e Prevenção a Pragas Regulamentadas no Trânsito Interestadual e Internacional de Materiais de Origem Vegetal.

Referente à meta física “Partida Inspeccionada no Trânsito Interestadual” foram programadas 120.000 fiscalizações, sendo realizadas 118.366. Apesar do Serviço julgar que o percentual de 98,64% representa o alcance da meta, a diferença de 1,36% em relação ao programado se deve à questão do mercado (oferta de produto, preços, etc.), que determinam variações no Trânsito Interestadual de Produtos Vegetais objeto das ações de fiscalização.

Principais Problemas

- Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal – Decreto 24114 de 12/04/1934 desatualizado.
- Falta de harmonização de procedimentos na fiscalização do trânsito de produtos vegetais e supervisão dos processos de Certificação fitossanitária de Origem.
- Falta de definição e harmonização de procedimentos para os Laboratórios de Diagnósticos Fitossanitários.
- Necessidade de revisão e avaliação das normas específicas para importação de materiais de propagação, Instrução Normativa Nº 12 de 2005.
- Definição e harmonização de procedimentos para fiscalização e acompanhamento de quarentena e/ou em depositário de material de propagação importado.

Providências

Encaminhamento de solicitações ao Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA para atendimento às demandas de revisão e atualização do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, definição e harmonização de procedimentos para realização de supervisões, auditorias e fiscalização na importação de material de propagação e harmonização de procedimentos para os Laboratórios de Diagnóstico Fitossanitário.

Estas questões fazem parte da agenda de trabalho elaborado no Encontro Nacional de Fitossanitárias – ENFIT ocorrido em Florianópolis-SC no período de 29/10 a 04/12/2010 e serão trabalhadas em 2011.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 8572 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS – PCEVEGETAL					Em R\$ 1,00					
Tipo da ação: Atividade										
Finalidade: Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais.										
Descrição: 1- Manutenção do Sistema Nacional de Alertas Fitossanitários; 2- Prevenção e Controle de Pragas da Bananeira – Sigatoka Negra; 3- Prevenção e Controle de Pragas das Cucurbitáceas. Sistema de Mitigação de Risco de Anastrepha grandis; 4- Prevenção e Controle de Pragas dos Citros; 4.1. Erradicação do Cancro Cítrico; 4.2. HUANGLONGBING (“GREENING”); 4.3. Mancha Negra dos Citros; 4.4. Morte Súbita dos Citros; 5- Prevenção e Controle de Pragas da Videira; 6- Prevenção e Controle de Pragas da Soja - Ferrugem Asiática da Soja; 7- Prevenção e Controle de Pragas do Algodoeiro – Bicudo do Algodoeiro; 8- Outras Ações de prevenção e controle de Pragas Regulamentadas.										
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Sanidade Vegetal /DSV										
Coordenador nacional da ação: Carlos Artur Franz										
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos					
Inicial	Final									
1.132.479,72	1.132.479,72	2.986.445,62	1.124.463,42	1.861.982,20	1.124.463,42					
R\$ 29.915,45 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).										
Informações sobre os resultados alcançados										
Análise do Resultado Alcançado										
Análise Crítica										
A Análise Crítica da Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL está detalhada nas subações relacionadas em Anexos.										
Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas									
Tipo do Programa: Finalístico										
Objetivo Geral: Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.										
Objetivos Específicos: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.										
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	Responsável: Francisco Roberto de Pinho									

Público Alvo: Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.															
Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA	Em R\$ 1,00														
Tipo da ação: Ação Orçamentária															
Finalidade: Prevenção à mosca da carambola no Programa Nacional de Erradicação da Praga.															
Descrição: Realização de monitoramento da praga no Estado com a utilização de armadilhas instaladas em locais de maior risco de detecção e trabalho de fiscalização e controle de trânsito de material potencialmente veiculador da praga oriundo da região de ocorrência.															
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Sanidade Vegetal - DSV															
Coordenador nacional da ação: Carlos Artur Franz															
Unidades executoras: SSV/DDA/SFA-MG e VIGIAGRO/DDA/SFA-MG															
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: center;">Dotação</th><th style="text-align: center;">Despesa Empenhada</th><th style="text-align: center;">Despesa Liquidada</th><th style="text-align: center;">Restos a Pagar não processados</th><th style="text-align: center;">Valores Pagos</th></tr> <tr> <th style="text-align: center;">Inicial</th><th style="text-align: center;">Final</th><th style="text-align: center;">---</th><th style="text-align: center;">---</th><th style="text-align: center;">---</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">---</td><td style="text-align: center;">---</td><td style="text-align: center;">---</td><td style="text-align: center;">---</td><td style="text-align: center;">---</td></tr> </tbody> </table>	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	Inicial	Final	---	---	---	---	---	---	---	---
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos											
Inicial	Final	---	---	---											
---	---	---	---	---											
Informações sobre os resultados alcançados															
Análise do Resultado Alcançado															
Análise Crítica															
A mosca da carambola é uma das principais pragas de importância quarentenária para o país. Destaca-se pelos danos diretos causados nos frutos das diversas espécies e indiretamente pelas exigências quarentenárias dos principais mercados consumidores mundiais de frutas.															
As previsões de prejuízo na América do Sul são de 30,7 milhões de dólares durante o primeiro ano de estabelecimento da praga, podendo chegar a 92,4 milhões de dólares a partir do terceiro ano se não forem tomadas medidas efetivas de controle.															
No Brasil a praga está caracterizada na condição de praga quarentenária presente sob controle, sendo desenvolvido o programa de erradicação da mesma no Estado do Amapá. Nos demais estados são realizadas ações de prevenção sendo o monitoramento da praga a principal medida para garantir a condição em Minas Gerais de Unidade da Federação sem ocorrência.															
O Estado de Minas Gerais está classificado na condição de baixo risco de ocorrência da praga e nesta situação foi necessário a manutenção de 10 (dez) armadilhas para monitoramento em locais de maior risco de introdução da praga.															
Programação Orçamentária: Não houve necessidade de programação orçamentária para o período. Os materiais utilizados no monitoramento da praga são adquiridos pela coordenação central e enviado ao Serviço.															
Execução Orçamentária: A programação orçamentária é feita pela Coordenação Nacional da ação. Os custos são centralizados e o atendimento é por demanda de recursos financeiros e materiais necessários a execução das ações nos locais de maior risco de introdução da praga.															
Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS – FISCORGEN	Em R\$ 1,00														
Tipo da ação: Ação Orçamentária															
Finalidade: Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados para averiguação do cumprimento das normas aprovadas pela CTNBio, em relação aos aspectos de biossegurança.															
Descrição: Conforme Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, em seu Artigo 1º§ 1º temos: Para os fins desta Lei, considera-se atividade de pesquisa a realizada em laboratório, regime de contenção ou campo, como parte do processo de obtenção de OGM e seus derivados ou de avaliação da biossegurança de OGM e seus derivados, o que engloba, no âmbito experimental, a construção, o cultivo, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGM e seus derivados.															
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CBIO/SDA															
Coordenador nacional da ação: Marcos Vinicius Segurado Coelho															
Unidades executoras: SFA-MG															
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: center;">Dotação</th><th style="text-align: center;">Despesa Empenhada</th><th style="text-align: center;">Despesa Liquidada</th><th style="text-align: center;">Restos a Pagar não processados</th><th style="text-align: center;">Valores Pagos</th></tr> <tr> <th style="text-align: center;">Inicial</th><th style="text-align: center;">Final</th><th style="text-align: center;">---</th><th style="text-align: center;">---</th><th style="text-align: center;">---</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">44.657,00</td><td style="text-align: center;">44.657,00</td><td style="text-align: center;">39.271,17</td><td style="text-align: center;">39.271,17</td><td style="text-align: center;">0,00</td></tr> </tbody> </table>	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	Inicial	Final	---	---	---	44.657,00	44.657,00	39.271,17	39.271,17	0,00
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos											
Inicial	Final	---	---	---											
44.657,00	44.657,00	39.271,17	39.271,17	0,00											
Informações sobre os resultados alcançados															
Análise do Resultado Alcançado															
Análise Crítica															
Houve uma adequação nas fiscalizações realizadas, em função das determinações para harmonização de procedimentos, discutidas nas reuniões técnicas. Isso resultou em maior agilidade nas ações, possibilitando que o número previsto nas metas fosse ultrapassado.															

No decorrer desse ano foram liberados os equipamentos adquiridos no final do ano anterior, tais como notebook, aparelho de GPS, impressoras portáteis e três veículos.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0375	Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.					
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.					
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim - Secretário de Defesa Agropecuária	Responsável: Antônio do Valle Ramos – Superintendente Federal				
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 2019 – FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL – FISCGENE					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.					
Descrição: Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade do material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços, capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SDA e DFIP					
Coordenador nacional da ação: Beronete Barros de Freitas Araújo - Chefe Divisão de Material Genético – DMG					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFIP/DDA-MG					
Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
9.074,10	9.074,10	7.690,19	7.690,19	0,00	7.690,19
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de materiais de multiplicação animal. Para tanto, exerce as atividades de controle e registro dos animais doadores de embriões e de sêmen em centrais de inseminação artificial; da realização de provas zootécnicas. Contribui para a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (rastreabilidade) fiscalizando e controlando a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e produtividade da pecuária nacional. Ao controlar o registro dos animais doadores de material genético, contribui para melhorar o desempenho da pecuária, da avicultura e da suinocultura.					
A atividade consiste, basicamente, no registro e na fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de material genético de multiplicação animal, Centrais de Sêmen e Embriões, Fertilização In Vitro de Embriões, FIV, Transferência de Embriões In Vivo, Clonagens e incluindo as granjas avícolas Bisavoseiras, Avoseiras, Matrizeiras e SPF (granjas livres de patógenos específicos) em todo Estado de Minas Gerais.					
Os estabelecimentos Registrados em Minas Gerais no FISCGEN são:					
Relativos a mamíferos:					
<ul style="list-style-type: none"> • 03 (três) Centrais de coleta e processamento (CCPS) de sêmen Bovino, • 01 (uma) de sêmen Ovino e Caprino, • 03 (três) de sêmen Suíno, • 06 (seis) Centros de Produção In Vitro de Embriões Bovinos (FIV), • 03 (três) Centro de Transferência de Embriões Bovino In Vivo, (TE), • 01 (um) CCPS e TE de eqüinos, • 01 (um) Prestador de Serviço (Sexagem de sêmen) e • 24 (vinte e quatro) comerciantes de sêmen. 					
Com relação à avicultura:					
<ul style="list-style-type: none"> • 01 (uma) bisavoseira, • 07 (sete) avoseiras, • 41 (quarenta e uma) matrizeiras, 					

- 01 (uma) granja SPF e
- 12 (doze) criatórios de avestruzes.

Todos os estabelecimentos registrados de sêmen e embriões foram fiscalizados em 2010, sendo que as fiscalizações in loco nas granjas avícolas são feitas em conjunto com os Fiscais Federais Agropecuários do Serviço de Saúde Animal (SSA/DDA/SFA-MG), observando-se os preceitos de biossegurança.

Em 2010 foram feitas 06 (seis) fiscalizações em estabelecimentos produtores de sêmen, 13 (treze) fiscalizações em produtores de embrião, 32 (trinta e duas) fiscalizações em estabelecimentos comerciantes de sêmen, em 01 (um) prestador de serviço, que com as 08 (oito) fiscalizações da avicultura, totalizaram 60 (sessenta), com o custo unitário de R\$ 151,24 (cento e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos).

A restrição financeira foi determinante para o baixo desempenho das fiscalizações em 2010. Não houve nenhuma auditoria em Minas Gerais, no FISCGENE, mas foram fiscalizadas as três (03) CCPS de bovinos em Uberaba e todos os seis (06) laboratórios de FIV e TE, e o de sexagem de sêmen, além de vinte (20) fiscalizações em comerciantes de sêmen. Também houve atraso nas vistorias para registro.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa Ação 2124 – Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN					Em R\$ 1,00																		
Tipo da ação: Atividade																							
Finalidade: Assegurar a qualidade e a conformidade dos produtos destinados a alimentação animal.																							
Descrição: Registro e fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos produtores, fabricantes, importadores, fracionadores com a verificação e acompanhamento da tecnologia de fabricação e condições higiênico sanitárias de produção; Registro e fiscalização da conformidade e inocuidade de produtos destinados à alimentação animal; Capacitação de Fiscais Federais Agropecuários; Auditoria das “Boas Práticas de Fabricação”; animal; Pareceres, informações e relatoria de processos administrativos; e Participação em reuniões, simpósios e congressos.																							
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIP/SDA																							
Coordenador nacional da ação: Fernanda Marcussi Tucci – Coordenadora da Coordenação de Produtos para Alimentação Animal – CPAA/DFIP																							
Unidades executoras: SFA/MG através do SEFIP/DDA/SFA-MG																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dotação</th> <th>Despesa</th> <th>Despesa</th> <th>Restos a Pagar</th> <th>Valores Pagos</th> </tr> <tr> <th>Inicial</th> <th>Final</th> <th>Empenhada</th> <th>Liquidada</th> <th>não processados</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>286.357,20</td> <td>286.357,20</td> <td>277.305,25</td> <td>160.662,25</td> <td>116.643,00</td> <td>160.662,25</td> </tr> </tbody> </table>					Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados		286.357,20	286.357,20	277.305,25	160.662,25	116.643,00	160.662,25	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos																		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados																			
286.357,20	286.357,20	277.305,25	160.662,25	116.643,00	160.662,25																		
R\$ 150.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).																							
Informações sobre os resultados alcançados																							

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

No Estado de Minas Gerais existem cerca de 311 estabelecimentos registrados, com perto de 7.000 produtos registrados, constituindo-se desta forma, em um dos maiores parques industriais do país relativos a este segmento da economia, sendo a sua fiscalização responsabilidade do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, SEFIP/DDA/SFA-MG.

A fiscalização e auditorias dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais possibilita a verificação das condições de produção, da conformidade e da qualidade e inocuidade dos produtos destinados a alimentação animal, contribuindo para a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal e para a competitividade do agronegócio brasileiro, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva.

A colheita de amostras possibilita verificação da conformidade, da presença de ingredientes, substâncias ou contaminantes proibidos ou microrganismos patogênicos em produtos destinados à alimentação animal. Esta ação contribui para a melhoria da qualidade e da inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, possibilitando melhores índices zootécnicos e saúde dos animais de produção, o que é de grande valor para a produtividade pecuária, para a segurança alimentar dos animais e dos consumidores de produtos de origem animal. A verificação da conformidade de alimentos para animais de companhia é também realizada por esta atividade, com o foco na saúde e bem estar animal, bem como na satisfação dos proprietários destes animais. Também deve-se considerar a preocupação com a segurança deste tipo de produto, visto que o mesmo é normalmente utilizado dentro de residências e manipulados por adultos e crianças.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes é uma ferramenta essencial no programa para a redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espóngiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, mantendo-o com status de “livre da doença”, contribuindo para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira.

É importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução das atividades do PI FISCINAN. Temos um quadro reduzido de FFA atuando na atividade, alguns sem a qualificação necessária e alguns, principalmente os médicos veterinários lotados nas UTRA/UTLA/SFA-MG, atuando no atendimento a diversos PI's, comprometendo assim a disponibilidade de tempo dedicado a fiscalização do PI FISCINAN. A publicação de novas legislações tem exigido uma crescente necessidade de fiscalização, sem o correspondente aumento do número de FFA. Aliado a isto, tivemos o

contingenciamento determinado pelo Governo Federal, dos recursos financeiros para área fiscalização de insumos para a alimentação animal.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET	Em R\$ 1,00
--	------------------------

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.

Descrição: Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Fiscalização de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário. Relatorias de processos de infração de fabricantes e comerciantes. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIP/SDA

Coordenador nacional da ação: Marcos Vinícius de Santana Leandro Júnior - Coordenador da Coordenação de Produtos Veterinários – CPV

Unidades executoras: SFA/MG através do SEFIP/DDA/SFA-MG

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
138.877,39	138.877,39	136.354,37	76.299,15	60.055,22	65.190,15

R\$ 90.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

A atividade consiste, basicamente, no licenciamento e na fiscalização de estabelecimentos e produtos de uso veterinário, no âmbito do Estado de Minas Gerais. A fiscalização dos estabelecimentos comerciais e da comercialização dos produtos é efetuada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, através de delegação de competência, e supervisionada pelos técnicos do MAPA.

Minas Gerais conta com 4.074 estabelecimentos licenciados, dos quais 28 são fabricantes, 01 importador, 07 farmácias de manipulação veterinárias, 05 prestadores de serviço (controladores de qualidade de produtos veterinários), e 4033 estabelecimentos comerciais. Em 2010 foram realizadas pelo IMA 38.120 fiscalizações nos estabelecimentos comerciais. Há que se destacar que cada fiscalização do IMA geradora de Auto de Infração, dispara uma série de ações do MAPA com vistas a realizar os julgamentos dos mesmos. O MAPA, incumbido da fiscalização das indústrias e seus prestadores de serviços, realizou em 2010, 117 fiscalizações alcançando 2,9 fiscalizações por estabelecimento, em média.

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

É importante mencionar o principal fator que limitou a execução das atividades do PI FISPROVET, que é a crônica deficiência de pessoal, já configurada em outros relatórios, agravada em 2010, onde se observa a enorme demanda de atividades complexas, entregues a uma equipe pequena, principalmente considerando a extensão territorial do Estado de Minas Gerais, e o grande número de deslocamentos até as indústrias. Manteve-se ainda, durante todo o exercício de 2010, a lacuna deixada desde 2009 pela transferência do único Fiscal Federal Agropecuário médico veterinário do município de Montes Claros, tornando mais onerosas e trabalhosas as ações fiscais naquela cidade, cuja demanda é contínua.

Destacamos a colheita de amostras de vacinas para testes de qualidade oficiais, que objetivam a verificação da eficiência, esterilidade e inocuidade dos produtos, ou seja, se estão dentro dos padrões pré-estabelecidos. Das vacinas incluídas em programas de sanidade oficiais, são colhidas 100% das partidas, para a realização de testes de controle de qualidade antes que estes produtos atinjam o mercado consumidor, o que confere mais segurança em relação à garantia da qualidade das vacinas expostas à venda no mercado brasileiro.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa

**Em R\$
1,00**

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 0750 **Denominação:** Apoio Administrativo

Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente: José Rogerio Lara

Público Alvo: Governo	Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00																				
Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas																									
Tipo da ação: Atividade																									
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.																									
Descrição: Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.																									
Responsável/Coordenador: Antônio do Valle Ramos																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Dotação</th> <th>Despesa Empenhada</th> <th>Despesa Liquidada</th> <th>Restos a Pagar não processados</th> <th>Valores Pagos</th> </tr> <tr> <th>Inicial</th> <th>Final</th> <th></th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4.225.300,24</td> <td>4.225.300,24</td> <td>4.224.138,29</td> <td>2.589.580,86</td> <td>1.634.557,43</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>2.466.707,52</td> </tr> </tbody> </table>		Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	Inicial	Final				4.225.300,24	4.225.300,24	4.224.138,29	2.589.580,86	1.634.557,43					2.466.707,52	Informações sobre os resultados alcançados		
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos																					
Inicial	Final																								
4.225.300,24	4.225.300,24	4.224.138,29	2.589.580,86	1.634.557,43																					
				2.466.707,52																					
Análise do Resultado Alcançado																									
Análise Crítica																									
Observação: Despesas executadas no PI Manut SFA, para atendimento das manutenções dos bens móveis e imóveis, considerando o limite estabelecido pelo órgão central, na ordem de 71% da proposta orçamentária do exercício, em razão dos cortes orçamentários sofridos no orçamento do MAPA, no PI Manut SFA, dificultando o cumprimento da reestruturação das UTRAs/UVAGROs, conforme Regimento Interno da SFA/MG.																									

Identificação do Programa de Governo																									
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas																								
Tipo do Programa: Finalístico																									
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.																									
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.																									
Gerente: Francisco Jardim – SDA/MAPA	Responsável: Paulo Marcos de Paula Lima																								
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazeneiros, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Dotação</th> <th>Despesa Empenhada</th> <th>Despesa Liquidada</th> <th>Restos a Pagar não processados</th> <th>Valores Pagos</th> </tr> <tr> <th>Inicial</th> <th>Final</th> <th></th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.010.284,10</td> <td>1.010.284,10</td> <td>1.001.422,68</td> <td>753.743,43</td> <td>247.679,25</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>750.770,72</td> </tr> </tbody> </table>					Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	Inicial	Final				1.010.284,10	1.010.284,10	1.001.422,68	753.743,43	247.679,25					750.770,72	Em R\$ 1,00
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos																					
Inicial	Final																								
1.010.284,10	1.010.284,10	1.001.422,68	753.743,43	247.679,25																					
				750.770,72																					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa																									
AÇÃO 8938 - INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS, SUBPRODUTOS E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL – INSPANIMAL																									
Tipo da ação: Finalístico																									
Finalidade: Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.																									
Descrição: Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, lacticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.																									
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DIPOA/Secretaria de Defesa Agropecuária																									
Coordenador nacional da ação: Judi Maria da Nóbrega CGI/DIPOA																									
Unidades executoras: SIPOA/DDA/SFA-MG																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Dotação</th> <th>Despesa Empenhada</th> <th>Despesa Liquidada</th> <th>Restos a Pagar não processados</th> <th>Valores Pagos</th> </tr> <tr> <th>Inicial</th> <th>Final</th> <th></th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.010.284,10</td> <td>1.010.284,10</td> <td>1.001.422,68</td> <td>753.743,43</td> <td>247.679,25</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>750.770,72</td> </tr> </tbody> </table>		Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	Inicial	Final				1.010.284,10	1.010.284,10	1.001.422,68	753.743,43	247.679,25					750.770,72	R\$ 292.350,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).			
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos																					
Inicial	Final																								
1.010.284,10	1.010.284,10	1.001.422,68	753.743,43	247.679,25																					
				750.770,72																					
Informações sobre os resultados alcançados																									
Análise do Resultado Alcançado																									
Análise Crítica																									
As metas físicas para 2010 foram previstas tendo como base o que foi realizado no ano de 2009 somados com as projeções de novas demandas. O recurso disponibilizado foi suficiente para as expectativas do serviço, proporcionando no decorrer do ano, a realização de ações de fiscalização, treinamentos e cursos. Apenas nos últimos dois meses do ano, os recursos não foram disponibilizados pelo órgão central no prazo requerido, atrasando a execução de algumas atividades fins. Vale																									

ressaltar, as diversas ações no combate à fraude de soro no leite, água em carcaças de frango, fraude do “glaze” (capa de gelo) no pescado e combate a fraude em produtos cárneos. Nestas ações, alguns estabelecimentos foram interditados e seus produtos apreendidos, uma vez que, não estavam atendendo aos requisitos técnicos fixados pelo MAPA. Além destas ações próprias do Serviço, nossos técnicos subsidiaram ações da Polícia Federal e Ministério Público. Vale lembrar que mesmo com um número inferior de fiscais, agentes e pessoal administrativo do que seria o ideal, o SIPOA/DDA/SFA-MG obteve sucesso nesta ação. Vale ressaltar também, que no ano corrente, as ações fiscais foram focadas nos estabelecimentos mais problemáticos.

Outras informações do SIPOA são consideradas no Anexo.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 4723 - CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS E ORIGEM VEGETAL E ANIMAL – RESIDUO					Em R\$ 1,00																				
Tipo da ação: Finalístico																									
Finalidade: Monitorar, dentro do limite máximo permitido, a presença de resíduos de drogas veterinárias, agrotóxicos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.																									
Descrição: Elaboração de normas, verificação do nível de resíduos e contaminantes e coordenação para a tomada de ações regulatórias, de apoio a Departamentos e Coordenações da SDA e de educação sanitária.																									
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC/SDA																									
Coordenador nacional da ação: Leandro Diamantino Feijó																									
Unidades executoras:																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Dotação</th> <th>Despesa</th> <th>Despesa</th> <th>Restos a Pagar</th> <th>Valores Pagos</th> </tr> <tr> <th>Inicial</th> <th>Empenhada</th> <th>Liquidada</th> <th>não processados</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>120.168,40</td> <td>120.168,40</td> <td>109.950,72</td> <td>83.808,72</td> <td>26.142,00</td> </tr> <tr> <td colspan="5">R\$ 100.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).</td></tr> </tbody> </table>						Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	Inicial	Empenhada	Liquidada	não processados		120.168,40	120.168,40	109.950,72	83.808,72	26.142,00	R\$ 100.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).				
Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos																					
Inicial	Empenhada	Liquidada	não processados																						
120.168,40	120.168,40	109.950,72	83.808,72	26.142,00																					
R\$ 100.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).																									
Informações sobre os resultados alcançados																									
Análise do Resultado Alcançado																									
Análise Crítica																									
No ano de 2010, esta ação foi definitivamente inserida no contexto do SIPOA/MG, sendo que nos anos anteriores, as coletas para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes eram custeadas exclusivamente pela ação INSPANIMAL3. Com a nova inserção, foi possível atender em grande parte as coletas programadas pelo PNCRC/DIPOA, além de atender a demandas da CCRC/SDA/MAPA em palestras, treinamentos e auditorias de controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal. No entanto, algumas amostras coletadas foram ainda custeadas pelo PI INSPANIMAL3.																									

Identificação do Programa de Governo									
Código no PPA: 0357	Denominação: Segurança da Sanidade na Agropecuária								
Tipo do Programa: Finalístico									
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitosanitários dos mercados internos e externos.									
Objetivos Específicos: Defesa Agropecuária Nacional									
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	Responsável: Paulo Marcos de Paula Lima								
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazeneadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.									
Informações orçamentárias e financeiras do Programa									
AÇÃO 2181.0001 - MG – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – FISCANIMAL									
Em R\$ 1,00									
Tipo da ação: Atividade									
Finalidade: Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.									
Descrição: Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.									
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: 3635 – Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária 0001 - Nacional									
Coordenador nacional da ação: Marcos de Barros Valadão									
Unidades executoras: Unidades de Vigilância Agropecuária/VIGIAGRO/DDA-MG									
Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos					

Início	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
2.000,00	2.000,00	1.927,40	1.927,40	0,00	1.927,40

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Nas ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos PI – FISCANIMAL ocorreu uma pequena diminuição na execução das metas físicas no ultimo semestre do ano. Considerando que esta execução é fruto das demandas dos importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, e sua intensidade é em função do maior ou menor volume desses produtos comercializados, bem como do trânsito de pessoas, pode-se concluir que a diminuição na execução das metas físicas é consequência da diminuição desta demanda.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa

AÇÃO 2180.0001 - MG – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – FISCPLANTA	Em R\$ 1,00
--	--------------------

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.

Descrição: Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: 3635 – Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária 0001 - Nacional

Coordenador nacional da ação: Marcos de Barros Valadão

Unidades executoras: Unidades de Vigilância Agropecuária/VIGIAGRO/DDA-MG

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Início	Final				
35.000,00	35.000,00	34.954,60	1.554,60	33.400,00	1.554,60

R\$ 34.954,60 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Considerando os índices de execução de metas físicas avaliamos que os resultados foram alcançados na Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos PI – FISCPLANTA, demonstrando que a demanda dos importadores e exportadores pelos serviços das Unidades de Vigilância Agropecuária do Estado de Minas Gerais vem aumentando significativamente a cada ano, consolidando o desembarque aduaneiro através dos portos secos localizados nas zonas secundárias, e contribuindo na agilização e desoneração dos processos de entrada e saída de produtos agropecuários importados ou exportados pelo Estado de Minas Gerais.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 0393	Denominação: Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
---------------------	--

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

Objetivos Específicos: Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.

Gerente: Jorge de Paula Costa Ávila	Responsável: Carlos Roberto de Castro
-------------------------------------	---------------------------------------

Público Alvo: Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa

AÇÃO 2B47 - FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – INDGRAF	Em R\$ 1,00
---	--------------------

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de Indicações Geográficas – IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o consequente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.

Descrição:																		
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); • Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; • Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; • Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; • Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; • Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; • Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG. 																		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SDC																		
Coordenador nacional da ação: Patrícia Netzlen Saraiva																		
Unidades executoras: CIG; SESAG																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dotação</th> <th>Despesa Empenhada</th> <th>Despesa Liquidada</th> <th>Restos a Pagar não processados</th> <th>Valores Pagos</th> </tr> <tr> <th>Inicial</th> <th>Final</th> <td>3.905,02</td> <td>3.905,02</td> <td>0,00</td> <td>3.905,02</td> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td align="center" colspan="6">Informações sobre os resultados alcançados</td> </tr> </tbody> </table>	Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	Inicial	Final	3.905,02	3.905,02	0,00	3.905,02	Informações sobre os resultados alcançados					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos													
Inicial	Final	3.905,02	3.905,02	0,00	3.905,02													
Informações sobre os resultados alcançados																		
Análise do Resultado Alcançado																		
Análise Crítica																		
O planejamento de ações apresentado à Coordenação não foi executado no todo porque nem sempre houve disponibilidade financeira para tal. Entretanto, as atividades que foram realizadas, limitaram-se às ações desenvolvidas, somente em Belo Horizonte/MG, em parceria com outros órgãos (Emater, Secretaria Estadual de Agricultura e Associações), pois não houve disponibilidade de recursos financeiros para desenvolver essas ações em outras regiões do Estado de Minas Gerais. Algumas demandas não puderam ser atendidas em virtude da impossibilidade de deslocamento dos interessados para a capital.																		
Metas da Ação:																		
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o Diagnóstico de Potencial Indicações Geográficas – IG em Minas Gerais, mapeando os produtos e planejando atividades relacionadas à proteção e ao reconhecimento da IG para produtos agropecuários; • Apoiar projetos visando ao encaminhamento de solicitações de obtenção de IG junto ao INPI. 																		

Identificação do Programa de Governo		
Código no PPA: 0350	Denominação: Desenvolvimento da Economia Cafeeira	
Tipo do Programa: Finalístico		
Objetivo Geral: Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.		
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.		
Gerente: Manoel Vicente Fernandes Bertone	Responsável: Humberto Ferreira de Carvalho Neto	
Público Alvo: Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa		
AÇÃO 2277 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA – GAPCAFE		Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade		
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.		
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.		

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: FUNCAFÉ					
Coordenador nacional da ação: Cláudia Marinelli					
Unidades executoras: CGPE/DCAF					
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidad	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final				
---	---	---	---	---	---
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
Tendo em vista que as despesas desta Ação não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.					
Programação Orçamentária e Execução Orçamentária: Não se aplica.					
Atividades realizadas:					
<ul style="list-style-type: none"> • Participação na comissão para acompanhamento e fiscalização do contrato nº 030/2009 MAPA/MINASFORT Portaria nº 268, de 24 de novembro de 2009, com a finalidade de dar proteção à rede armazenadora; • Vistorias nas Unidades Armazenadoras de Café de Manhumirim, Campos Altos, Varginha, Juiz de Fora, Conceição do Rio Verde, São Sebastião do Paraíso, Perdões; • Participação na criação da Comissão de Arbitragem do MAPA na área de café cru, torrado e moído – Base legal: IN 16 de 24 de maio de 2010; • Vistoria nas Unidades Armazenadoras de café e conferência de estoque; • Participar da programação parcial para entrega de cafés vendidos em leilão; • Acompanhamento “in loco” do convênio MAPA/ACARPA relativo ao 18º Seminário do Café do Cerrado, em Patrocínio/MG; • Atendimento a demanda do Ministério Público Federal referente à apuração de denúncia sobre possíveis irregularidades na Unidade Armazenadora de Café de Perdões (Ref.: Peças Informativas Cíveis nº 1.22.014.000038/2010-91); • Participação representando a Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/SDA em reunião conjunta com a CONAB para tratar de procedimentos para classificação do Café grão cru da safra integrante do programa de compras do Governo Federal; • Participação em visita técnica nos Centros de treinamento e salas de classificação e degustação de café nas cidades de Viçosa (Centrenar-UFV); Lavras (Pólo de Café da UFLA); Machado (Centro de Excelência de Café); SFA/RJ (Sala de classificação do Maracanã); SFA/PR/UTRA Londrina com objetivo de coletar subsídios para emissão de parecer de viabilidade técnica a proposta de convênio apresentada pela ABIC, contida no processo nº 21000.005102/2010-71; • Representar o MAPA como preposto em audiência da 4ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG. 					

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA: 1442	Denominação: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio			
Tipo do Programa: Finalístico				
Objetivo Geral: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.				
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.				
Gerente: Marcio Antonio Portocarrero	Responsável: Carlos Roberto de Castro			
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				
AÇÃO 8598 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS – APOIOPEC		Em R\$ 1,00		
Tipo da ação: Atividade				
Finalidade: Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.				

Descrição: Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação da Produção Integrada da Cadeia Pecuária – CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC

Coordenador nacional da ação: Sávio José Barros de Mendonça

Unidades executoras: CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.732,50	2.732,50	1.905,54	1.905,54	0,00	1.905,54

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio da ação acima relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Atividade desenvolvida:

Participar da Reunião da Produção Integrada com os SESAG das UF.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa		Em R\$ 1,00
AÇÃO 8622 - DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO RURAL E DO COOPERATIVISMO – PROMOCOOP2		

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.

Descrição: Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Acompanhamento – CGA/DENACOOP/SDC

Coordenador nacional da ação: Daniel Amin Ferraz

Unidades executoras: CGA/DENACOOP

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
743,40	743,40	688,12	688,12	0,00	688,12

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Atividades desenvolvidas:

- Vistoria in loco de convênio com a Fundação Dom Cabral;
- Participação como membro representante da SFA/MG na Comissão Julgadora Regional da 9ª Versão do Prêmio Técnico Empreendedor, atividade desenvolvida através da SDC/DENACOOP em parceria com o Ministério da Educação – MEC, com o Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE e o Banco do Brasil S. A. de 19 a 22 de outubro de 2010 nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais;

- Participação na composição da Comissão Julgadora Nacional da 9ª versão do Prêmio Técnico Empreendedor realizado nos dias 08 a 12/11/2010 em Brasília – DF, segundo convite formulado pelo DENACOOP, através do ofício nº 128 2010/GAB-DENACOOP/SDC/MAPA, datado de 26/10/2010, com diárias e passagens aéreas emitidas pelo órgão central.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa	Em R\$
AÇÃO 8560 - FOMENTO À INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO – INOVAGRO	1,00

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.

Descrição: Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária – CAPTA/DEPTA/SDC

Coordenador nacional da ação: Marilena de Assunção F.Holanda

Unidades executoras: CAPTA/DEPTA

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final	1.230,76	1.230,76	0,00	1.230,76

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Refere-se à PI - ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações abaixo relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Atividades realizadas:

Acompanhamento de Termo de Cooperação MAPA/UFV. Fiscalização da execução de atividades de campo do termo de cooperação entre a UFV e MAPA, Projeto: delimitação da área geográfica da cachaça da região de ouro preto e modelagem de um banco de dados geográficos – divulgação dos resultados obtidos no projeto contendo todas as informações técnicas necessárias à delimitação da área geográfica.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa	Em R\$
AÇÃO 4720 - APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – CERTORGAN1	1,00

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.

Descrição: Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Agroecologia-COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC

Coordenador nacional da ação: Rogério Pereira Dias

Unidades executoras: COAGRE / Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final	10.676,89	10.676,89	0,00	10.676,89

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Refere-se a PI/Ação que está sob a gerência direta da COAGRE/MAPA - Sede (Brasília), não havendo, desta forma, uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

O CERTORGAN 1 é coordenado e executado efetivamente pela COAGRE/SDC/MAPA. Em Minas Gerais a ação representa fase preparatória e sua implementação efetiva se iniciará no ano de 2011 com as demandas para o credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade (certificadoras e OPAC) da produção orgânica, para o cadastramento de Organizações de Controle Social de Agricultores Familiares – OCS na venda direta de produtos orgânicos e para a fiscalização de produtores e produtos orgânicos. Consequentemente, não houve planejamento específico

conforme metas físicas e financeiras.

As ações executadas em 2010 referem-se ao atendimento a demandas relativas à apuração de não-conformidades em estabelecimentos produtores orgânicos e à organização de uma rede de técnicos multiplicadores com foco na orientação de agricultores orgânicos para adequação aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, em especial ao cadastramento de OCS para venda direta.

Atividades realizadas:

- Realização do Curso de Capacitação para Técnicos Multiplicadores em Organização de Controle Social (OCS) em Venda Direta de Produtos Orgânicos, em conformidade com o Decreto 6323 de 27 de novembro de 2007, com a Instrução Normativa 19, de 28 de maio de 2009, e com a respectiva legislação orgânica. Criação do blog interativo: www.multiplicadoresorganicos.mg.blogspot.com (senha: produtos organicos);
- Atendimento a apuração de denúncias de não-conformidade em estabelecimentos produtores orgânicos, ação realizada por fiscais do DPDAG com o apoio da ULTRA de Montes Claros, gerando os processos administrativos N.º 21028.002710/2016-16 e N.º 21028.007259/2010-23;
- Atendimento à solicitação de credenciamento de Certificadora IMA sediada em Minas Gerais a qual se encontra em fase de complementação da documentação (Processo n.º 21028.009216/2010-82);
- Como atividades sem gastos de recursos descentralizados à Divisão, foram protocolizadas no SESAG/DPDAG processos referentes ao Estabelecimento de Especificações de Referência de Produtos Fitossanitários com uso aprovado para a Agricultura Orgânica para análise e conclusão pela Coordenação de Agroecologia – COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC e do GT interministerial – FITORG constituído para este fim; contribuição da fiscal federal Lygia Bortolini na conferência e adequação de análises de produtos e elaboração de ofícios a serem encaminhados aos interessados no estabelecimento de especificação de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica (Decreto 6.913/2009); atendimento contínuo ao público em geral (consumidores, produtores, entidades, imprensa) no que se refere ao esclarecimento de dúvidas sobre a legislação da Agricultura Orgânica, especialmente aos Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica e participação de dois FFA na reunião nacional coordenada pela COAGRE/SDC para orientação sobre a adequação do setor produtivo aos mecanismos de controle da garantia da qualidade orgânica, OAC (Certificadoras e OPAC) e OCS, período de 06 a 10/12/2010.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa	Em R\$
AÇÃO - 2272 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA – GAPSDC	1,00

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Apoio Operacional – CAO / SDC

Coordenador nacional da ação: José Itamar Pereira

Unidades executoras: Coordenação de Apoio Operacional – CAO / SDC

Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada		
4.544,77	4.544,77	2.021,61	2.021,61	0,00	2.021,61

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Refere-se à PI - ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações abaixo relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Atividades realizadas:

- Participação em reunião nacional de nivelamento de ações da SDC e DPDAG das UF.
- Participação no encontro nacional de Superintendentes Federais de Agricultura e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1426	Denominação: Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade				
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.					
Objetivos Específicos: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.					
Gerente: Maria Cecília Wey de Brito	Responsável: Carlos Roberto de Castro				
Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
AÇÃO 8606 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO – DESENORG					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.					
Descrição: Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; Promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; Promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; Divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; Fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável					
Coordenador nacional da ação: Rogério Pereira Dias					
Unidades executoras: COAGRE/CGDS/ DEPROS					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
16.162,92	16.162,92	16.056,42	8.162,92	7.893,50	8.162,92
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
A ação é representada por uma atividade (PI DESENORG) no Estado de Minas Gerais, com recursos relacionados a quatro linhas temáticas prioritárias: organização da rede de produção orgânica; produtos e processos apropriados à agricultura orgânica; promoção da agricultura orgânica e do consumo responsável; educação e capacitação.					
Uma etapa de trabalho foi alcançada pela atuação dos integrantes da Comissão da Produção Orgânica no Estado de Minas Gerais (CPORG-MG), em nome do MAPA/SFA-MG, e pelo Serviço até então designado SEPDAG, conferindo credibilidade, visibilidade e a integração das instituições que atuam no setor orgânico mineiro, conforme preconiza a IN 54, de 22 de outubro de 2008 e do projeto Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, destacando-se a atuação efetiva do Grupo Gestor do Programa que é vinculado à SDC/MAPA.					
A liberação do limite orçamentário previsto na regionalização não foi possibilitada devido ao corte nacional de recursos, dificultando a elaboração e consolidação do planejamento orçamentário prévio.					
Atividades realizadas:					

Organização da Rede de Produção Orgânica

- Articulação interinstitucional e organização do setor orgânico por meio da Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais;
- Apresentação técnica sobre as bases legais, exigências, certificação e preceitos da produção orgânica no Brasil e em Minas Gerais, no programa Brasil da Gerais – Rede Minas, imprensa escrita e rádios locais;
- Participação nas audiências do Plano Plurianual de Ação Governamental de Minas Gerais - 2008/2011 com encaminhamentos de gestão estadual junto ao órgão de assistência técnica Estadual - Emater, especialmente com o coordenador de agroecologia e com o assessor parlamentar da Assembléia Legislativa para implantação das ações inseridas pela CPORG-MG no PPAG e Orçamento do Estado;
- Apoio à consolidação da Associação de Consumidores Orgânicos por meio da divulgação mensal da Feira Terra Viva;
- Organização de uma rede de técnicos multiplicadores com foco na orientação de agricultores orgânicos para adequação aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, em especial ao cadastramento de OCS para venda direta, com o apoio da responsável pelo Serviço de Estudos Normativos da Produção Orgânica da Coordenação de Agroecologia/SDC/MAPA.

Educação e Capacitação

- Produção de material técnico-educativo para subsidiar ações do programa “Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes” (calendário agrícola com fotos de agricultores participantes no Estado).

Produtos e Processos Apropriados à Agricultura Orgânica

- Ação efetiva e permanente do Grupo Gestor do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, coordenado pela fiscal federal Lygia Bortolini, para a composição do Plano Estratégico do Programa que, hoje, constitui-se em referência nacional;
- Avaliação in loco do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, EMBRAPA, EMATER e EPAMIG em 12 municípios das regiões do norte e do sul de Minas;
- Participação em reunião com a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão para esclarecimentos sobre aspectos da legislação da agricultura orgânica;
- Aquisição de 940 kg de sementes de 10 espécies de adubos verdes para atendimento às associações de agricultores familiares participantes do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes;
- Participação na III Reunião Nacional de Avaliação do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes e composição do grupo gestor nacional do Programa;
- Contribuição para matéria jornalística intitulada “Técnica que aumenta produtividade das lavouras e protege o meio ambiente recebe incentivo para propagação” – Jornal Grão em Grão da Embrapa Milho e Sorgo e para reportagem destaque da Revista Terra Brasil produzida pelo MAPA, no âmbito do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes;
- Apoio na seleção de imagens de agricultores inseridos no Programa BCSAV para painel do MAPA e folder para a BioFach América Latina 2010 – cujo tema destacado pelo MAPA foi o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.

Promoção da Agricultura Orgânica e do Consumo Responsável

- Geração de demanda e apoio à produção de programa orgânico para o Programa Eureca com ampla exibição na PUC TV nos meses de maio e junho.
- Realização da VI Semana do Alimento Orgânico com a realização dos seguintes eventos: Dia de Agroecologia (Dia de Campo e de Apoio Técnico Unidades Demonstrativas de Tomate e Morango Orgânico; visita à nascente e à mata ciliar). Tarde de Campo sobre produção de Café Orgânico. Semana de Integração Tecnológica promovida pela Embrapa Milho e Sorgo em parceria com a EMATER-MG e MAPA com abordagem sobre os sistemas de produção em consórcio com adubação verde e entrevista a TV – PUC Minas sobre o tema. Seminário universitário com palestras sobre Desenvolvimento Tecnológico em Produção Orgânica (Juliana Carvalho Simões – EPAMIG); O Sistema Orgânico de Produção no Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte; Maria Guadalupe Carvalho Fernandes), "Alimentos Convencionais, Transgênicos e Orgânicos" (Dr. Luiz Correia da Minas Orgânica). Benefícios dos produtos orgânicos (Cláudio Roberto Zoratto); Produção Orgânica (Paulo Rubens Aquino e Gilvan Célio de Paiva - Membros da AMPAG); "Aspectos Agroecológicos e Permaculturais em Produção de Alimentos". (Marconi Júnior e Daniel Augusto – membros da Sete Eco's - Sistema de Expansão em Tecnologias Ecológicas); "Introdução à Agricultura Biodinâmica" (José Márcio de S. Santos - Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica). Certificação de Produtos Orgânicos (Marco Antonio Vale - Gerente de Certificação do IMA). Pesquisas em Agricultura Orgânica (Walter José Rodrigues Matrangolo – Embrapa Milho e Sorgo). Ação do Movimento das Donas de Casa (MDC-MG) com: exposição de produtos

orgânicos; visitas com funcionários da EMATER e do MAPA às fazendas Capim Branco e Fito - plantação de orgânicos; pesquisa de qualidade e preço na feira livre de orgânicos; acompanhamento da equipe a Rede Minas de Televisão e a Rede Conexa da Prefeitura que fez uma entrevista com a coordenadora do MDC-MG. O MDC também promoveu a degustação dos alimentos orgânicos comprados pela equipe e que foram saboreados pelas pessoas presentes, realizando pesquisas suplementares em feiras-livres dos bairros: Buritis, Belvedere e também nos Supermercados: Verdemar e Super-Nosso. Além disso, o MDC-MG promoveu palestra para as associadas e campanha nos supermercados Verdemar e Supernosso, distribuindo cartilhas e folders educativos e explicando as pessoas sobre a importância dos alimentos orgânicos para a nossa saúde. Também as coordenadoras do MDC atuaram na Semana AO concedendo entrevistas para as rádios e TVs pelo telefone ao vivo: TV PUC - TV Alterosa – TV Minas (Programa Brasil das Gerais) e Radio Band News, ao vivo. Na rede varejista houve divulgação em materiais de propaganda criados especialmente para a semana do alimento orgânico, nos supermercado Verdemar e supermercado Super Nosso, com promoções de produtos orgânicos durante a semana.

- Parceiros e realizadores: CPORG-MG; Grupo Gestor do Programa Bancos Comunitários de Sementes; Movimento das Donas de Casas (MDC). Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH); Certificadora Minas Orgânica; Fundação Zoobotânica; EPAMIG; Associação Mineira de Produção Agroecológica (AMPAG); Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica; Sistema de Expansão em Tecnologias Ecológicas (Sete Eco's) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Milho e Sorgo). EMATER-MG; Secretaria de Assistência Social (PETI). ASBON – Associação do Bonfim. UFSJ – Campus Sete Lagoas, Embrapa. Integraum Produtos Integrais. Rede Terra Viva. Fraternidade Espírita Charles Pierre. Grupo de Amparo Mansão de Luz, Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte. Secretaria de Abastecimento, Mobilização Social da SLU, Agrifan (Associação de Produtores da Agricultura Familiar e/ou Orgânicos).

Informações orçamentárias e financeiras do Programa	Em R\$
AÇÃO 8949 - FOMENTO À CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS GENÉTICOS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – REGENAGRO	1,00

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Apoiar e integrar as iniciativas de disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação, visando promover o acesso, o intercâmbio, o uso sustentável e sua conservação.

Descrição: Propor e estabelecer convênios, termos e contratos de cooperação técnica, intercâmbios, assessoria e consultorias, nacionais e internacionais; promover a participação em colegiados e fóruns de interesse, nacionais e internacionais, relacionados à agrobiodiversidade e recursos genéticos; promover fóruns de diálogo, reuniões técnicas, eventos, discussões temáticas, conferências, seminários e correlatos sobre as ações desenvolvidos. Participação de órgãos do Governo e Instituições parceiras e de interface operacional, nos níveis federal, estadual e municipal, como a Embrapa, CONAB, Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, universidades, MDIC, MCT, MMA, MDA, MI, MRE, sistema "S", instituições e agentes envolvidos com "ATER", iniciativa privada, representações de classe e da sociedade civil organizadas, ONG, empresas de melhoramento genético e detentores de coleções e bancos de germoplasmas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária

Coordenador nacional da ação: Marilena de Assunção F. Holanda

Unidades executoras: SDC/MAPA

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
5.963,55	5.963,55	5.963,55	5.963,55	0,00	R\$ 5.963,55

Informações sobre os resultados alcançados
Análise do Resultado Alcançado
Análise Crítica

Refere-se à PI/Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Atividades desenvolvidas

Com a articulação promovida pelas ações desenvolvidas pelo Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes (PI Desenorg), foi identificada demanda estadual para desenvolvimento do Projeto de resgate da conservação, produção e consumo de hortaliças tradicionais (não-convencionais) em parceria com a EMATER, Embrapa CNPH, EPAMIG, MAPA, ASBON e produtores rurais.

O Programa visa resgatar a cultura do cultivo e consumo de espécies de hortaliças atualmente, subutilizadas e ou negligenciadas, junto às comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Para isso estimulará o intercâmbio de hortaliças tradicionais em Minas Gerais, a partir da criação ou ampliação de bancos comunitários de multiplicação e conservação de hortaliças não-convencionais.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, foram programadas para serem desenvolvidas as seguintes ações: produção, multiplicação e disponibilização de material propagativo; elaboração de materiais didáticos e informativos; eventos para a construção e socialização de conhecimentos sobre o tema. Essa iniciativa está inserida no contexto da ação Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – REGENAGRO, gerida nacionalmente pelo Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária do MAPA. Essa ação tem por finalidade apoiar e integrar as iniciativas de disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação, visando promover o acesso, o intercâmbio, o uso sustentável e sua conservação, conforme preconiza o Decreto Legislativo nº 70/06 que trata da Internalização do Tratado Internacional sobre recursos genéticos para a agricultura e alimentação – FAO.

No âmbito da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conformidade à Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, compete a execução de ações relacionadas à promoção, orientação e ao acompanhamento de atividades relativas ao desenvolvimento rural, em especial e no contexto desse Programa, àquelas referentes à preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais, intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos ; segurança alimentar; cooperativismo e associativismo rural, ratificando a importância da proposta apresentada a qual subsidiará a promoção do resgate da multiplicação, conservação e consumo de espécies de hortaliças não-convencionais junto às comunidades tradicionais e de agricultores familiares, o que proporcionará ganhos culturais, biológicos, econômicos, entre outros, para as comunidades envolvidas. As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2010 foram:

- Participação de reunião de avaliação do projeto para o resgate da conservação, produção e Consumo de hortaliças tradicionais (não convencionais) em MG com representantes da EMATER, Embrapa CNPH e MAPA;
- Promoção de Oficina para utilização das Hortaliças e Dia de Campo com participantes do Programa para o resgate da conservação, produção e consumo de hortaliças não-convencionais em Juiz de Fora/MG com representantes da EMATER, Embrapa CNPH, MAPA e ASBON e participação de 67 pessoas (técnicos e agricultores familiares) dos municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Mar de Espanha, Belmiro Braga e Bom Jardim de Minas, os quais foram atendidos também com material propagativo para formação de Bancos Comunitários de Hortaliças Não-Convencionais em seus municípios. Destaca-se a participação e grande interesse de representantes municipais ligados à merenda escolar e segurança alimentar.
- Implantação de Banco Comunitário de Multiplicação e Conservação de Hortaliças não-convencionais com a associação de produtores APODEM de Delfim Moreira-MG (26 participantes) e com a prefeitura de Contagem-MG (31 participantes), pelo grupo gestor do Programa composto por representantes da EMATER-MG; Embrapa CNPH, MAPA, EPAMIG e ASBON. Participaram das ações agricultores, técnicos e lideranças municipais.
- Realização de Oficina para utilização das Hortaliças não-convencionais e Dia de Campo com participantes do Programa para o resgate da conservação, produção e consumo de hortaliças não-convencionais Implantação de bancos de hortaliças não-convencionais com a participação de 65 pessoas beneficiadas entre agricultores familiares, técnicos e lideranças locais de Varzelândia (4 Comunidades), Bonito de Minas, Lontra, Ibiracatu, Itacarambi e Grão Mogol no Norte de Minas Gerais os quais receberam material propagativo para formação de Bancos Comunitários de Hortaliças Não-Convencionais em seus municípios;
- Produção de material técnico-educativo (Manual de Hortaliças Não-Convencionais e Cartilha Hortaliças Não-Convencionais) para subsidiar ações do Programa Bancos Comunitários de Conservação e Multiplicação de Hortaliças Não Convencionais em Minas Gerais e em outros estados da federação, conforme grande demanda apresentada em 2010.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 6003	Denominação: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.	
Objetivos Específicos: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.	
Gerente: Marcio Antônio Portocarrero	Responsável: Carlos Roberto de Castro
Público Alvo: Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.	

Análise Crítica: Refere-se a Contratos de Repasse provenientes de Emendas Parlamentares que estão sob a gerência direta do MAPA – Sede (Brasília), que foram descentralizados para SFA/MG para análises e aprovações de projetos voltados à realização das Ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

Em 2010 foram descentralizados 442 (quatrocentos e quarenta e dois) Contratos de Repasse para análise e aprovação desta SFA/MG. Todos os projetos foram analisados com emissão de pareceres registrados no Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV, desses, foram aprovados 434 (quatrocentos e trinta e quatro) Contratos de Repasse beneficiando diversos municípios mineiros.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
AÇÃO 8611 - APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO – APPRODUTOR					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.					
Descrição: Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Coordenador nacional da ação: Marcelo Alexandre de Andrade Almeida					
Unidades executoras: CGPI					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final	7.661,03	7.661,03	0,00	7.661,03

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Esta ação contemplou o deslocamento de servidores da SFA no sentido da efetivação de acompanhamento “in loco” da execução de convênios celebrados pelo MAPA, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, com a emissão do correspondente relatório conclusivo e seu encaminhamento àquela Secretaria. No exercício, e com término da vigência de Convênios, foram produzidos relatórios de acompanhamento de convênios celebrados com a Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional – 704789/2009, Associação dos Criadores de Brahman – 706171/2009, Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – 720358/2009, Prefeitura Municipal de Jacutinga/MG – 722659/2009, Prefeitura Municipal de Muzambinho/MG – 720261/2009, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Minas Gerais – 703412/2009, Associação Brasileira dos Criadores de Girolando – 720645/2009, Associação Brasileira dos Criadores de Gir Leiteiro – 703666/2009, Prefeitura Municipal de Ouro Fino/MG – 720272/2009, Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória/MG – 720194/2009, Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional – 749283/2010, Associação dos Caficultores da Região de Patrocínio/MG – 748869/2010, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – 732137/2010, Sindicato Rural de Uberlândia/MG – 748693/2010, Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – 731992/2010, Associação de Desenvolvimento Nacional – 748918/2010. Estes correspondem a 100% da demanda encaminhada pela SDC.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
AÇÃO 2B17 - FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – FISCONTRATO					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.					
Descrição: Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					

Coordenador nacional da ação: Alfredo Souza de Moraes Júnior					
Unidades executoras: CGPI					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
12.552,00	12.552,00	11.936,16	11.936,16	0,00	11.936,16
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
As ações desenvolvidas pela SFA/MG através deste plano interno foram embasadas em demandas da Secretaria de Desenvolvimento e Agropecuário SDC/MAPA, através do seu Departamento de Infra-Estrutura e Logística, decorrentes do Programa de Fiscalização de Contratos de Prestação de Serviços – CPS MAPA/CAIXA celebrado este Ministério e a Caixa Econômica Federal, que tem por objeto a execução dos serviços atinentes ao repasse de recursos, operacionalização e acompanhamento de projetos agropecuários dos Programas do Governo Federal sob a égide do MAPA, atividade prevista no próprio CPS MAPA/CAIXA.					
Integrando o Programa de Fiscalização em apreço, foram estabelecidos critérios para implementar a fiscalização dos objetos de contrato de repasse, descentralizando a execução das atividades do gênero para as Superintendências Federais de Agricultura, não só por representar legítimo interesse do MAPA, mas também para satisfazer orientação/determinação provindas da Controladoria Geral da União – CGU/PR e/ou Tribunal de Contas da União – TCU.					
À SFA/MG, no exercício de 2010, coube a vistoria “in loco” da execução de 40 (quarenta) Contratos de Repasse, processados por método de amostragem, realizados e indicados pelo DIEL/SDC.					
A amostragem contemplou contratos de repasse celebrado pelo MAPA, através da mandatária CAIXA, nos últimos cinco anos, retroativamente ao exercício de 2010.					
Após o recebimento da lista indicativa dos contratos a serem fiscalizados, a Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, programou as atividades ao longo do ano e encaminhou a previsão de gastos para o DIEL/SDC, de forma tempestiva, junto com o cronograma das ações de fiscalização previstas.					
Feito isto, e descentralizados os recursos para deslocamento do servidor designado para tal atribuição, a SFA/MG atestou, em todos os 40 (quarenta) contratos em que realizou fiscalização “in loco”, a execução total ou parcial do objeto oriundo de recursos de contrato de repasse e, conforme o caso, o atendimento à finalidade a que se destinou conforme descrita no Plano de Trabalho homologado pelo MAPA.					
Foram emitidos relatórios descriptivos e conclusivos sobre as atividades de fiscalização dos Contratos Amostrados e encaminhados ao DIEL/SDC imediatamente após sua realização.					

Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 0375	Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários									
Tipo do Programa: Finalístico										
Objetivo Geral: Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.										
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.										
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim	Responsável: Carlos Roberto de Castro									
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, e embaladores e armazenadores de insumos agropecuários.										
Informações orçamentárias e financeiras do Programa										
AÇÃO 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – FISCAGRIC1										
Em R\$ 1,00										
Tipo da ação: Atividade										
Finalidade: Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e a sustentabilidade ambiental.										
Descrição: Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.										
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DIEL/SDC										
Coordenador nacional da ação: Chefe da DMAA/DIEL										
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais através do SESAG/DPDAG/DDA-MG										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos					
Inicial	Final									
9.400,00	9.400,00	8.291,90	8.291,90	0,00	8.291,90					
Informações sobre os resultados alcançados										

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Ao Plano Interno – Fiscalização de Serviços Agrícolas compete:

I - Programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de:

- Empresas prestadoras de serviços agrícolas / aviação agrícola;

II - Instruir, consoantes as normas específicas e processos de:

- Registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas.

A fiscalização de serviços agrícolas é realizada nas sedes das empresas operadoras, assim como em condições de campo, verificando-se o cumprimento das Normas Técnicas, dando ênfase à observância às normas de proteção à vida, a saúde, tanto técnico operacional, como das populações interessadas, e ainda, pela ótica da proteção à fauna e à flora.

Para que as ações de fiscalização sejam eficientes, se faz necessário o aporte de recursos no início do exercício, uma vez que a atividade aero agrícola concentra-se no período compreendido entre novembro e março, época em que as culturas anuais estão instaladas nas regiões produtoras em Minas Gerais, ou seja no primeiro trimestre do ano.

Salientamos que pela peculiaridade da atividade há necessidade de se percorrer grandes distâncias, podendo ou não culminar com a localização de aeronaves em efetiva atividade de pulverizações, só assim, sendo possível, a lavratura de documentos fiscais, somando ainda ao fator limitante de condições climáticas, quando períodos chuvosos inviabilizam as aplicações, não permitindo muitas vezes o cumprimento de uma programação de fiscalização. Lembramos, ainda, a necessidade de veículos apropriados para percorrer as longas distâncias e preparados para enfrentar o difícil acesso às áreas onde são executadas as atividades aero agrícolas, normalmente sobre condições precárias de estradas e vias de acesso aos fiscalizados, principalmente em condições climáticas adversas o que é quase sempre a regra. Também consideramos que a demanda crescente pela atividade aero agrícola no Estado de Minas Gerais, a qual vem acompanhando o crescimento da Cultura da Cana de Açúcar e a implantação de áreas Florestais (Eucalipto) aumentou consideravelmente as áreas trabalhadas pelas empresas, o que requer um incremento no número de FFAs com a qualificação necessária para atender a execução da atividade.

Algumas metas previstas para 2011 tais como: o registro de empresas, aeronaves, engenheiros agrônomos responsáveis técnicos das empresas e etc, são resultados de projeções, com base no exercício de 2010, podendo ser atingidas ou não, tendo em conta que não há como controlar a demanda advinda do segmento.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 0357

Denominação: Segurança da Sanidade Agropecuária

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.

Objetivos Específicos:

- 1- Controle e Erradicação da Febre Aftosa.
- 2- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.
- 3- Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual e Internacional de animais, seus produtos e insumos.

Gerente: Inácio Afonso Kroetz

Responsável: José de Oliveira Mascarenhas Junior

Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa
AÇÃO 4842 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – FEBREAFTOSA

Em R\$ 1,00

Tipo da ação: Ação Orçamentária

Finalidade: Manter o status dos Estados já reconhecidos como áreas livres de febre aftosa e erradicar a doença das demais regiões do País.

Descrição: 1-Auditória em unidades locais do órgão executor – IMA para verificar o desenvolvimento das ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa;
2- Supervisão sistemática do órgão executor através de reuniões e visitas.
3- Emissão de autorizações de ingresso de animais no Estado de Minas Gerais;
4- Auditorias em outros Estados da Federação visando verificar o desenvolvimento das ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa;
5- Acompanhamento e supervisão do estudo a campo para a detecção de anticorpos contra Proteínas não Capsidais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Saúde Animal /DSA

Coordenador nacional da ação: Francianne Abrantes Assis

Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Início	Final	1.350.340,14	106.465,14	1.243.875,00	106.465,14
R\$ 1.244.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).					
A SDA descentralizou recurso à SFA/MG para modernizar a sua frota de veículos. A Superintendência deliberou com as Divisões, para a distribuição de 27 carros para a SSA e Unidades Regionais.					
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
O Serviço de Saúde Animal (SSA) da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais tem a missão de promover a defesa sanitária animal no Estado de Minas Gerais através da coordenação e integração dos trabalhos de diferentes instituições governamentais e não governamentais.					
Como em anos anteriores, as ações de defesa sanitária, consideradas indelegáveis, foram desenvolvidas diretamente pelos Fiscais Federais Agropecuários do SSA e das Unidades Técnicas da SFA e as delegáveis foram executadas de maneira indireta pelos Fiscais Agropecuários do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, que atende aos programas específicos do MAPA, com destaque para a “Erradicação da Febre Aftosa” com o acompanhamento do SSA/MG.					
Para o alcance do que se considera “área livre”, como produto desta ação lançada no SIPLAN, diversas atividades foram desenvolvidas, tanto pelos FFAs do SSA, relatadas no presente relatório, como pelo órgão executor estadual. Nesta ação, a execução é de competência quase que exclusiva do IMA, utilizando recursos financeiros próprios ou de convênio com o MAPA.					
A principal fonte de financiamento da ação, com relação ao SSA é a fonte 100.					
O objetivo do Plano de Ação foi plenamente alcançado. Graças aos trabalhos que vem sendo realizados mantivemos em todo o Estado o status de zona livre de febre aftosa com vacinação bem como a autorização para a exportação de carne fresca de bovino desossada e submetida à maturação para a Comunidade Européia.					
Permanece como a principal dificuldade para realizarmos as avaliações financeiras o fato de não dispormos do detalhamento dos gastos no elemento de despesa 3390.30.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
AÇÃO 8658 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS – PCEANIMAL					
Tipo da ação: Ação Orçamentária					
Finalidade: Prevenção, erradicação e controle das doenças dos animais.					
Descrição: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura – PNSA					
Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura – PNSS					
Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose – PNCEBT					
Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espóngiforme Bovina - Doença da Vaca Louca – PNCRH					
Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equídeocultura – PNSE					
Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura – PNCRB					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Saúde Animal/DSA					
Coordenador nacional da ação: Guilherme de Azevedo Marques					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Início	Final	310.157,00	265.300,68	44.856,42	222.944,20
R\$ 42.693,40 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).					
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
O SSA tem como missão a adoção de medidas de prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais que ocorrem no Estado. As ações refletem em ganhos na qualidade e quantidade dos produtos e subprodutos para o produtor e o consumidor final, na segurança alimentar da população, abertura e manutenção de mercados para exportação.					
A Defesa Agropecuária é uma questão de segurança nacional, e, face sua importância estratégica, é instrumento de garantia da produção e contribuição para a sustentabilidade do agronegócio.					
As atividades desenvolvidas pelos diferentes programas sanitários, instituídos no Departamento de Saúde Animal – DSA foram incluídas, no PPA 2008-2011 como a ação “Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais”. Assim a ação abrange os seguintes Programas Nacionais: Sanidade Avícola – PNSA, Sanidade Suídea – PNSS, Sanidade Equídea -					

PNSE, Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias – PNCRH, Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose – PNCEBT, Controle de Resíduos Biológicos – PNCRB, além das outras doenças não abrangidas por programas específicos. Na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, as atividades foram em sua maior parte, desenvolvidas pelos servidores do órgão executor estadual.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa	Em R\$
AÇÃO 2181 E 2139 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL E DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS	1,00

Tipo da ação: Ação Orçamentária

Finalidade: Realizar o controle sanitário inerente aos processos de importação de animais, produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões, ovos férteis), produtos de origem animal (cárneos/lácteos etc), materiais científicos relacionados aos animais, com a finalidade de impedir a introdução e disseminação de doenças animais no Estado de Minas Gerais e em todo território nacional.

Cumprir e certificar, do ponto de vista sanitário (defesa animal), os requisitos acordados para a exportação de animais, produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões e ovos férteis), produtos de origem animal (cárneos/lácteos etc), e materiais científicos relacionados aos animais.

Descrição: 1. Analise de Requerimentos de autorizações de importação (AI) com emissão, ou não, das Autorizações de Importações (AI) (IMPORTAÇÕES);
 2. Analise de Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (Autorização de Exportação) com emissão, ou não, das do Certificado Zoossanitário Internacional (EXPORTAÇÕES);
 3. Fiscalização de quarentenários indicados para recepção de animais importados;
 4. Fiscalização de quarentenários destinados a animais a serem exportados;
 5- Analise das solicitações de avaliação e sacrifício de bovinos importados de Países de Risco para a Encefalopatia Espóngiforme Bovina;
 6- Análise das solicitações de habilitação/credenciamento de médicos veterinários e habilitar/credenciar os qualificados para exercer as atividades delegadas;
 7-Desabilitar/descredenciar os médicos veterinários que não cumprem a legislação de DSA, fiscalizados pelo órgão executor;
 8- Fiscalização de documentos de transito (GTA/Cis E) emitidos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Saúde Animal/DSA

Coordenador nacional da ação: Luiz Felipe Ramos Carvalho

Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final	---	---	---	---
---	---	---	---	---	---

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Não houve programação de recursos financeiros para as Ações 2181 e 2139 as várias atividades ligadas ao PI continuam efetivamente sendo executadas pelo SSA, com recursos do PCEANIMAL.

As atividades voltadas para o controle sanitário das importações desenvolvidas pelo SSA, aí incluídas as análises de risco, o controle das quarentenas, etc. têm por finalidade minimizar ou anular os riscos sanitários inerentes a todo o processo de importação de animais, garantindo assim, o status de país livre ou controlado para esta ou aquela enfermidade.

No atendimento a esta demanda (importação) o SSA em 2010 analisou 100% dos Requerimentos de autorizações de importação (AI) solicitadas ao setor. Após a análise de cada requerimento, emitiu-se, ou não, as Autorizações de Importações (AI) conforme os riscos sanitários envolvidos e critérios técnicos vigentes. No total foram emitidas 249 Autorizações.

Em 2010 o SSA atendeu também as atividades necessárias ao controle sanitário das exportações de animais, compreendendo as análises dos requerimentos para obtenção de Certificados Zoossanitários Internacionais. Estas ações estão dependentes do atendimento aos requisitos sanitários estabelecidos pelo país importador, culminando com a emissão, pelo SSA, das emissões das Autorizações para Emissão dos Certificados Zoossanitários Internacionais, que foram encaminhados aos Serviços de Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/MAPA) nos aeroportos/portos/postos de fronteira. Ainda, em atendimento às exportações, o SSA emitiu os Certificados de Origem de produtos de origem animal, bem como, de materiais científicos e/ou laboratoriais, quando o caso assim o requereu.

No atendimento desta demanda (Exportação de Animais/subprodutos/produtos laboratoriais e materiais científicos de origem animal) em 2010 o SSA analisou 100% dos Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (AE) solicitadas ao Setor em Minas Gerais. A partir desta análise, emitiu-se, ou não, as Autorizações para Emissão de Certificado Zoossanitário Internacional conforme os critérios técnicos e protocolos sanitários estabelecidos entre o Brasil e o país importador.

Houve um total 267 (duzentos e sessenta e sete) autorizações para emissão de Certificado Sanitário Internacional (CSI) que foram direcionados ao VIGIAGRO/MAPA para a emissão do CSI.
O SSA, em 2010, fiscalizou 04 (quatro) quarentenários utilizados como locais para isolamento de animais que foram exportados de Minas Gerais para os diversos países do mundo.

Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 1442	Denominação: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio									
Tipo do Programa: Finalístico										
Objetivo Geral: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.										
Gerente: Marcio Antonio Portocarrero	Responsável: Helinton José Rocha									
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.										
Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 8592 - DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR – RASTREAB1										
Em R\$ 1,00										
Tipo da ação: Atividade										
Finalidade: Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.										
Descrição: Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov – ERAS, certificadoras, fábricas de elementos de identificação e associações de raça.										
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento										
Coordenador nacional da ação: Naor Maia Luna										
Unidades executoras: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos					
Inicial	Final	25.743,63	24.784,51	959,12	24.784,51					
Informações sobre os resultados alcançados										
Análise do Resultado Alcançado										
Análise Crítica										
Descrição:										
Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.										
A meta física não foi totalmente realizada, pois o planejamento das auditorias em certificadoras é feito sempre pela Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade – CSR, por demanda, e no ano de 2010, houve apenas (01) uma solicitação de auditoria no escritório regional da certificadora PLANEJAR realizada através do ofício nº 789/CSR/SDA. A auditoria da certificadora PLANEJAR foi realizada por um FFA do SSA/SFA-MG e um FFA da CSR no dia 08 de novembro de 2010, tendo sido aberto o processo administrativo de nº 21028.007838/2010-76. Outras informações da justificativa de número programado e número realizado, do Número de Certificadoras Auditadas, encontra-se no item 2.4.3.27.										
Sub-ação:										
Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários Rastreabilidade.										
Parceiros do MAPA relacionados ao PI RASTREAB:										
<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; • Secretaria Estadual de Agricultura de Minas Gerais; • Empresas certificadoras credenciadas pelo MAPA; • Fábricas de elementos de identificação credenciadas pelo MAPA. 										

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.					
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.					
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim – SDA/MAPA	Responsável: Paulo Marcos de Paula Lima				
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazémistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO DE VINAGRES E BEBIDAS DE ORIGEM VEGETAL – IPVEGETAL2					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de vinagres e bebidas de origem vegetal ofertados à população.					
Descrição: Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de vinagres e bebidas de origem vegetal, bem como, análise prévia à importação desses produtos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Defesa Agropecuária					
Coordenador nacional da ação: Helder Moreira Borges					
Unidades executoras: Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal					
Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
310.443,53	310.443,53	285.447,95	279.433,95	6.014,00	279.433,95
R\$ 19.985,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).					
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
A meta estabelecida para a atividade IPVEGETAL2 foi alcançada por esse serviço, totalizando 436 estabelecimentos inspecionados e realizadas 89 vistorias com finalidade de registro ou renovação de registro de estabelecimentos. Com a introdução da Lista de Verificação como rotina nas inspeções e a implantação dos POPs para fiscalização vai ser possível direcionar mais as fiscalizações no Estado como um todo.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – PADCLASSIF					1,00
Tipo da ação: Atividade					

Finalidade:

- Garantir a conformidade dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal com os padrões oficiais estabelecidos pelo MAPA;
- Garantir a identidade, qualidade, a inocuidade e segurança dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, preservando a segurança do consumidor;
- Avaliar a conformidade dos produtos vegetais importados com os padrões oficiais estabelecidos para o mercado interno;
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;
- Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;
- Colaborar com a CGQV/DIPOV/SDA/MAPA nos trabalhos de elaboração e adequação dos normativos complementares ao Decreto 6.268/2007;
- Classificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores;
- Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados;
- Avaliar a qualidade e conformidade dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas e pelas pessoas físicas habilitadas;
- Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização;
- Propiciar a capacitação dos técnicos para atuarem nas ações de supervisão e auditoria dos sistemas de controle das condições higiênico-sanitárias dos produtos vegetais incluídos nas diretrizes da CGQV/DIPOV/SDA/MAPA;
- Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;
- Executar as ações estaduais estabelecidas pelo Plano Nacional de Qualidade dos Produtos Hortícolas coordenado pela CGQV/ DIPOV/SDA/MAPA;
- Apoiar as ações e atender as diretrizes e cronograma do programa de “Controle de contaminantes e resíduos” coordenado pelo DIPOV/SDA/MAPA;
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade/SGQ no Laboratório de Classificação Oficial/LACO da SFA/MAPA-MG, adequando-o às exigências de certificação NBR ISO 17025;
- Estabelecer procedimentos de integração entre o laboratório de classificação da SFA/MAPA-MG e os laboratórios credenciados para fins de adequação futura dos mesmos às exigências de certificação NBR ISO 17025;
- Capacitar técnicos em classificação e procedimentos de fiscalização de produtos vegetais, habilitando-os para o exercício da atividade;
- Viabilizar a capacitação dos técnicos que atuam na atividade como auditores de laboratórios credenciados pelo MAPA para a prestação de serviços de classificação.

Descrição:
<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização dos estabelecimentos que processam, embalam, distribuem, armazenam e comercializam produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, mediante a inspeção e coleta de amostras para fins de aferição e avaliação de sua conformidade com os padrões oficiais de classificação; • Coleta de amostras dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal importados e nacionais para análise e avaliação; • Coleta de amostras e monitoramento da qualidade do amendoim comercializado para consumo in natura ou utilizado como matéria prima pela indústria de alimentos; • Coleta de amostras e monitoramento da qualidade dos óleos vegetais comercializados no Estado de Minas Gerais; • Supervisões técnicas das entidades credenciadas para avaliação dos procedimentos e metodologias utilizados na prestação dos serviços de classificação; • Retirar do mercado produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana; • Capacitação de técnicos nos procedimentos de inspeção e fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; • Execução de levantamentos de informações relativas aos agentes envolvidos na cadeia agroprodutiva dos hortícolas; • Cadastramento e emissão dos dados no sistema de registro (CGC/MAPA) dos estabelecimentos beneficiadores, processadores, exportadores, importadores, armazenadores e transportadores de frutas, hortaliças, grãos, amêndoas e especiarias; • Supervisões técnicas das entidades credenciadas para avaliação dos procedimentos e metodologias utilizados na prestação dos serviços de classificação; • Contratação de consultoria na área de certificação de laboratórios; • Adequação complementar das instalações físicas do setor técnico e do laboratório de classificação; • Participação dos técnicos em cursos de capacitação e aperfeiçoamento ministrados pela Rede Metrológica de Minas Gerais; • Treinamentos e reciclagens periódicas dos técnicos envolvidos na atividade de classificação para atualização de conhecimentos e inclusão de novos produtos; • Participação em reuniões técnicas de avaliação das atividades, realizadas em âmbito local, regional e nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenador nacional da ação: Fábio Florêncio Fernandes
Unidades executoras: Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
215.430,00	215.430,00	210.041,79	200.657,08	9.384,71	200.657,08

R\$ 40.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

A meta estabelecida para a atividade PADCLASSIF foi alcançada por esse serviço, totalizando mais de 18 mil toneladas de produtos padronizados fiscalizados, bem como foram realizadas inspeções em todas as entidades credenciadas para executar a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Acrescentam-se ainda os esforços para implementar o atendimento às solicitações da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/CGQV/DIPOV/SDA-MAPA que embora previamente identificadas, não tiveram suas demandas plenamente conhecidas e programadas, resultando na execução pelos técnicos do SIPOV das seguintes ações.

- Coleta de amostras dos produtos abrangidos pelo PNCRC Vegetal;
- Coleta de amostras dos produtos abrangidos pelo Plano Nacional de Controle de Qualidade de Produtos Vegetais;
- Atuação como instrutores nos cursos de qualificação de classificadores homologados pelo MAPA e destinados à formação de técnicos habilitados a executar a atividade e à atualização de classificadores registrados para os produtos cujos padrões oficiais foram reformulados;
- Participação ativa nos trabalhos de normatização do Decreto 6.268/2007, em atendimento às diretrizes estabelecidas na Portaria MAPA 1073/2008, que criou o Grupo Técnico da Qualidade Vegetal – GTQV, para propor regulamentos técnicos e projetos normatizadores que estabelecerão procedimentos e instruções para a execução do Decreto Nº 6.268, de 22/11/2007 e Portaria MAPA 1186/2008 que designou os integrantes do referido Grupo Técnico;
- Participação e atuação junto aos setores competentes do agronegócio nacional na realização de estudos e pesquisa

<p>para elaboração ou revisão de Padrão Oficial de Classificação de Produtos: milho, milho pipoca, trigo, azeite, batata, farinha de mandioca;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação nas atividades coordenadas pela CGQV de fiscalização e supervisão das empresas controladoras de embarque, objetivando a regularização das atividades regulamentadas pela IN MAPA No. 15/2004 que trata dos requisitos higiênico-sanitários da soja destinada à exportação, importação e mercado interno; • Participação em eventos e treinamentos específicos destinados ao aperfeiçoamento técnico da equipe responsável pela implementação de novas metodologias de trabalho e abordagem da ação fiscalizadora, incluindo os aspectos relacionados às boas práticas e gestão da qualidade.

Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 0375	Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários									
Tipo do Programa: Finalístico										
Objetivo Geral: Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.										
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.										
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim - Secretário de Defesa Agropecuária	Responsável: Antônio do Valle Ramos - Superintendente Federal									
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.										
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00					
AÇÃO 2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – FISCALSEM 1					1,00					
Tipo da ação: Atividade										
Finalidade: Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.										
Descrição: A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) registro de cultivares; 2) inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazemador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM; 3) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 4) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.										
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA										
Coordenador nacional da ação: José Neumar Francelino – Coordenador da CSM/DFIA										
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFIA/DDA/SFA-MG										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos					
Inicial	Final	1.520.844,50	1.509.439,31	1.419.093,91	90.345,40					
R\$ 986.458,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).										
Informações sobre os resultados alcançados										
Análise do Resultado Alcançado										
Análise Crítica										
O PI FISCALSEM1 tem como objetivo a fiscalização da produção de sementes e mudas no Estado de Minas Gerais e manutenção do sistema de conformidade, certificação e validação como base para a sustentação à semente brasileira perante a comunidade científica e ao mercado consumidor. Atua ainda na fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados – OGM e seus derivados, adotando como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do Princípio da Precaução para a proteção do meio ambiente.										
Dentro de seus objetivos tem por atribuição fiscalizar, cadastrar e registrar material vegetal na forma da legislação específica e ainda os respectivos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam, distribuem, importam ou comercializem, também aqueles que prestam serviços especializados na agropecuária e nas atividades com organismos geneticamente modificados, na forma da legislação específica. Desta forma atua na melhoria dos níveis de conformidade e qualidade de sementes e mudas a serem disponibilizados para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, consequentemente, a rentabilidade do agronegócio.										
A descentralização dos serviços de fiscalização por convênio ou acordo, quando necessária, dar-se-á mediante proposição										

da unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas unidades federativas e aprovação do respectivo Ministro de Estado, após parecer conclusivo emitido, favoravelmente, pelo órgão técnico central. Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas. A execução das atividades correlatas ao presente Plano Interno é feita de acordo com Plano Operativo Anual elaborado de acordo com as demandas do Estado sob a orientação da Coordenação de Sementes e Mudas / Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, onde dispõe de uma Programação Física e Financeira elaborada.

As ações desenvolvidas no PI FISCALSEM envolvem a fiscalização da produção e a utilização de sementes e mudas e a certificação suplementar da produção de sementes e mudas. Estas ações têm um impacto determinante na produção agrícola, pois o produtor rural terá à disposição insumos de qualidade, possibilitando maior produtividade e rentabilidade e consequentemente melhoria de sua renda.

Além disso, tais ações são de grande importância na pesquisa de desenvolvimento de cultivares com inovações tecnológicas incorporadas como tolerância e/ou resistência à variações edafoclimáticas ou pragas, haja vista que coibindo o uso indevido de sementes, garantem o direito dos melhoristas.

Atua ainda na fiscalização das atividades do uso comercial e pesquisa de Organismos Geneticamente Modificados – OGM, quanto aos aspectos de biosegurança.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, produtos agrícolas seguros e a custos menores decorrentes da maior oferta, segurança ambiental, saúde humana, animal e das plantas, e os benefícios decorrentes do incremento das exportações agrícolas brasileiras.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES – FISFECOI		Em R\$ 1,00
---	--	--------------------

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

Descrição: A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos:

1) registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) registro de produtos; 3) fiscalização da produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, realizado através de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA; 6) realização de reuniões técnicas e cursos de capacitação destinados ao aprimoramento dos processos operacionais relacionados ao programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA

Coordenador nacional da ação: Hideraldo José Coelho – Coordenador da CFIC/DFIA

Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFIA/DDA/SFA-MG

Dotação	Inicial	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos
		Final	Empenhada	Liquidada	
423.543,50	423.543,50	413.290,53	412.864,61	425,92	396.751,61

R\$ 37.979,50 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

A Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes (FISFECOI) tem como principal objetivo assegurar níveis satisfatórios de conformidade e qualidade aos fertilizantes, corretivos e inoculantes disponibilizados para a agricultura nacional. Estima-se que a partir do alcance desses objetivos, produtividades mais elevadas poderão ser alcançadas contribuindo decisivamente para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro refletindo também, de modo positivo, no grau de oferta de gêneros alimentícios com elevado padrão de qualidade a custos mais acessíveis.

Da análise dos resultados alcançados por intermédio das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2010 depreende-se que estes apontam para uma tendência de melhoria nos níveis de conformidade e qualidade nos insumos agrícolas, em especial nos fertilizantes minerais simples (99%). Uma vez que estes se caracterizam como matérias primas para a fabricação de diversas formulações e misturas de fertilizantes minerais, referidas melhorias deveriam proporcionar impactos positivos com relação à expectativa sobre a qualidade final dessas formulações. E é o que efetivamente se observa, visto que para os fertilizantes minerais mistos foi constatado um incremento no índice de conformidade em relação ao ano anterior, passando de 82% para 89%.

Já para os fertilizantes minerais complexos verificou-se uma queda no grau de conformidade, relativamente ao ano anterior, passando de 98% para 89%. Visto tratarem-se, em sua quase totalidade, de produtos importados não há como planejar ações destinadas a melhoria dos índices de conformidade nesses produtos, devendo contudo serem intensificadas

as fiscalizações de rotina destinadas a aferição de suas garantias.

Para os fertilizantes minerais líquidos foi observada uma significativa elevação nos índices de conformidade apurados, saltando de 87% para 94%. Depoimentos colhidos no decorrer do exercício apontam para uma maior utilização desses insumos pelos produtores rurais, o que em parte explicaria maiores investimentos por parte dos fabricantes em produtos de melhor qualidade.

Cabe ainda ressaltar os índices de conformidade apurados para corretivos e condicionadores de solo, de 91% e 99%, respectivamente. Em contrapartida verificou-se a urgente necessidade em se dispensar maior atenção aos produtos de origem orgânica, a exemplo dos fertilizantes orgânicos e organominerais sólidos (10%) e fluidos (26%), bem como para os substratos para plantas (39%). Apesar de produzidos em menor escala (se comparados aos fertilizantes minerais), os índices de conformidade verificados nesses produtos apontam para a necessidade de adoção de ações mais intensas relativamente à sua fiscalização.

No alcance dos indicadores relacionados anteriormente verificou-se que a implementação do Regime Especial de Fiscalização (REF), levado a termo no decorrer do 2º semestre de 2009, contribuiu de maneira significativamente favorável. Em decorrência da maior intensidade das ações de fiscalização sobre os produtores de fertilizantes minerais, constatou-se que estes passaram a dispensar cuidados adicionais, anteriormente preteridos, na fabricação de seus produtos. Desse modo, atribui-se a esse fato a responsabilidade pela consolidação da atividade de fiscalização como veículo promotor da qualidade e do desenvolvimento do agronegócio no Estado.

Um dos grandes entraves para a consecução das ações programadas pelo PI persiste na demanda por Fiscais Federais Agropecuários para o fortalecimento do quadro de pessoal diretamente envolvido com a atividade. Reside nesse ponto uma das maiores restrições, senão a maior, às quais o PI FISFECOI se encontra atualmente submetido.

Em contrapartida, a celeridade observada na descentralização dos recursos orçamentários destinados à execução das ações de fiscalização no decorrer do exercício configura-se como aspecto de caráter extremamente positivo, contribuindo decisiva e significativamente para o seu efetivo desenvolvimento ao longo do ano. A disponibilidade desses recursos em tempo hábil possibilitou o alcance de indicadores com maior confiabilidade, uma vez que permite a coleta e a análise de produtos nos períodos mais adequados a uma melhor avaliação dos resultados.

Outro aspecto que contribuiu para o alcance de melhores resultados no desenvolvimento das ações de fiscalização encontra-se relacionado com a substituição total da frota disponível para a realização de deslocamentos. Especial atenção tem sido dispensada também em relação à substituição dos equipamentos e suprimentos de informática utilizados no desempenho das atividades fiscais. Deve-se ressaltar que o PI foi amplamente contemplado em ambos os aspectos ao longo do ano de 2010, permanecendo a expectativa de continuidade em relação a novas aquisições destinadas à modernização do PI FISFECOI.

Por fim, ressalta-se a preocupação manifestada pela coordenação em disponibilizar o constante acesso a informação, quer seja através de cursos ou de ações de capacitação e harmonização de procedimentos, possibilitando dessa maneira a ininterrupta troca de experiência e atualização do conhecimento necessários ao bom desempenho das atividades relacionadas ao PI FISFECOI.

De todo o exposto, avalia-se positivamente o desempenho das atividades implementadas no decorrer do ano de 2010, cujo objetivo maior reside no alcance de melhores índices de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa AÇÃO 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS – FISAGROTOX				Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade				
Finalidade: Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.				
Descrição: A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) registro de agrotóxicos; 3) credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agronômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; 4) fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).				
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA				
Coordenador nacional da ação: Luís Eduardo Pacifici Rangel - Coordenador Geral da CGAA/DFIA				
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais através do SEFIA/DDA/SFA-MG				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados
Inicial	Final			Valores Pagos
137.819,30	137.819,30	125.543,29	125.543,29	0,00
				125.543,29

Informações sobre os resultados alcançados									
Análise do Resultado Alcançado									
Análise Crítica									
<p>O PI FISAGROTOX envolve as atividades de credenciamento e fiscalização de entidades para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; credenciamento e fiscalização de empresas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira (em transição para o SSV); em ambos os casos, efetuam-se vistorias dos estabelecimentos como parte do processo de credenciamento; fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins, focando em produtos e processos.</p> <p>As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos, de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões fitossanitárias pode trazer sérias consequências econômicas. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias são os argumentos mais utilizados atualmente, como forma de protecionismo comercial.</p> <p>As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, consequentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo de modo a ter menores teores de resíduos nos alimentos); e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras.</p> <p>Agricultores e usuários de agrotóxicos; estabelecimentos produtores de agrotóxicos; empresas prestadoras de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira; entidades envolvidas com pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; e obviamente, o cidadão enquanto consumidor.</p> <p>A qualidade dos insumos e serviços agropecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas, produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores. Além disso, a atividade de tratamento fitossanitário no comércio internacional é uma questão de segurança do agronegócio, pois está relacionada à entrada de pragas exóticas no país.</p> <p>As metas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • fiscalizar as empresas produtoras de agrotóxicos, com coleta de amostras do produto; • fiscalizar as empresas credenciadas para tratamento fitossanitário com fins quarentenários (em transição para o Serviço de Sanidade Vegetal); • fiscalizar entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. 									

Fonte: SIPLAN, PPA, SIAFI Gerencial e Operacional.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
Agri-cultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2134/2 201	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	120.000	118.366	120.000
Agri-cultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	8572	Atividade	3	Área (ha)	129.000	129.000	615.000
Agri-cultura	Normatização e Fiscalização	0356	4738	Atividade	4	Área (ha)	55.428	55.428	55.428

Agri-cultura	Normatiza-ção e Fiscalização	0356	4745	Atividade	4	Número de Fiscaliza-ção (Unidade)	100	144	218
Agri-cultura	Normatiza-ção e Fiscalização	0375	2019	Atividade	4	Fiscaliza-ções Realizadas	65	60	65
Agri-cultura	Fiscalização	0375	2124	Atividade	4	Fiscaliza-ções Realizadas	600	653	453
Agri-cultura	Normatiza-ção e Fiscalização	0375	2140	Atividade	4	Fiscaliza-ções Realizadas	91	117	90
Agri-cultura	Normatiza-ção e Qualidade	0356	8938	Atividade	3	Unidade	750	704	715
Agri-cultura	Normatiza-ção e Qualidade	0356	4723	Atividade	3	Unidade	380	406	400
Agricul-tura	Defesa Sanitária Animal	0357	2181	Atividade	3	Unidade	6.455	5.383	3.372
Agri-cultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2180	Atividade	3	Unidade	21.658	30.981	25.000
Agri-cultura	Normaliza-ção e Qualidade	0393	2B47	Atividade	4	Unidade	84	379	516
Agri-cultura	Normaliza-ção e Qualidade	1426	8606	Atividade	4	Unidade	825	1.044	Meta a ser definida pela Coord.Geral de Desenv. Sustentável
Agri-cultura	Normatiza-ção e Fiscalização	0375	2177	Atividade	4	Fiscaliza-ções Realizadas	41	42	42
Agri-cultura	Defesa Sanitária Animal	0357	4842	Atividade	3	Km ²	586.528	586.528	586.528
Agri-cultura	Defesa Sanitária Animal	0357	8658	Atividade	3	Proprieda-de Atendida (Unidade)	30.000	44.988	30.000
Agri-cultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2181/2 139	Atividade	3	Fiscaliza-ção Realizada (Unidade)	60.000	62.590	60.000

Agri-cultura	Normatização e Fiscalização	1442	8592	Atividade	3	Unidade	14	11	8
Agri-cultura	Normatização e Qualidade	0356	8939	Atividade	3	Unidade	450	520	450
Agri-cultura	Normatização e Qualidade	0356	4746	Atividade	3	Tonelada	16.000	20.536	300
Agri-cultura	Normatização e Fiscalização	0375	2179	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	1.902	2.271	2.251
Agri-cultura	Normatização e Fiscalização	0375	2141	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	1.150	1.185	1.300
Agri-cultura	Normatização e Fiscalização	0375	2909	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	57	57	70

Fonte: SIPLAN, PPA e Plano Operativo Anual.

2.3.2.1 Análise Crítica

A execução física de cada Ação está descrita separadamente no item: 2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ, em Análise Crítica; e no item 2.4.3 – Indicadores de Desempenho, em Eficácia e Efetividade.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.3 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	110008				188.519,01
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial.

Observação: Refere-se aos recursos do Ministério da Pesca, descentralizados pela UG 110008 - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca executados pela UG 130056 a favor da unidade SEAP/MG.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.4 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS , RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	4.988.324,74	9.272.431,56	2.745.444,10	3.720.948,37
Convite				
Tomada de Preços	490.189,89	1.004.885,44	203.488,59	17.189,44
Concorrência				
Pregão	4.498.134,85	8.267.546,12	2.541.955,51	3.703.758,93
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	1.315.023,04	1.172.830,45	1.189.125,41	1.028.952,25
Dispensa	1.068.557,73	955.772,70	969.259,60	844.405,31
Inexigibilidade	246.465,31	217.057,75	219.865,81	184.546,94
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	1.835.471,70	2.247.083,99	1.835.471,70	2.247.083,99
Pagamento em Folha	167.791,76	132.006,55	167.791,76	132.006,55
Diárias	1.667.679,94	2.115.077,44	1.667.679,94	2.115.077,44
Outras	325.744,88	254.238,59	324.714,88	249.373,91

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial.

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.5 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1- Outras Despesas Correntes	5.752.14 4,29	6.062.0 97,38	5.919.9 36,05	6.194.10 3,93	382.720, 22	209.626, 00	5.385.08 5,35	5.808.4 88,94
339039	2.174.22 4,18	1.797.6 92,83	2.174.2 24,18	1.797.69 2,83	190.304, 39	69.095,2 3	2.006.79 0,47	1.601.3 99,25
339030		843.287 ,61		843.287, 61		80.231,7 8		761.830 ,88
339037	611.641, 43		611.641 ,43		184,67		543.210, 48	
339014	1.667.67 9,94	2.115.0 77,44	1.667.6 79,94	2.115.07 7,44			1.667.67 9,94	2.115.0 77,44
Demais elementos do grupo	1.298.59 8,74	1.306.0 39,50	1.466.3 90,50	1.438.04 6,05	192.231, 16	60.298,9 9	1.167.40 4,46	1.330.1 81,37

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial.

Observação: O valor a menor das despesas empenhadas em relação às despesas liquidadas e pagas representa os processos de auxílio-funeral, no valor de R\$ 167.791,76 (2009) e R\$ 132.006,55 (2010), em virtude destas despesas não exigirem empenho na Unidade.

A evolução das “despesas com diárias – 339014” de 2009 para 2010, quando figura como primeiro elemento de despesas correntes, considera o aumento na tabela de diárias em 21/07/2009, que causou impacto no exercício de 2010.

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.6 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
2 - Investimentos	2.544,62 8,31	6.752,48 0,66	2.544,62 8,31	6.752,48 0,66	1.834,24 2,57	5.214,40 2,40	709.670, 74	1.437,86 9,58
449051	490.189, 89	1.004.88 5,44	490.189, 89	1.004.88 5,44	286.701, 30	915.806, 32	203.488, 59	17.189,4 4
449052	2.054,43 8,42	5.747,59 5,22	2.054,43 8,42	5.747,59 5,22	1.547,54 1,27	4.298,59 6,08	506.182, 15	1.420,68 0,14
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial.

Observações: As despesas de capital representam parte da execução dos planejamentos dos cinco últimos exercícios para atender manutenção/obras e instalações das bases físicas da SFA-MG, além da renovação da frota de veículos, em reposição aos veículos leiloadados na Unidade. Consideramos positivo o atendimento e negativo o curto prazo para execução dos processos licitatórios, ficando como opção o Sistema de Registro de Preços no caso dos veículos.

2.4.3 Indicadores Institucionais

FONTE: SIPLAN, PPA, Plano Operativo, SIAFI Gerencial e Operacional.

2.4.3.1 Ação 2134-2201: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1

EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Supervisão do processo CFO/CFOC	nº	120	93	77,5	43
Supervisão dos trabalhos de fiscalização e controle de trânsito interestadual	nº	20	14	70	16
Fiscalização de material importado em depósito	nº	60	58	96,6	72
Fiscalização de material em quarentena	nº	30	22	73,3	06
Certificação fitossanitária na origem	nº	150	58	38,6	130
Parecer fitossanitário nas autorizações de importação	nº	-	201	-	156

Parecer fitossanitário nas autorizações de exportação	nº	-	114	-	96
Partida inspecionada no trânsito interestadual	nº	120.000	118.366	98,64	120.000
Fiscalização realizada	nº	380	240	63,10	519

EFICIÊNCIA

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
23.869,99	118.366	Fiscalização Realizada	201,66

EFETIVIDADE

A fiscalização e controle de trânsito internacional e interestadual de vegetais e produtos vegetais é uma das principais medidas de prevenção e controle de pragas regulamentadas visando garantir a sanidade das populações vegetais.

Foi alcançado o objetivo do Plano de Ação de garantir a Sanidade Vegetal evitando a entrada de novas pragas no País e a disseminação das pragas regulamentadas.

Destacamos o trabalho como uma das principais medidas fitossanitária na prevenção e controle das pragas Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Moko da Bananeira, Vespa da Madeira, Mosca da Carambola e outras pragas regulamentadas.

O trabalho também foi muito importante na prevenção das pragas quarentenárias ausentes, que representam grande risco para a agricultura brasileira, e no atendimento as exigências fitossanitárias no Comércio Internacional de Produtos Vegetais, possibilitando acesso a novos mercados, a exemplo do Programa de Exportação de Cucurbitáceas para a Argentina e Uruguai.

A expansão do agronegócio do Estado de Minas Gerais, com destaque para o complexo batata- semente, hortaliças, algodão, girassol e madeira, deve ser acompanhada de medidas de vigilância internacional capazes de impedir a introdução de novas pragas neste Estado da federação.

Para avaliar a importação de batata semente foi realizado em 2010 um levantamento da ocorrência de viroses nos plantios de batata no Estado de Minas Gerais, com ênfase nos vírus (PVA), (PVY) e (PLRV) numa parceria entre a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, especificamente dos centros de Horticolas, de Estudos Estratégicos e Capacitação e de Quarentena Vegetal. Este estudo conclui que o vírus PVA não está disseminado nas regiões visitadas do Sul de Minas Gerais e Alto do Paranaíba. Entretanto, os dados obtidos sugerem que a batata semente importada da Holanda esteja sendo apresentada no país com o PVA. O vírus PVY está amplamente disseminado em todas as regiões amostradas, ocorrendo em alta incidência, enquanto o vírus PLRV não foi detectado nos campos amostrados.

Isto demonstra que a eficiência do controle do trânsito internacional pode evitar danos e perdas de cultivo, aumento dos custos de produção, impacto sobre os programas de manejo de pragas em execução, danos ambientais, custos sociais, com educação de fontes de alimentos e de matéria-prima.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho

Indicador de Desempenho na Fiscalização do Trânsito Interestadual de Produtos de Origem Vegetal

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{\text{Nº de partidas fiscalizadas}}{\text{Nº de partidas programadas}} \times 100$$

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{118.366}{120.000} \times 100 = 98,64\%$$

2.4.3.2. Ação 8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

EFICÁCIA

Meta	Unidade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia %	Programado 2011
Supervisão realizada	nº	195	94	48.1	247
Levantamento fitossanitário	nº	60	62	103	84
Área controlada	ha	129.000	129.000	100	615.000

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
1.124.463,42	129.000	Área controlada (ha)	8,71

Da Despesa Liquidada de R\$ 1.124.463,42 está o incluído o valor R\$ 29.915,45 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Na ação de Prevenção, controle e erradicação de pragas dos Vegetais, foram realizadas as sub-ações de prevenção e controle das seguintes pragas: Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Huanglongbing (Greening), Mancha Negra dos citros, Morte Súbita dos Citrus, Ferrugem Asiática da Soja, Bicudo do Algodoeiro, Cancro da Videira, Vespa da Madeira, Mosca-das-frutas e pragas do cafeeiro no Sistema de Avisos Fitossanitários.

Foram realizados trabalhos de Educação Sanitária com o objetivo de conscientizar e educar a todos os envolvidos no processo de controle e prevenção ao Greening. Os resultados da ação são demonstrados no detalhamento das sub-ações.

Destacamos a manutenção do estado na condição de Unidade da Federação sem ocorrência das pragas Moko-da-bananeira, Mosca da Carambola e Cancro da Videira e manutenção de áreas livres de Sigatoka-Negra. A praga Cancro Cítrico esta em fase final de erradicação com a possibilidade de reconhecimento de área livre no Estado.

Os trabalhos realizados permitiram o controle de pragas de grande importância econômica, como a Ferrugem Asiática da Soja, Bicudo do Algodoeiro e pragas do cafeeiro, o que foi fundamental para o resultado econômico das lavouras cultivadas.

2.4.3.3 Ação 4738: Erradicação da Mosca da Carambola

EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Manutenção de armadilhas	und	10	10	100	10
Inspeção de armadilhas	nº	240	240	100	240
Área prevenida	ha	55.428	55.428	100	55.428

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
(*)	55.428	Área Prevenida	...

(*) A programação orçamentária é feita pela Coordenação Central.

EFETIVIDADE

A ação alcançou o objetivo proposto contribuindo para evitar a disseminação da mosca da carambola no País, mantendo o Estado de Minas Gerais na condição de Unidade da Federação sem ocorrência da praga favorecendo o desenvolvimento da fruticultura pela abertura de novos mercados que tem restrição fitossanitária quanto à mosca da carambola.

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{\text{Nº de municípios com registros de focos X 100}}{\text{Nº de municípios do Estado}}$$

(% de ocorrência da praga)

$$\text{Indicador de desempenho} = \frac{0}{863} \times 100 = 0\%$$

(% de ocorrência da praga)

2.4.3.4 Ação 4745: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN

EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2010
Fiscalização	nº	100	144	144	218
Reunião Técnica	nº FFA	2	2	100	-

EFICIÊNCIA

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
39.271,17	144	Número de Fiscalização	272,71

Foram gastos R\$ 24.171,17 em diárias e R\$ 12.100,00 em combustíveis, para a realização de 69 fiscalizações em experimentos de plantas transgênicas liberadas em campo e mais 75 em lavouras comerciais plantadas com milho geneticamente modificado para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBio 04/07.

O responsável técnico pelo PI-FISCORGEN (Augusto Carlos dos Santos Pinto) participou de Curso sobre Relatoria de Processos, realizado pela DFIA, em Foz do Iguaçu, no período de 12 a 17/04/2010. Também participou, juntamente com o FFA Antônio Carlos Diniz, dessa SFA/MG, da IV Reunião Técnica sobre Fiscalização de Atividades de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), realizada em Natal - RN, no período de 23 a 28/2010.

EFETIVIDADE

No ano de 2010 foram realizadas 69 fiscalizações de liberações planejadas no meio-ambiente de OGMs, em onze estações experimentais, ligadas a seis diferentes empresas de pesquisas agropecuárias. Outras 75 fiscalizações foram realizadas em lavouras comerciais plantadas com milho geneticamente modificado, para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBio 04/07. Essas fiscalizações foram realizadas em cinco regiões distintas do Estado, a saber: região de Uberaba, região de Uberlândia, de Patos de Minas, Sul de Minas e região de Unaí. Assim, foram realizadas 144 fiscalizações, superando em 44% a meta programada para o ano.

2.4.3.5 Ação 2019: Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Fiscalização de Estabelecimentos	65	60	92,30	65

EFICIÊNCIA

Valor descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
7.690,19	60	Fiscalização realizada	128,17

EFETIVIDADE

A melhoria da produtividade e aumento da produção de leite, carne, ovos, com a diminuição dos custos de produção, dependem muito do ganho genético do material utilizado, além dos aspectos sanitários, de manejo e nutrição.

Nos últimos anos o Brasil passou de importador de leite e carne para grande exportador.

Grande parcela desta conquista é devido à melhoria genética dos nossos rebanhos, conquistada com os Testes de Progênie, com os Programas Nacionais de Melhoramento das raças no Brasil, num trabalho conjunto do Ministério da Agricultura, Embrapa, Universidades, Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, Sociedade Brasileira de Tecnologia de Embriões e Fundações de Pesquisas Agropecuárias, juntamente com as Centrais de Sêmen e Embriões e Associações dos Criadores entre outros, e o controle da importação de material genético de alta performance.

A demanda de genética de alta qualidade, na área bovina, suína, ovina e de outras espécies domésticas, está aumentando consideravelmente, e com isto a responsabilidade da Fiscalização Federal Agropecuária. Todo esforço, com grande soma de recursos financeiros e humanos se faz necessário para uma boa fiscalização federal que garanta ao produtor rural a qualidade do material genético comercializado, com o mesmo padrão em todo o país.

Dentro do escopo da fiscalização de material genético animal, um conjunto de ações internas e externas são conduzidas, das quais destacamos:

- 211 análises de requerimentos de importação, totalizando: 374 suínos; 51.620 ovos férteis; 2.999.215 doses de sêmen bovino; 2.220 doses de sêmen bubalino, 1.547 embriões bovinos; 102 embriões ovinos e 16.907 pintos de um dia importados;
- inscrição de 360 reprodutores para colheita de sêmen e baixa de 390 reprodutores, em 2010, nas Centrais de sêmen de Minas Gerais.

2.4.3.6 Ação 2124: Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

EFICÁCIA – Sub-ação I e II

Ação/Sub ação I	Exec. 2007	Exec. 2008	Exec. 2009	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia 2010 (%)
Fiscalização de estabelecimentos (nº)	598	732	830	600	653	108,83
Ação/Sub ação II	Exec. 2007	Exec. 2008	Exec. 2009	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia 2010 (%)
Colheita amostras (nº)	464	428	751	495	676	136,56

EFICIÊNCIA – Sub-ação I e II

Sub-ação I			
Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da ação (R\$)
277.305,25	653	Fiscalizações de fabricantes de produtos para alimentação animal	424,66
Sub-ação II			
Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da ação (R\$)
277.305,25*	676	Colheitas de amostras de produtos para alimentação animal	410,21

* Os recursos empregados, na colheita de amostras, sub-ação II, são os mesmos recursos disponibilizados para a sub-ação I – fiscalização de estabelecimentos, ou seja, não são computados separadamente, visto que muitas vezes as sub ações I e II são executadas simultaneamente.

Da Despesa Liquidada de R\$ 277.305,25 está o incluído o valor R\$ 150.000,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Efetividade – Sub-ação I

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos para alimentação animal contribui para aumento da produtividade e saúde animal, para a inocuidade desses insumos e melhoria da sua qualidade, o que é de grande importância para o aumento da produção pecuária e a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal, visto que, os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva dos alimentos para consumo humano.

Efetividade – Sub-ação II

A colheita de amostras possibilita a verificação da conformidade dos níveis de garantia, da presença de microrganismos patogênicos, contaminantes ou ingredientes proibidos. Desta forma, contribui, para melhoria da qualidade e para a inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para os animais de produção e dos animais de companhia e dos consumidores de produtos de origem animal.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes auxilia na redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no País, mantendo-o com status de “livre da doença”, o que é essencial para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira.

Outras atividades da Ação 2124: Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN merecem destaque e se encontram no Anexo.

2.4.3.7 Ação 2140: Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET

EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Fiscalização de Estabelecimentos Fabricantes	93	117	125,80	90

EFICIÊNCIA

Valor Descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação R\$
46.354,37	117	Fiscalização realizada	396,19

Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidadada, em Eficiência, de R\$ 136.354,37. Não foi utilizado o valor de R\$ 90.000,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

Dentro do escopo da fiscalização dos produtos veterinários, um conjunto de ações internas e externas são conduzidas, das quais destacamos:

- análises de requerimento de importação: 270 importações autorizadas, representando aumento de 42% em relação às de 2009, que eram 190;
- colheitas de amostras de 100% das vacinas fabricadas sujeitas ao controle oficial, para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes do Estado de Minas Gerais, conforme produção das empresas, perfazendo 156 colheitas em 2010;
- autorizações de transporte para a Central de Selagem em Vinhedo/SP, de 100% das vacinas contra raiva dos herbívoros e contra febre aftosa, para fins de colheita oficial naquela localidade, perfazendo um total de 46 Autorizações em 2010;
- análises para autorização de fabricação de partidas de Vacinas Autógenas: 508;
- tramitação de processos: 494 relativos a indústrias de produtos veterinários ou seus produtos (aumento de 26%) e 2035 relativos aos julgamentos de infrações de comércio de produtos veterinários (incremento de 73%);
- julgamentos de infrações de comércio de produtos de uso veterinário em primeira instância: 752, representando 54% de aumento no número de julgamentos em relação ao ano de 2009, que por sua vez superou em 94% o número de 2008.

Foram arrecadados em 2010, pela aplicação de multas no PI FISPROVET, R\$ 264.690,00.

2.4.3.8 Ação 8938: Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal – INSPANIMAL3

EFICÁCIA

(alcance das metas) por ação

Fórmula utilizada: n° realizado/n° programado x 100 = eficácia em %

Atividade	Executado 2009	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia % 2010	Programado 2011
Fiscalizações,auditorias,supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	714	750	704	93,87	715

Comentários:

No ano corrente de 2010 o SIPOA/MG atingiu 98,23 % das metas traçadas para as duas ações finalísticas.

Pode-se notar que houve uma superestimação das metas para a ação INSPANIMAL3, dificultando seu atendimento, além do mais, o foco das inspeções/fiscalizações nesta ação foi para empresas com histórico de problemas.

Apesar dos índices apresentarem-se positivamente, podemos citar como disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido nestes indicadores: a falta de comprometimento de alguns servidores na execução dos programas e ações, interferências políticas nas ações de fiscalização, lentidão em andamento de alguns processos sem justificativa técnica, além disso, evidenciadas através da má distribuição do quadro fiscal no Estado.

EFICIÊNCIA

(Custo/benefício)

Fórmula utilizada: recurso executado / metas executadas = custo em R\$

Atividade	Valor Executado 2010	Nº Ações Executadas 2010	Custo Individualizado da Ação R\$
Fiscalizações,auditorias,supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	1.001.422,68	704	1.422,48

Da Despesa Liquidada de R\$ 1.001.422,68 está o incluído o valor R\$ 292.350,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

Comentários:

Com intensificação da fiscalização itinerante implantada nos serviços de inspeção federal, com média de 2 fiscais de outras regiões, atuando em outras, foi necessário mais recursos para diárias e suprimentos, o que levou a um aumento no custo individual da ação INSPANIMAL3.

Outro fator é que o Estado de MG possui grande dimensão física, com poucos fiscais disponíveis à atividade, fazendo que um único fiscal tenha que se deslocar da área de atuação para cobrir outras que não dispõem de fiscais, implicando em maior demanda de tempo e custo.

EFETIVIDADE

Execução financeira (Impacto social dos Programas do Governo)

Fórmula utilizada: recurso executado 2010/executado 2009 X 100 = execução em %

Atividade	Executado 2009	Executado 2010	Variação%
Fiscalizações,auditorias,supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	1.105.880,85	1.001.422,68	-9,45

Do Valor Executado, R\$ 292.350,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

2.4.3.9 Ação 4723: Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos e Origem Vegetal e Animal – RESÍDUO

EFICÁCIA

(alcance das metas) por ação

Fórmula utilizada: nº realizado/nº programado x 100 = eficácia em %

Atividade	Executado 2009	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia % 2010	Programado 2011
Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	367	380	406	106,84	400

EFICIÊNCIA

(Custo/benefício)

Fórmula utilizada: recurso executado / metas executadas = custo em R\$

Atividade	Valor Executado 2010	Nº Ações Executadas 2010	Custo Individualizado da Ação R\$
Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	109.950,72	406	270,81

Da Despesa Liquidada de R\$ 109.950,72 está o incluído o valor R\$ 100.000,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Execução financeira (Impacto social dos Programas do Governo)

Fórmula utilizada: recurso executado 2010/executado 2009 X 100 = execução em %

Atividade	Executado 2009	Executado 2010	Variação%
Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	23.536,75	109.950,72	367,14

Do Valor Executado, R\$ 100.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários ao seguir as diretrizes do DIPOA/SDA, e CCRC/SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem a responsabilidade de prevenir e controlar doenças e pragas animais e vegetais de interesse econômico e de importância para a saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal e vegetal destinados à alimentação humana e a outros fins e dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Sua atuação é importante para assegurar a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e internacional. A qualidade dos produtos de origem animal e de seus insumos depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é evitar riscos à saúde do consumidor e fraudes econômicas.

O agronegócio brasileiro cumpre com eficiência o papel de abastecer a mesa da população brasileira, em quantidade, com qualidade e preços baixos. O excedente da produção exportado tem

revelado a extraordinária capacidade de competição internacional da agricultura do país, que se tornou o principal exportador mundial de alimentos.

Ressalte-se a importância do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no que tange ao impacto social que exerce, uma vez que, ao melhorar a qualidade dos produtos da Agropecuária Mineira, principalmente nos aspectos de segurança alimentar e combate a fraude econômica, faz com que os produtos ofertados a população tenham um maior valor agregado, permitindo uma maior competitividade nos novos mercados internos e externos.

2.4.3.10 Ação 2181: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL

EFICÁCIA

Número de partidas inspecionadas em relação à meta física programada.

Fórmula de cálculo: $(5.383 : 6.455) \times 100 = 83,39\%$

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

EFICIÊNCIA

Custo de uma inspeção de partida em relação ao recurso financeiro aplicado.

Fórmula de cálculo: R\$ 1.927,40 : 5.383 = R\$ 0,35 por inspeção.

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

EFETIVIDADE

A ausência de notificação de novas doenças, demonstra que os objetivos finalísticos da vigilância agropecuária do PI FISCANIMAL foram atingidos, pois todas as demandas foram devidamente atendidas. Apesar da diminuição da eficácia, já que o mesmo é fruto das demandas dos importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, não houve qualquer surto de doenças que ameaçam o patrimônio pecuário brasileiro.

2.4.3.11 Ação 2180: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA

EFICÁCIA

Número de partidas inspecionadas em relação à meta física programada.

Fórmula de cálculo: $(30.981 : 21.658) \times 100 = 143,04\%$

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

EFICIÊNCIA

Custo de uma inspeção de partida em relação ao recurso financeiro aplicado.

Fórmula de cálculo: R\$ 34.954,60 : 30.981 = R\$ 1,12 por inspeção.

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

A Despesa Liquidada de R\$ 34.954,60 foi totalmente executada no elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Com a execução de fiscalização em 100% dos produtos agropecuários importados e exportados através das unidades de vigilância agropecuária localizadas no Estado de Minas Gerais afirmamos que os objetivos finalísticos da vigilância agropecuária executada pela SFA/MG foram alcançados, uma vez que não houve notificações de surgimento de novas pragas, tampouco recebemos notificações dos países importadores de interceptação de pragas em produtos expedidos pelas unidades do VIGIAGRO/DDA-MG, confirmando desta maneira a efetividade das ações propostas.

2.4.3.12 Ação 2b47: Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – INDGRAF

EFICÁCIA

Atividade	Exec. 2009	Prog. 2010	Exec. 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Número de produtores atendidos* com a indicação geográfica	50	60	340	100%	500
Diagnósticos de produtos com potencial IG realizados	0	4	9	100%	3
Número de pedidos de proteção protocolizados junto ao INPI	1	3	3	100%	0
Número de reuniões com participação ou promovidas pelo SESAG com parceiros no processo de IG de produtos agropecuários	15	10	22	100%	10
Número de Eventos com apoio e participação de técnicos SESAG	7	5	5	100%	3
Número de Eventos promovidos pelo DEPDAG	0	2	2	100%	0
TOTAL	73	84	379	100%	516

* Considerou-se o número de produtores de forma indireta, ou seja, baseado no número de produtores totais, que compõem as Associações atendidas.

EFICIÊNCIA

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
INDGRAF	3.905,02	379	Todas relacionadas ao PI INDGRAF	R\$ 10,30

EFETIVIDADE

O processo de obtenção de IG é bastante demorado e depende de um nível de organização e conhecimento muito grande por parte dos produtores, associações e parceiros.

Um dos papéis do MAPA, através do SESAG, é divulgar a cultura de IG no meio rural e entre os consumidores, capacitar agentes, formalizar convênios e apoiar as organizações de produtores. Foram formalizados/acompanhados dois termos de cooperação, sendo um termo de cooperação da Delimitação da área geográfica da cachaça da região de Ouro Preto e modelagem de um banco de dados geográfico, e outro com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Meio Ambiente) para indicação geográfica do produto café da região Serra Sul de Minas.

2.4.3.13 Ação 2277: Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira – GAPCAFE

Não se aplica.

Tendo em vista que as despesas desta ação não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.

2.4.3.14 Ação 8598: Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC

Não se aplica.

Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio da ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.3.15 Ação 8622: Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo – PROMOCOOP2

Não se aplica.

Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio da ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.3.16 Ação: 8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio – INOVAGRO

Refere-se à PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.3.17 Ação 4720: Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1

Refere-se a PI que está sob a gerência direta da COAGRE/MAPA - Sede (Brasília), não havendo, desta forma, uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.3.18 Ação 2272: Gestão e Administração do Programa – GAPSDC

Refere-se à PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.3.19 Ação 8606: Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico – DESENORG

EFICÁCIA

Atividade	Exec. 2009	Prog. 2010*	Exec. 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pessoas beneficiadas	2.987	825	1.044	100%	Meta a ser definida pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável / COAGRE
TOTAL	2.987	825*	1.044	100%	

* Previsão da Meta Física pela COAGRE no SIPLAN, retificada após contingenciamento de recursos do PI.

EFICIÊNCIA

PI	Valor Executado R\$	Nº de Pessoas atendidas	Atividade	Custo Individualizado da Ação
DESENORG	16.056,42	1.044	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pessoas beneficiadas	R\$ 15,38

Resultados

Número de pessoas beneficiadas:

- atendimento direto: 1.044
- atendimento indireto: 7.825 (considerando entrevistas a rádio Itatiaia e TV, além do estimado de participantes da VI Semana do Alimento Orgânico).

EFETIVIDADE

Houve redução nacional dos recursos destinados ao PI Desenorg. A imprevisibilidade da data de chegada, do tipo e da quantidade de materiais disponíveis para a VI Semana dos Alimentos Orgânicos prejudicaram a consolidação de parcerias no Estado. A indefinição nacional dos recursos financeiros disponíveis, que sejam efetivamente significativos para o bom cumprimento da atividade, prejudica um planejamento antecipado anual e eficiente.

2.4.3.20 Ação 8949: Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – REGENAGRO

Refere-se à PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial. O cálculo dos índices de desempenho é construído pela gerência central.

2.4.3.21 Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR

EFICÁCIA

Nº vistorias efetuadas (16) x meta física programada.

Ação realizada por demanda, sem meta física programada.

EFICIÊNCIA

Custo da fiscalização em relação ao recurso financeiro aplicado.

Custo total: R\$ 7.661,03 / 16 fiscalizações = R\$ 478,81 por fiscalização

EFETIVIDADE

Executadas 100% das fiscalizações/vistorias “in loco”, podemos considerar que os objetivos da ação foram alcançados, não se registrando fatores intercorrentes que prejudicassem seu desempenho.

2.4.3.22 Ação 2B17: Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO

EFICÁCIA

Nº de fiscalização em relação à meta física programada.

40 fiscalizações programadas / 40 fiscalizações realizadas = 100%

EFICIÊNCIA

Custo da fiscalização em relação ao recurso financeiro aplicado.

Custo total: R\$ 11.936,16 / 40 fiscalizações = R\$ 298,40 por fiscalização

EFETIVIDADE

Com a realização de 100% das fiscalizações programadas atingidas, pode-se afirmar que os objetivos da ação foram alcançados, com vistorias e consequentes emissão de relatórios nos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Canápolis, Coromandel, Guimarânia, João Pinheiro, Lagoa Formosa, Japaraíba, Machado e Limeira do Oeste, totalizando de 40 (quarenta) Contratos de Repasse.

2.4.3.23 Ação 2177: Fiscalização de serviços agrícolas – FISCAGRIC1

EFICÁCIA

Atividades	Unid	Exec. 2008	Exec. 2009	Prog. 2010	Exec.2010	Eficácia (%)	Prog. 2011
Registro de Empresa de Aviação Agrícola	Nº	3	5	03	0	Exc/prog	03
Autorização para Empresa de Aviação Agrícola operar em MG	Nº	26	21	17	0	0	19
Registro de Engenheiro Agrônomo Responsável	Nº	3	04	03	0	0	03
Registro de Aeronave Agrícola	Nº	5	08	03	0	0	03
Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	Nº	22	30	78	0	0	71

OBS: A baixa eficácia do PI FISCAGRIC1, sub-ação “Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola” decorre de diversos fatores: dificuldades gerenciais, quadro reduzido de FFAs com curso em Coordenação em Aviação Agrícola apara atuar na atividade, falta de recursos financeiros, não descentralização dos mesmos a tempestivamente. Quanto ao Registro de Empresa de Aviação Agrícola, trata-se de programação eventual, sendo o parâmetro utilizado como dado comparativo entre exercícios.

EFICIÊNCIA

Valor (R\$) Executado	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
8.291,90	41	Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	202,24

Observações:

1. Os valores descentralizados foram destinados exclusivamente para ações de campo (3390-14 e 3390-30) não houve treinamento e nem reunião de equipe para planejamento e harmonização de procedimentos.

EFETIVIDADE

Pela natureza da atividade onde a concentração maior das ações se dá em função da safra agrícola, que na nossa região se concentra nos meses de outubro a março para as culturas do milho e da soja, as quais demandam fortemente os serviços de pulverizações aéreas, se faz necessária a descentralização de recursos no início do ano, garantindo assim uma maior presença da fiscalização no período em que ela é mais necessária. Convém salientar que no período compreendido entre abril e

setembro as atenções se voltam para as áreas de reflorestamento e de cana-de-açúcar as quais também vem demandando cada vez mais os serviços de pulverizações aéreas.

Apesar dos percalços pelos quais passou a atividade, com as mudanças tanto de Coordenação a nível Nacional, como de setor na SFA/MG, era desenvolvida pelo SEFIA foi transferido em função do Decreto Ministerial 428, para o SESAG, ainda assim, os índices de eficácia superaram com larga margem as expectativas, cabe ressaltar que tais índices só foram alcançados em grande parte pela dedicação dos poucos que se envolveram nas atividades em 2010.

Para que a atividade possa ser realizada com maior eficácia e eficiência no próximo ano, se fará necessário uma reestruturação nos recursos principalmente na força de trabalho que no momento encontra-se desmobilizada e desmotivada, devendo na medida do possível se integrar os técnicos que já se encontram habilitados, por força de treinamentos específicos, às ações.

De tudo, deixamos aqui registrado que, para fiscalizar as empresas prestadoras de serviços agrícolas e proprietários de aviões agrícolas, de forma a assegurar a adequada prestação de serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental, serão necessários infra-estrutura de trabalho, assim como a descentralização de recursos adequados e ao seu devido tempo.

2.4.3.24 Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOSA

EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Área Livre (Km ²)	586.528	586.528	100	586.528

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
106.340,14	586.528	Km ² de Área Livre	0,18

Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidada, em Eficiência, de R\$ 1.350.340,14. Não foi utilizado o valor de R\$ 1.244.000,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

A manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação é de fundamental importância na manutenção e para a conquista de novos mercados consumidores de produtos de origem animal e vegetal, tanto para o Estado de Minas Gerais como também para todo o país. A ocorrência de focos de Febre Aftosa em qualquer Estado do País afeta as relações comerciais de toda a Zona considerada Livre.

Para dar cumprimento a Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOSA, certas atividades foram programadas e realizadas e que se encontram em Anexos.

2.4.3.25 Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL

EFICÁCIA

Produto Propriedades Atendidas	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
TOTAL	30.000	44.988	149,96	30.000

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
195.463,70	44.988	Propriedade Atendida	4,34

Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidadada, em Eficiência, de R\$ 238.157,10. Não foi utilizado o valor de R\$ 42.693,40 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Para atingir o produto da ação “Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais”, as atividades de campo são executadas em sua maior pelo órgão executor estadual de defesa animal, acompanhadas pela equipe do SSA. Na sede, 10 FFAs atuaram neste trabalho e nas Unidades Técnicas Regionais da SFA/MG localizadas no interior, 15 FFAs médicos veterinários.

Assim, os valores financeiros correspondem apenas aos custos da execução realizada pelo SSA, o que justifica o custo encontrado.

A Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL possui Sub-Ações e as mesmas são descritas em Anexo.

2.4.3.26 Ação 2181 e 2139: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional e do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

EFICÁCIA

Atividade	Programado 2010 *	Realizado 2010	Eficacia %	Programado 2011
1-Análises e despacho requerimento Importação realizadas	200	246	123	Indeterminado
2-Análises de requerimento de Exportação realizadas	350	267	76,29	Indeterminado
3-Fiscalização de Quarentenário de Animais Importados	10	4	40	Indeterminado
4-Bovinos importados sacrificados	Indeterminado	2	100	Indeterminado
5-Auditórias em barreiras sanitárias	8	1	12,5	Indeterminado
6-Méd. Veterinário Habilitado GTA	Indeterminado	47	100	Indeterminado
7-Méd. Veterinário Credenciado Cis E	Indeterminado	0	0	Indeterminado
8-Méd. Veterinário Habilitado GTA de Saída de Eventos	Indeterminado	179	100	Indeterminado
9- Méd. Veterinário com Habilitação Cancelada	Indeterminado	40	100	Indeterminado
10-GTA Transito TOTAL Fiscalizado	700.000	1.118.319	159,76	700.000
11- GTA Transito Interestadual Fiscalizado	60.000	62.590	104,32	60.000
12- Cis E Fiscalizados	1.000	1027	102,7	1.000

* A programação (metas de atividades de importações e exportações) para o ano é estabelecida de acordo com as estatísticas de anos anteriores e perspectivas subjetivas que se intui para o ano a ser trabalhado. É impossível estabelecer o real número de importações e exportações que ocorrerão e este dado pode ou não aproximar do montante sugerido. Sendo assim, a partir de 2011 estabeleceu-se que não mais se usará a projeção dos números dos anos anteriores para previsão do número de atividades para o ano seguinte.

** Foram dois (2) requerimentos de importação para aves de companhia para Minas Gerais em 2010. As respectivas quarentenas foram realizadas na EQC-SP, portanto não foram aqui computadas.

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação (R\$)
(1)	62.590	GTA de Transito Interestadual Fiscalizados –	...

(1) – As ações 2181 e 2139 executadas pelo SSA/MG foram realizadas com recursos do PCEANIMAL.

EFETIVIDADE

No que se refere à Legislação Zoossanitária básica relativa à Importação e Exportação de animais vivos, produtos de multiplicação animal, produtos de origem animal de consumo humano, produtos de origem animal não comestíveis, produtos de origem animal utilizados em ração animal, produtos biológicos, materiais científicos (microorganismos etc) pode ser sintetizada da seguinte forma:

I) Legislação Zoossanitária de Importação - são documentos básicos:

A) Decreto 24548 de 1934

B) Instrução Normativa Nº 1, de 14 de janeiro de 2004. Gabinete do Ministro – Legislação básica de importação de animais vivos e produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões, ovos férteis).

II) Legislação Zoossanitária de Exportação - Leis e acordos estabelecidos com os diversos países importadores ou bloco de países, sendo os requisitos zoossanitários estabelecidos pelos parceiros comerciais importadores dos animais/produtos do Brasil.

Documentos básicos emitidos:

1) Certificado Zoossanitário Internacional ou

2) Certificado de Origem.

As ações do Programa de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos objetivam a redução dos riscos de introdução e disseminação de doenças animais em Minas Gerais, além da manutenção de um Sistema de Vigilância Epidemiológica, capaz de dar suporte a todos os programas relacionados, garantindo a sanidade de nossos rebanhos.

Os sistemas informatizados para emissão de GTA, tais como o SIDAGRO (Sistema de Defesa Agropecuária) utilizado por funcionários do IMA para ruminantes e GEODSA utilizados por profissionais habilitados para aves (GEOAVES) e suínos (GEOSUÍNOS), modernizou e aprimorou o controle da Guia de Trânsito Animal – GTA, que é uma das ferramentas mais importantes para o controle epidemiológico de doenças. Os cursos de treinamentos de médicos veterinários visando novas habilitações capacitaram 57 profissionais e foram realizados nas datas, locais e para as espécies a seguir relacionadas:

24/08/2010 - IMA – Aves, Suídeos e Animais Aquáticos - Participantes 29 MV;

07 à 10/06/2010 – EVUFMG – Equídeos - Participantes 28 MV;

20/21/22 de setembro de 2010 – IMA/MAPA – Atualização para emitentes de GTA de Equídeos – Participantes 140 MV.

Houve ainda em 2010, para cumprir a Portaria Conjunta nº 03 de 24.11.2009, os seguintes treinamentos para habilitar médicos veterinários para emissão de GTA de saída de Eventos Pecuários para municípios do Estado de Minas Gerais:

MUNICÍPIO	DATA	Nº PARTICIPANTES
UBERLÂNDIA	06.04.2010	58
BAMBUÍ	08.04.2010	35
TEÓFILO OTONI	04.05.2010	44
VARGINHA	08.06.2010	114
BELO HORIZONTE	17.06.2010	105
VIÇOSA	10.08.2010	115
UNAÍ	14.09.2010	33
MONTES CLAROS	05.10.2010	42

BELO HORIZONTE	07.12.2010	48
TOTAL		594

Assim, foram realizadas nove reuniões de treinamento com a participação de 594 profissionais, sendo 95% destes, médicos veterinários autônomos.

2.4.3.27 Ação 8592: Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB1

EFICÁCIA

Número de certificadoras auditadas

Nº programado: 5

Nº realizado: 1

Eficácia: 20%

Justificativa:

As auditorias em certificadoras tem como principal objetivo avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no gerenciamento das atividades de certificação pela empresa a ser credenciada pela IN 17/2006, bem como elencar não conformidades encontradas, sugerindo correções para adequação e atendimento às normas do SISBOV.

Todas as certificadoras do SISBOV foram auditadas no ano de 2009, sendo que a maioria delas apresentou um Plano de Ação visando corrigir as não conformidades apontadas. Com isso, no ano de 2010, visando avaliar os planos de ação apresentados pelas certificadoras, os auditores aplicaram um questionário no momento da auditoria dos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV. Diante disso, no ano de 2010, a avaliação do trabalho das certificadoras foi feito basicamente através da análise dos “Formulários para Avaliação do Plano de Ação das Certificadoras”, preenchidos pelos fiscais agropecuários estaduais quando em auditoria nas propriedades rurais. No ano de 2010 foram analisados 118 Formulários do Plano de Ação do estado de Minas Gerais, assim distribuídos por certificadora: Biorastro – 1; JE – 1; Oxxen – 18; Planejar – 9; Rastríboi – 3; Rastro do Boi – 1; SBC – 25; Tracer – 50; Vipper – 2.

O planejamento das auditorias em certificadoras é feito sempre pela Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade – CSR e no ano de 2010, baseado nos fatos descritos acima, houve apenas uma solicitação de auditoria no escritório regional da certificadora PLANEJAR realizada através do ofício nº 789/CSR/SDA. A auditoria da certificadora PLANEJAR foi realizada por um FFA do SSA/SFA-MG e um FFA da CSR no dia 08 de novembro de 2010, tendo sido aberto o processo administrativo de nº 21028.007838/2010-76.

Número de Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV – ERAS - auditados de Janeiro a Dezembro de 2010

Nº programado: 390 *

Nº realizado: 310

Eficácia: 79,5%

Dos 310 ERAS auditados em Minas Gerais neste período foi obtido o seguinte resultado:

- 250 foram considerados “conformes” para exportação para a União Européia - UE;
- 60 foram considerados “não conformes” para exportação para a UE.

Justificativa:

Diante da situação verificada nos trabalhos conduzidos ao longo do mês de janeiro e fevereiro de 2008, e do histórico das auditorias realizadas pela União Européia em anos anteriores, foi publicado o Ofício Circular SDA nº 11 em 17 de março de 2008, o qual cita: “a União Européia decidiu que somente poderá ser exportada para os países comunitários carne bovina desossada, in natura, obtida de bovinos procedentes de ERAS que tenham sido auditados pelo serviço veterinário oficial federal ou o seu correspondente estadual.”

Com isso, a partir de abril de 2008, o que determinou a aprovação de um ERAS como apto a União Européia foi a realização de Auditoria oficial no ERAS mediante a aplicação de um “check list” específico para fins de rastreabilidade, no qual estando o Relatório de Auditoria “conforme”, este seria analisado pelo Comitê Estadual de Assessoramento do SISBOV-CEAS, e posteriormente encaminhado a Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade. Assim, desde aquela época, o trabalho de auditorias oficiais em ERAS foi implementado, contado com a participação de fiscais federais e estaduais devidamente treinados e passou a ser condição essencial para que um estabelecimento rural fosse considerado apto a fornecer bovinos para produção de carne a ser exportada para a UE.

Considerando os procedimentos supra referidos, as aplicações de penalidades aos Estabelecimentos Rurais Aprovados SISBOV – ERAS e Entidades Certificadoras e ainda que nos moldes atuais, os estabelecimentos rurais inseridos no SISBOV, obrigatoriamente passam por auditoria oficial para verificar sua conformidade com a legislação vigente, vem sendo feito o planejamento de auditorias levando-se em consideração o número de ERAS presentes no estado de Minas Gerais, bem como a capacidade do estado em realizar tais auditorias, em virtude do envolvimento do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária que viabilizou a participação de um grande número de fiscais estaduais treinados para esse trabalho. A demanda por auditorias oficiais no ano de 2010 foi bem menor do que a planejada, pois, por questões de mercado, muitos produtores rurais desistiram de manter seus rebanhos rastreados. Por isso, apesar do estado ter capacidade de realizar em média 60 auditorias/mês, o número de auditorias realizadas foi menor do que o planejado.

Ressalta-se que as auditorias realizadas por fiscais estaduais do IMA foram feitas com recurso daquela autarquia, sendo que a SFA realizou apenas uma auditoria no ano de 2010. Coube a SFA/MG coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelo IMA, atendendo a metodologia traçada pela CSR.

Número de treinamentos realizados pela SFA/MG

Nº programado: 3

Nº realizado: 3

Eficácia: 100%

Tendo em vista que todos os auditores do IMA passaram por diversos treinamentos no ano de 2008 e 2009, em 2010 se fizeram necessários apenas 3 treinamentos para padronização das atividades relacionadas à auditorias do SISBOV. Foram realizados dois treinamentos na sede do IMA, em abril e junho, para auditores e um treinamento em Montes Claros em julho, para produtores e auditores do SISBOV daquela região.

Acompanhamento de Missão Européia

Nº programado: 1

Nº realizado: 1

Eficácia: 100%

Em março de 2010, uma equipe da FVO realizou auditoria no Estado de Minas Gerais. A missão no Estado de Minas Gerais foi acompanhada por dois FFA da CSR/Brasília, um FFA do DIPOA/Brasília e também por dois FFA's da SFA/MG (um responsável pelo SISBOV e o outro pelos programas de defesa sanitária no Estado). A equipe da FVO era composta pelos seguintes técnicos: Vasco Antunes - DGSANCO, Agnes Kerti - DGSANCO, Roger Schimit – DGSANCO.

No dia 10 de março foi visitado o ERAS 16036 no município de Uberlândia. No dia 11 de março, foi auditado o SIF 504 em Ituiutaba e no dia 12, o ERAS 4114 no município de Serra do Salitre.

Atuação do Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV – CEAS/MG

O Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV – CEAS/MG tem os seguintes objetivos:

- a) analisar os relatórios de auditoria de propriedades ERAS, ratificando ou retificando o resultado da avaliação das propriedades;
- b) instruir os processos de apuração de irregularidades nas propriedades ERAS, dando subsídios à elaboração da relatoria do processo e propondo penalidades aos autores de irregularidades;
- c) dar suporte técnico ao Responsável pelo SISBOV no Estado para definições de estratégias de atuação nas atividades pertinentes ao SISBOV no Estado;
- d) avaliar os auditores, identificando a necessidade de treinamentos.

A análise de 100% dos Relatórios de Auditoria com resultado conforme do ano de 2010 foi realizada pelos membros do Comitê, sendo que para cada relatório sempre havia um parecer emitido por um membro da SFA/MG e outro parecer emitido por um membro do IMA. Após análise criteriosa dos relatórios de auditoria com parecer conforme, foram emitidos 260 pareceres de relatório de auditoria oficial em ERAS por FFA lotado no SSA/SFA-MG. Após a posse de dois pareceres conformes (um do IMA e outro da SFA) os relatórios e documentos anexos foram escaneados e incluídos no FTP para posterior análise pela CSR em Brasília e envio para a União Européia.

No caso de detecção de alguma pendência no relatório de auditoria, os membros do CEAS foram responsáveis em entrar em contato com os auditores, certificadora e/ou produtores envolvidos, no sentido de anexar os esclarecimentos e/ou documentos necessários ao melhor entendimento dos pontos que poderiam gerar dúvidas na análise dos mesmos por técnicos da União Européia.

Para os relatórios de auditoria com resultado não conforme não foi emitido parecer da SFA/MG, seguindo orientações repassadas pela CSR, e nestes casos eram instaurados processos administrativos para apuração de responsabilidade das certificadoras responsáveis pelos ERAS auditados.

Número de Processos Administrativos para apuração de responsabilidade pelas “não conformidades” encontrados nos ERAS em auditorias oficiais.

Para os relatórios de auditoria com resultado não conforme não é emitido parecer pelos membros do CEAS. Nesses casos, são abertos processos administrativos para apuração de responsabilidade das certificadoras. Diante disso, foram instruídos 20 processos administrativos para apuração de “não conformidades” encontradas em ERAS durante as auditorias oficiais. Os processos foram instruídos e analisados por FFA lotados na SFA/MG. Os Autos de Infração e as relatorias em primeira instância dos processos foram realizadas por FFA lotada atualmente no SSA, para posterior julgamento pelo Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-MG, notificação e envio a CSR para julgamento em 2^a instância. Diversos processos abertos no ano de 2009 foram analisados em 2010, sendo necessária a participação de FFA do Serviço de Saúde Animal para instrução, relatoria e emissão de pareceres relacionados a esses processos.

Atendimento a convocações da CSR

No ano de 2010 houve a participação de FFA da SFA/MG em seis reuniões. São elas:

- Reunião sobre a missão da DGSANCO, em Brasília, no mês de fevereiro;

- Reunião dos gestores da SFA/MG, no município de Caeté, no mês de março;
- Reunião sobre o resultado missão DGSANCO, em Brasília, no mês de abril;
- Reunião do SISBOV no CONBRAVET, no Rio de Janeiro, no mês de julho;
- Reunião sobre o PLANO OPERATIVO ANUAL, em Brasília, no mês de setembro;
- Reunião sobre procedimentos em auditorias em ERAS, em São Paulo, no mês de outubro.

EFICIÊNCIA

Recurso executado: R\$ 25.743,63

Nº de ações executadas: 11 (excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do IMA)

Custo unitário: R\$ 2.340,33

EFETIVIDADE

A atuação do Estado, através do órgão executor de defesa sanitária no Estado, continua sendo imprescindível para o êxito do SISBOV, tendo em vista a continuidade da obrigatoriedade da auditoria oficial para inclusão de um ERAS na lista de aptos a exportar para a União Européia. O comprometimento dos fiscais estaduais do IMA e dos fiscais federais da SFA/MG com o programa de rastreabilidade refletiu no resultado obtido pelo Estado, que terminou o ano com 27% dos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV do País. Minas Gerais é o Estado que possui o número maior de estabelecimentos que constam na lista TRACES, seguido pelos Estados de Goiás (22%) e Mato Grosso (18%).

Para garantir o êxito do SISBOV em Minas Gerais, pretende-se para o ano de 2011 manter o número de auditores do órgão estadual para realizar auditoria em ERAS, bem como garantir a participação do MAPA nos processos de auditagem de certificadoras e acompanhamento das ações de campo realizadas pelo IMA.

Complementação dos Indicadores de Desempenho poderão ser conferidos em Anexos.

2.4.3.28 Ação 8939: Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal – IPVEGETAL-1

EFICÁCIA

(alcance das metas) por ação

Fórmula utilizada: n° realizado/n° programado x 100 = eficácia em %

Atividade	Executado 2009	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia % 2010	Programado 2011
Inspeção/fiscalização de estabelecimentos de vinhos e bebidas	785	450	520	115,55	450

EFICIÊNCIA

(Custo/benefício)

Fórmula utilizada: recurso executado / metas executadas = custo em R\$

Atividade	Valor Executado 2010	Nº Ações Executadas 2010	Custo Ind. da Ação-em Reais
Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas	285.447,95	520	548,94

Da Despesa Liquidada de R\$ 285.447,95 está o incluído o valor R\$ 19.985,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Execução financeira (Impacto social dos Programas do Governo)

Fórmula utilizada: recurso executado 2009 / executado 2008 X 100 = execução em %

Atividade	Executado 2009	Executado 2010	Variação%
Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas	203.787,10	285.447,95	40,07

Em se tratando de produtos utilizados diretamente pela sociedade como alimentos e bebidas é de fundamental importância a atuação efetiva do SIPOV/DDA/SFA-MG no sentido de assegurar a conformidade destes produtos ofertados ao consumidor final.

Em 2010 os trabalhos realizados demonstram que as metas programadas foram atingidas, porém os indicadores da Classificação Vegetal e de Vinhos e Bebidas, não foram eficazes quanto aos reais benefícios à sociedade, vez que são índices quantitativos e não qualitativos.

2.4.3.29 Ação 4746: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

EFICÁCIA

(alcance das metas) por ação

Fórmula utilizada: nº realizado/nº programado x 100 = eficácia em %

Atividade	Executado 2009	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia % 2010	Programado 2011
Fiscalização da qualidade dos vegetais	399	16.000	20.536	128,35	16.000

De acordo com o SIPLAN, o Produto e a Unidade de Medida mudaram em 2010, sendo Produto Fiscalizado e Tonelada, respectivamente. Anteriormente, era Unidade de Fiscalização Realizada.

EFICIÊNCIA

(Custo/benefício)

Fórmula utilizada: recurso executado / metas executadas = custo em R\$

Atividade	Valor Executado 2010	Nº Ações Executadas 2010	Custo Ind. da Ação-em Reais
Fiscalização da qualidade dos vegetais	210.041,79	20.536	10,22

Da Despesa Liquidada de R\$ 210.041,80 está o incluído o valor R\$ 40.000,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Execução financeira (Impacto social dos Programas do Governo)

Fórmula utilizada: recurso executado 2009 / executado 2008 X 100 = execução em %

Atividade	Executado 2009	Executado 2010	Variação%
Fiscalização da qualidade dos vegetais	230.254,28	210.041,80	-(8,78)

Em se tratando de produtos utilizados diretamente pela sociedade como alimentos e bebidas é de fundamental importância a atuação efetiva do SIPOV/DDA/SFA-MG no sentido de assegurar a conformidade destes produtos ofertados ao consumidor final.

Em 2010 os trabalhos realizados demonstram que as metas programadas foram atingidas, porém os indicadores da Classificação Vegetal e de Vinhos e Bebidas, não foram eficazes quanto aos reais benefícios à sociedade, vez que são índices quantitativos e não qualitativos.

2.4.3.30 Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM 1

EFICÁCIA

Atividades Desenvolvidas Metas	Unid.	Exec. 2008	Exec. 2009	Prog. 2010	Exec. 2010	Eficácia (%)	Prog. 2011
INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO NO RENASEM							
Produtor de Sementes	Nº	29	129	-	88	-	-
Armazenador de Sementes	Nº	15	38	-	30	-	-
Beneficiador de Sementes	Nº	11	35	-	19	-	-
Reembalador de Sementes	Nº	12	32	-	26	-	-
Produtor de Mudas	Nº	227	304	-	447	-	-
Reembalador de Mudas	Nº	1	0	-	0	-	-
Responsável técnico	Nº	126	438	-	193	-	-
Comerciante de Sementes	Nº	-	30	-	20	-	-
Comerciante de Mudas	Nº	-	3	-	4	-	-
Entidade de Certificação	Nº	0	0	-	2	-	-
Certificador da Própria Produção	Nº	1	4	-	4	-	-
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	-	7	-	3	-	-
Laboratório de Análise de Mudas	Nº	-	0	-	0	-	-
Amostrador	Nº	-	0	-	6	-	-
Vistoria Prévia - RENASEM	Nº		20	-	9	-	-
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO / ENTIDADE							
Produtor de Sementes	Nº	217	332	219	246	112,32	127
Produtor de Mudas	Nº	508	495	328	514	156,70	521

Armazenador de Sementes	Nº	10	42	77	25	32,46	46
Beneficiador de Sementes	Nº	10	30	0	10	100	0
Reembalador de Sementes	Nº	7	21	0	36	100	34
Reembalador de Mudas	Nº	-	0	0	0	0	21
Comerciante de Sementes	Nº	51	22	0	20	-	0
Comerciante de Mudas	Nº	3	0	0	1	-	0
Usuário de Sementes	Nº	46	63	19	92	484,21	10
Usuário de Mudas	Nº	7	54	45	44	97,77	71
Entidade Certificadora de Sementes	Nº	0	2	0	1	-	2
Entidade Certificadora de Mudas	Nº	-	0	0	6	-	0
Certificadora da Própria Produção de Sementes	Nº	0	0	0	0	0	7
Certificadora da Própria Produção de Mudas	Nº	-	0	0	0	0	0
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	-	1	0	1	-	0
Laboratório de Análise de Mudas	Nº	1	0	0	0	0	0
Responsável técnico	Nº	40	32	6	29	483,33	9
Amostrador	Nº	-	0	0	0	0	0
Coletor	Nº	-	-	-	-	-	0

FISCALIZAÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES

Semente Genética	Nº	0	0	0	0	0	0
	ha	0	0	0	0	0	0
Semente Básica	Nº	-	9	4	2	50	9
	ha	32	227	40	126	315	100
Semente Certificada – C1	Nº	-	22	13	22	169,23	6
	ha	303,4	492	520	1.294	248,84	240
Semente Certificada – C2	Nº	-	8	13	4	30,76	8
	ha	186,7	300,2	520	529,15	101,75	270
Semente S1	Nº	-	180	158	79	50	207
	ha	7.789,6	15.332,0	6.538	3.808,02	58,24	13.438
Semente S2	Nº	-	293	183	255	139,34	265
	ha	8.720,5	19.053,0	11.912	14.068,4	118,10	12.473
OECD	Nº	-	7	0	0	-	-
	ha	-	299	0	0	-	-
TOTAL DE CAMPOS	Nº	-	512	371	362	97,57	495
	ha	17.032, 20	35.404,2	19.530	19.825,6 06	101,51	26.521

FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04), VIVEIROS, E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO

Planta Básica	Nº	-	3	0	4	-	2
	Und	-	35.650	0	321.000	-	30.010
Planta Matriz	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Jardim Clonal	Nº	-	15	5	14	280	5
	Und	-	673.502	200.030	1.317.00	658,40	200.030
Borbulheira	Nº	-	0	10	1	10	0
	Und	-	0	40	27	67,5	0
Planta Sem Origem Genética Comprovada	Nº	-	120	35	10	28,57	42
	Und (x 1000)	-	689.318	590.560	188.500	31,91	450.290
Campo de Planta Sem Origem Genética Comprovada	Nº	-	104	0	21	-	0
	Und	-	1.878,22 2	0	1.551,02 6	-	0
Área Natural de Coleta Sementes	Nº	-	0	0	0	0	0

(ACS – NS)	Und	-	0	0	0	0	0
Área Natural de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas (ACS – NM)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Área Alterada de Coleta de Sementes (ACS – AS)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Área Alterada de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas (ACS – AM)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Área de Coleta de Sementes com Matrizes Selecionadas (ACS – MS)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Área de Produção de Sementes (APS)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Pomar de Sementes por Mudas (PSM)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Pomar Clonal de Sementes (PSC)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Pomar Clonal para Produção de Sementes Híbridas (PSCH)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Pomar de Sementes Testado (PSMt)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Pomar de Sementes Testado (PCSt)	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS – NM	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS – AM	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS – MS	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Muda Certificada	Nº	-	0	0	0	0	0
	Und	-	0	0	0	0	0
Viveiros	Nº	568	324	329	362	110,03	0
Mudas	Und (x1000)	40.480, 040	122.225, 997	19.820,00 0	94.873,7 95,72	478,67	0
Unidade de Propagação in vitro	Nº	-	1	1	1	100	0
	Und	-	250.000	400.000	10.000	2,5	0
Total	Nº	568	567	380	413	108,68	516
	Und	40.480, 040	125.752. 689	21.010,63 0	98.261,3 48,72	467,67	23.700,0 00

INSCRIÇÃO DE VIVEIROS E MUDAS

Viveiro	Nº	268	567	-	4	-	-
Mudas	Nº (x1000)	213.346	234.498. 848	-	670.000	-	-

COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES

De Fiscalização da Produção	Nº	179	298	312	256	82,05	343
	t	1.809	2.979,2	4.120	2.046,5	49,67	3.430
De Fiscalização do Comércio	Nº	16	24	0	4	-	0
	t	24,42	27,4	0	6,305	-	0
De importação	Nº	54	85	145	153	105,51	0
	t	5,32	22.334	22.304	3.652	16,37	0
Para Fins de Certificação pelo MAPA	Nº	82	6	3	3	100	168
	t	443,1	52.360	25	10,74	42,96	4.085
Total de Sementes Amostradas	Nº	331	413	457	413	90,37	343
	t	2.281,8 4	3.081,36 8	4.142,304	2.056,53	49,64	3.430

COLETA DE AMOSTRAS DE MUDAS							
De Fiscalização da Produção	Nº	-	0	0	4	-	0
	Nº de Mudas	-	0	0	670.000	-	0
De Fiscalização do Comércio	Nº	-	0	0	0	-	0
	Nº de Mudas	-	0	0	0	-	0
De importação	Nº	-	0	0	0	-	0
	Nº de Mudas	-	0	0	0	-	0
Para Fins de Certificação Pelo MAPA	Nº	-	0	0	0	-	0
	Nº de Mudas	-	0	0	0	-	0
Total de Mudas Amostradas	Nº	-	0	0	4	-	0
	Nº de Mudas	-	0	0	670.000	-	0
INSCRIÇÃO DE CAMPO DE SEMENTE CERTIFICADA PELO MAPA							
Inscrição de Campo	nº	-	18	-	11	-	-
	ha	11.248	81,24	-	74,58	-	-
CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA							
Vistoria de Campo de Semente Básica	Nº	-	17	-	20	-	-
	ha	-	91,18	-	141,03	-	-
Vistoria de Campo de Semente C1	Nº	-	0	-	12	-	-
	ha	-	0	-	52,3	-	-
Vistoria de Campo de Semente C2	Nº	-	1	-	1	-	-
	ha	-	37,5	-	5	-	-
Vistoria de Campo de Semente OECD	Nº	-	7	-	0	-	-
	ha	641	299	-	0	-	-
Total Vistorias de Campos de Sementes (nº)	nº	-	25	-	33	-	-
Total de Campos de Sementes Vistoriados (Área)	ha	522,1	427,68	-	198,33	-	-
Vistoria de Planta Básica	nº	-	-	-	0	-	-
	Und	-	53.474	-	0	-	-
Vistoria de Planta Matriz	nº	-	-	-	0	-	-
	Und	-	-	-	0	-	-
Vistoria de Jardim Clonal	nº	-	-	-	0	-	-
	Und	-	-	-	0	-	-
Vistoria de Borbulheira	nº	-	-	-	0	-	-
	Und	-	-	-	0	-	-
Vistoria de Viveiro de Muda Certificada	nº	-	-	-	0	-	-
	Und	-	-	-	0	-	-
Vistoria de Unidade de Propagação In Vitro	nº	-	-	-	0	-	-
	Und	-	-	-	0	-	-
Total Vistorias Mudas	nº	-	-	-	0	-	-
Total Mudas Vistoriadas	Und	-	53.474	-	0	-	-
CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES POR CERTIFICADORA							
Inscrição de Campo	nº	-	412	-	521	-	-
	ha	-	7.593,31	-	20.900	-	-
			7				
FISCALIZAÇÃO / PRODUTORES DE OUTROS ESTADOS							
Campo de Semente - Classe Certificada	nº	-	0	-	19	-	-
	ha	501	0	-	545	-	-
Campo de Semente - Classe Não Certificada	nº	-	23	-	86	-	-
	ha	-	1.462,5	-	17.070	-	-

Vistoria Campo de Semente - Classe Certificada	nº ha	-	0	-	2	-	-
FISCALIZAÇÃO DE CULTURAS COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS							
Fiscalização	Nº ha	1 -	21 2.270	-	8 1.781	-	-
Amostras Coletadas	Nº Represen tativade (t)	1 2,8	-	-	0 0	-	-
PRODUÇÃO DE BATATA SEMENTE							
Estabelecimento Produtor	Nº ha	13 209	12 346,4	-	14 497,49	-	13 400
CERTIFICAÇÃO DE BATATA SEMENTE							
Estabelecimento Produtor	Nº ha	13 209	12 346,4	12 250	14 485,29	116,66 194,11	12 325
Vistoria de Campo	ha	22,4	61,86	30	98	326,66	20
	Nº	17	41	20	60	300	20
Coleta de Amostras	Repre sen tativa de em Área (ha)	19,3	61,86	50	305,17	610,34	100
FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BATATA SEMENTE							
Estabelecimento Produtor	Nº	7	0	0	0	-	26
Certificação da Própria Produção	Nº	-	-	-	-	-	3
Estabelecimento Armazenador	Nº	-	-	-	-	-	10
Fiscalização de Campo	ha	-	-	-	-	-	115
Inscrição de Campo	das	67,58	25,98	50	0	(100)	-
Fiscalização de Campo S1 e S2	ha	0	0	0	0	-	0
	Nº	0	0	0	0	-	8
Coleta de Amostras de Fiscalização	Represen tativa de Área (ha)	0	0	0	0	-	40
FISCALIZAÇÃO DO USO DE BATATA SEMENTE							
USUÁRIO	Nº ha	-	-	-	-	-	4 100
Fiscalização de Área	ha	-	-	-	-	-	100
EVENTOS							
Reunião	Nº	1	5	-	36	-	-
Treinamento	Nº	1	0	-	15	-	-
Reunião Nacional	Nº	3	0	3	12	-	5
Curso/Treinamento: Nacional	Nº	-	1	7	11	-	1
Reunião Estadual*	Nº	1	1	29	25	-	32
Curso/Treinamento: Estadual	Nº	-	1	-	3	-	
Congresso	Nº	3	0	1	0	-	1
Seminário	Nº	-	1	-	2	-	2
Curso	Nº	1	1	-	-	-	
Workshop	Nº	-	-	-	1	-	0
Outros	Nº	-	-	-	-	-	-

* Das 29 reuniões programadas, 28 foram reuniões da CSM-MG, e das 25 executadas 21 foram da CSM-MG.

- OBS.: 1.** No Campo **INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM** não é feito o indicador eficácia devido ao fato das atividades não serem programadas, haja vista tratar-se de atividades eventuais, servindo como dados comparativos de inscrições durante os exercícios anteriores.
- 2.** Programações de parâmetros por estimativa são passivas de lançamento, considerando variação nos valores a programar levando em conta exercícios anteriores, fatores como comportamento do mercado sementeiro quanto a sementes certificadas e, ou, não certificadas, o consecutivo aumento ou redução de área para produção de sementes, lançamento de novas cultivares no mercado, produtividade, aumento de certificadora da própria produção e,ou, entidade de certificação, condições climáticas.
- 3.** No campo **FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO/ENTIDADE**, no parâmetro Comerciantes, as ações de fiscalização foram realizadas pelo IMA. Quanto ao parâmetro Laboratório de Análise de Sementes, as ações de Fiscalização foram solicitadas pelo LASO/LANAGRO/MG, sendo realizadas conjuntamente.
- 4.** No campo **FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04), VIVEIROS, E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO**. Os Números e Unidades no segmento de mudas são de grande variação e expressam alta %. Relativo ao número de essências florestais, a demanda por mudas é na atualidade crescente, haja vista programas para atendimento dos setores energéticos, celulose, madeira, daí a corrida para a conformidade e o incremento na fiscalização de jardins clonais e mudas para atendimento à esses setores. A redução da fiscalização das Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada ocorreu em função de mudança na legislação, permitindo ao Responsável Técnico elaborar o Laudo validando a identidade das plantas, para que estas pudessem ser inscritas. Aliada a questões técnicas, houve dificuldades também, em relação à equipe técnica, com o afastamento de fiscais para gozar licença-prêmio, licença médica, afastamento.
- 5.** No campo **COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES**, estão contabilizados os dados de coleta da produção e comercialização, sendo a última em detrimento de ações de fiscalização conjunta com o IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária.
- Com relação ao número de Amostras Coletadas, existe a dificuldade de encontrar lotes acabados em espécies de forrageiras, por isto utilizou-se a estratégia de recolher Notas Fiscais nos produtores de sementes para identificar os usuários e realizar as amostragens nas propriedades rurais.
- 6.** No campo **COLETA DE AMOSTRA DE MUDAS**, a não programação, deve-se ao fato de não existir ainda Laboratório de Análise de Mudas Credenciado e ainda Falta de Padrão de Identidade e Qualidade, sendo a falta da quase totalidade de padrão para espécies de maior importância econômica, não sendo viável executar esse tipo de atividade, muito embora esteja no quadro, isso demandado da Coordenação de Sementes e Mudas. Entretanto em 2010, foram coletadas amostras de mudas de café para verificação de presença de nematóides, em conjunto com a equipe do Serviço de Sanidade Vegetal – SSV.
- 7.** Nos campos de **CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA**, por existirem Entidades de Certificação e Certificadoras da Própria Produção inscritas no RENASEM, apenas algumas espécies com poucos lotes ainda são certificados pelo SEFIA/DDA/SFA-MG.
- 8.** Quanto a organismos geneticamente modificados, na atualidade, dentro do regimento da SFA/MG, as atividades de fiscalização são conjuntas com o SSV, sob aquela coordenação, logo não se programa essa atividade no PI, sendo que em 2010 as fiscalizações realizadas ocorreram às custas daquele serviço .
- 9.** Com relação aos campos que tratam de **BATATA SEMEDEIRA**, justifica-se o fato da coluna realizado na certificação em 2010 ser bem superior ao programado, devido a expectativa da edição das Normas e Padrões para produção e comercialização de batata-semente que estava em via de efetivação no exercício, o que possibilitaria a certificação por entidades credenciadas. Considerando ainda que foi estabelecido como prioridade a fiscalização da produção, de unidades armazenadoras, e a fiscalização do uso, visto o grande volume de batata semente importada e o grande volume de material de reprodução vegetal de batata reservado, para uso próprio que ocorre no Estado de Minas Gerais, os parâmetros a serem avaliados no relatório de gestão do exercício 2011, foram adequados de acordo com a prioridade acima mencionada.
- 10.** Nos diversos eventos de rotina as ações são realizadas com a participação variada de fiscais e, ou, técnicos e agentes.
- 11.** Observar quando da ausência de dados, ou variação nos mesmos, dá-se ao fato de que as planilhas montadas através de demandas da atividade de sementes e mudas estão passando por mudanças a partir de determinação da Coordenação de Sementes e Mudas da SDA/DFIA/MAPA, haja vista a necessidade de nivelamento e modificação dessas demandas de fiscalização nas Unidades Descentralizadas, ou seja, são parâmetros que não são dimensionados pelo serviço.
- 12.** No presente quadro o Índice de Eficácia foi dimensionado sobre as atividades desenvolvidas de acordo com a programação do Plano Operativo Anual 2010 e sua interface com as ações estabelecida no Plano Plurianual – PPA 2008-2011.

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)												
296.590,15	2.271	<p>Fiscalização em Estabelecimentos Produtores de Sementes e de Mudas e de Certificação para Obtenção de Inscrição e Credenciamento no RENASEM</p> <table border="1"> <tr> <td>Fiscalização de Estabelecimentos Produtores de:</td> <td>Sementes</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Mudas</td> </tr> <tr> <td>Vistoria de Campo de Produção de Sementes para Certificação</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vistoria de Campo de Produção de Sementes Não Certificadas</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vistoria de Campo de Produção de Sementes no esquema OECD</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fiscalização de Sementes Geneticamente Modificadas</td> <td></td> </tr> </table>	Fiscalização de Estabelecimentos Produtores de:	Sementes		Mudas	Vistoria de Campo de Produção de Sementes para Certificação		Vistoria de Campo de Produção de Sementes Não Certificadas		Vistoria de Campo de Produção de Sementes no esquema OECD		Fiscalização de Sementes Geneticamente Modificadas		130,60
Fiscalização de Estabelecimentos Produtores de:	Sementes														
	Mudas														
Vistoria de Campo de Produção de Sementes para Certificação															
Vistoria de Campo de Produção de Sementes Não Certificadas															
Vistoria de Campo de Produção de Sementes no esquema OECD															
Fiscalização de Sementes Geneticamente Modificadas															

Obs.:

1. Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidada, em Eficiência, de R\$ 1.509.409,31 sendo utilizado o Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência, conforme descrito abaixo.
2. O Custo Individualizado da Ação reduziu em relação ao exercício 2009, podendo observar que, no levantamento do montante de recursos a serem utilizados nos cálculos desse indicador, foram utilizados valores dentro de Elementos Despesa que melhor expressam gastos para o cômputo final desse custo.
3. A alteração do número de ações realizadas, para mais que o programado se deve à complexidade do segmento de sementes e mudas, onde existem várias sub-ações, onde os números realizados são flexíveis por circunstâncias pontuais durante o exercício, como a própria mudança de prioridades, com algumas delas justificadas no quadro do indicador eficácia.

Fonte dos Recursos: 150013038 (Elemento Despesa = ED) (Indicador de Desempenho = ID)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de sementes e mudas, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e resarcimento; ainda para pagamento de despesas com colaborador eventual e investimento, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores de equivalência serão utilizados nos cálculos do **Indicador de Desempenho, Eficiência**.

1.1. Gastos no ED 3390.14, para pagamento de diárias:

1.1.1. Diárias para Fiscalização: R\$ 217.910,80 (duzentos e dezessete mil, novecentos e dez reais e oitenta centavos). **(ID)**

1.1.2. Diárias pagas para participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos: R\$ 135.057,09 (cento e trinta e cinco mil, cinqüenta e sete reais e nove centavos).

1.2. Gastos no ED 3390.30 (Material de Consumo), para pagamento de:

1.2.1. Aquisição de Combustível: Valor R\$ 63.655,96 (sessenta e três mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e noventa e seis centavos). **(ID)**

1.2.2. Manutenção de Veículos - peças, pneus. Valor R\$ 1.135,00 (hum mil, cento e trinta e cinco reais). **(ID)**

1.3. Despesas no ED 3390.33 (Passagens): Valor R\$ 45.309,73 (quarenta e cinco mil, trezentos e nove reais e setenta e três centavos).

1.4. Gastos no ED 3390.36 (Colaborador Eventual), para pagamento de diárias:

1.4.1. Valor R\$ 3.393,70 (três mil, trezentos e noventa e três reais e setenta centavos).

1.5. Gastos no ED 3390.39 (Serviços de Terceiros), para pagamento de:

1.5.1. Manutenção de Veículos – Mão-de-obra. Valor R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais). **(ID)**

1.5.2. Serviços de Postagem. Valor R\$ 7.000,00 (sete mil reais). **(ID)**

1.5.3. Telefonia: Valor R\$ 17.588,80 (dezessete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

1.6. Gastos no ED 3390.93 (Ressarcimento), com despesas de pronto (necessário) pagamento em viagens. Valor R\$ 6.378,39 (seis mil, trezentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos). **(ID)**

Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:

ED: 3390.14 R\$ 217.910,80 (Diárias)

ED: 3390.30 R\$ 63.655,96 (Combustível e Material de Consumo)

ED: 3390.30 R\$ 1.135,00 (Combustível e Material de Consumo)

ED: 3390.39 R\$ 510,00 (Pessoa Jurídica)

ED: 3390.39 R\$ 7.000,00 (Pessoa Jurídica)

ED: 3390.93 R\$ 6.378,39 (Indenizações e Restituições)

TOTAL: R\$ 296.590,15

2. Recursos destinados a atender demandas com pagamento de servidores de outros órgãos que integram o sistema de produção de sementes direta e, ou, indiretamente, participando nas Reuniões da CSM-MG, bem como em Grupos de Trabalho para identificação de plantas; outras participações eventuais interessantes.

3. Recursos destinados a atender com despesas investimento para aquisição de bens móveis (eletroeletrônicos, mobiliário, veículos), ED 4490.52, de modo a incrementar a Infra-estrutura do PI na Sede e em Unidades Descentralizadas.

4. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

5. Serviços Terceirizados (Recepção, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

EFETIVIDADE

A atividade de Fiscalização de Sementes e Mudas vem sofrendo modificações estruturais desde o exercício 2005, com reflexo imediato nas ações das SFA's nos Estados, em detrimento da edição das normas vigentes e complementos, agindo especificamente nas atividades de produção, atuando parcialmente na certificação de sementes e mudas, ainda em inscrições de campos de produção e suas respectivas ações de inspeções dos campos inscritos, seu devido rito da parte burocrática, assim como inscrições de produtores e credenciamento de responsáveis técnicos, entidades de certificação e certificadoras de produção própria, no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM, informações ao SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento) e administração do SIOR (Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras).

Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas.

No desenvolvimento das atividades inerentes ao Plano Interno – FISCALSEM 1, existem dificuldades de Infra-estrutura Técnico Operacional e Logística como, necessidade de equipamentos de informática suficientes e atualizados, dentre outros de menor vulto, falta de fiscais e continuidade de treinamentos. O Serviço através da Coordenação e Departamento correlatos vêm a cada ano suprindo essas deficiências. De acordo com a leitura de Relatórios de Gestão e Planos Operacionais anteriores, pode se observar a evolução desse quadro.

Informamos que, muitas vezes, fiscais da equipe da atividade de sementes e mudas são solicitados a prestarem serviços externos ao SEFIA/DDA/SFA-MG, junto à Coordenações da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e mesmo em outras Superintendências, dessa forma diminuindo a capacidade de ações de fiscalização, em contrapartida às necessidades demandadas de fiscalização no Estado, além de participarem ativamente da Comissão Estadual de Sementes e Mudas/MG e suas respectivas Subcomissões e participação relevante em eventos ligados ao segmento. Além disso, vários Fiscais Federais Agropecuários atuam em um ou mais Planos Internos em Unidades Descentralizadas da SFA/MG.

Com relação aos recursos financeiros programados para o exercício de 2011, estes estão dispostos no Plano Operativo Anual - Exercício 2011 para atender as demandas básicas do PI no Estado de Minas Gerais.

2.4.3.31 Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

EFICÁCIA – Sub-ação I e II

Ação / Sub-ação	Unidade	Exec. 2008	Exec. 2009	Prog. 2010	Exec. 2010	Eficácia (%)	Prog. 2011
I Fiscalizações realizadas	Fiscalização	1.829	1.270	1.150	1.185	103,04	1.300
II Amostras coletadas	Amostra	1.444	1.076	700	793	113,28	850

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
Sub-ação I			
238.247,42	1.185	Fiscalizações realizadas	201,05
Sub-ação II			

238.247,42	793	Amostras Coletadas	300,43
------------	-----	--------------------	--------

Obs.: Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidada, em Eficiência, de R\$ 413.290,53 sendo utilizado o Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência, conforme descrito abaixo.

Os recursos utilizados efetivamente no custo da ação perfizeram um montante de R\$ 238.247,42. Sendo assim, os valores reais do custo individualizado das ações foram de R\$ 348,76 (Fiscalização) e R\$ 521,17 (Amostras Coletadas).

Em decorrência do não atendimento da meta programada para o ano de 2009 (realização de 81,30% do programado), optou-se por uma redução para o ano de 2010 de modo a contemplar a realização de 1.150 fiscalizações, conforme Plano Operativo Anual 2010. Ao seu final, verificou-se que a redução inicialmente proposta possibilitou não apenas o atendimento das metas, mas também a sua superação, tendo sido realizadas 1.185 fiscalizações (103,04%), sendo esse um dos motivos pelo qual optou-se pelo incremento nos trabalhos projetados para o ano de 2011 (1.300 fiscalizações), visto que esses resultados podem ser traduzidos em alcance de maior eficiência, juntamente com a significativa melhoria nos índices de conformidade para os produtos fiscalizados.

Fonte dos Recursos: 150013038 (Elemento Despesa = ED) (Indicador de Desempenho = ID)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de fertilizantes, inoculantes e corretivos, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e resarcimento; ainda para pagamento de despesas com investimento, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores de equivalência serão utilizados nos cálculos do **Indicador de Desempenho, Eficiência**.

1.1. Gastos no ED 3390.14, para pagamento de diárias:

1.1.1. Diárias para Fiscalização: R\$ 172.959,73 (cento e setenta e dois mil, novecentos e cinqüenta e nove mil reais e setenta e três centavos). (**ID**)

1.1.2. Diárias pagas para participação de Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, Força Tarefa em outras UF, outros eventos: R\$ 55.407,69 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e nove centavos).

1.2. Gastos no ED 3390.30 (Material de Consumo), para pagamento de:

1.2.1. Aquisição de Combustível: Valor R\$ 54.027,00 (cinquenta e quatro mil, vinte e sete reais). (**ID**)

1.2.2. Manutenção de Veículos - peças, pneus. Valor R\$ 3.320,00 (três mil, trezentos e vinte reais). (**ID**)

1.3. Despesas no ED 3390.33 (Passagens) Pagamento de deslocamento com fins de participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, Força Tarefa em outras UF. Valor R\$ 28.094,80 (vinte oito mil, trezentos e vinte reais e oitenta centavos).

1.4. Gastos no ED 3390.36 (Colaborador Eventual), para pagamento de diárias: Sem provimento para essa demanda.

1.5. Gastos no ED 3390.39 (Serviços de Terceiros), para pagamento de:

1.5.1. Manutenção de Veículos – Mão-de-obra. Valor R\$ 1.997,81 (hum mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos). (**ID**)

1.5.2. Serviços de Postagem. Valor R\$ 2.345,00 (dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais). (**ID**)

1.6. Gastos no ED 3390.93 (Ressarcimento), com despesas de pronto pagamento (necessárias) em viagens. Valor R\$ 3.597,88 (três mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos). (**ID**)

***Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:**

ED: 3390.14 R\$ 172.959,73 (Diárias)

ED: 3390.30 R\$ 54.027,00 (Combustível e Material de Consumo)

ED: 3390.30 R\$ 3.320,00 (Combustível e Material de Consumo)

ED: 3390.39 R\$ 1.997,81 (Pessoa Jurídica)

ED: 3390.39 R\$ 2.345,00 (Pessoa Jurídica)

ED: 3390.93 R\$ 3.597,88 (Indenizações e Restituições)

TOTAL: R\$ 238.247,42*

2. Recursos destinados a atender com despesas investimento para aquisição de bens móveis (informática e mobiliário), ED 4490.52, de modo a incrementar a Infra-estrutura do PI na Sede e em Unidades Descentralizadas.

3. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

4. Serviços Terceirizados (Recepção, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

EFETIVIDADE

Sub-ação I e II

Ação / Sub-ação	Unid	Eficácia 2008	Eficácia 2009	Eficácia 2010	Exec. 2008	Exec. 2009	Exec. 2010	Prog. 2011
I Fiscalizações realizadas	Fiscalização	110,85	83,93	103,04	1.829	1.270	1.185	1.300
II Amostras coletadas	Amostras	120,33	96,76	113,28	1.444	1.076	793	850

Através das ações desenvolvidas verifica-se o alcance dos seguintes resultados em relação à produção e ao comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes:

- significativa melhoria dos níveis de conformidade e qualidade dos produtos disponibilizados para o mercado agrícola nacional, o que possibilita o alcance de maiores produtividades agrícolas e contribui sobremaneira para a sustentabilidade e competitividade do agronegócio brasileiro; e
- implementação de ações destinadas a promover o comércio responsável desses insumos agrícolas, coibindo de forma sistemática toda atividade que resulte em dano ou que possa vir a lesar o consumidor final.

Salienta-se que os indicadores de desempenho alcançados ao longo de 2010 traduzem com maior confiabilidade a qualidade representada pelos insumos fiscalizados em virtude, principalmente, dos ajustes implementados na programação originalmente concebida.

Tal fato constitui-se no resultado do esforço conjunto e da maior integração entre CFIC/DFIA – Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos e SFA/MG, na condução do planejamento fiscal, e também no que concerne à disponibilização de recursos orçamentários destinados a execução dessas ações, o que possibilita a sua realização de modo célere e oportuno.

2.4.3.32 Ação 2909: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX

EFICÁCIA

PI	Atividade	Exec. 2007	Exec. 2008	Exec. 2009	Prog. 2010	Exec. 2010	Eficácia 2010	Prog. 2011
F I S A G R O T O X	Produtos fiscalizados*	22	112	127	123	122	99,18	66
	Amostras de agrotóxicos coletadas**	0	0	3	18	18	100	27
	Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)	2	10	10	10	23	230	27
	Fiscalizações realizadas (empresas credenciadas)	10	11	49	21	34	161,9	10
	Vistoria em estabelecimento para credenciamento	15	08	4	8	8	100	6

* Número de diferentes produtos (agrotóxicos) fiscalizados, sem amostragem sendo conferidos os componentes utilizados na formulação, comparando o mapa de produção com o I.A.T.(Anvisa). Este valor não foi lançado no SIPLAN.

** Coleta de amostras por orientação da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins/DFIA - Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. Na fiscalização dos produtos nas unidades produtoras, a(s) análise(s) do(s) produto(s) feita(s) pelos laboratórios das empresas, é (são) conferida (s) conforme limites máximos e mínimos de teor de i.a. (ingrediente ativo) apresentado(s) no registro.

EFICIÊNCIA

Calculada segundo dados do SIPLAN.

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade		Custo individualizado da ação (R\$)
		Descrição	Quantidade	
28.889,66	57	Produtos fiscalizados	122	506,83
		Amostras de agrotóxicos coletadas	18	
		Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)*	23	
		Fiscalizações realizadas (empresas credenciadas)*	34	
		Vistoria em estabelecimento para credenciamento	8	

Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidada, em Eficiência, de R\$ 125.543,29 sendo utilizado o Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência.

No SIPLAN, não foram lançados os Produtos Fiscalizados (122), Amostras Coletadas (18) e as Vistorias para Credenciamento (8). *As ações contabilizadas foram 57 (Fiscalizações em Estabelecimento Produtor + Fiscalizações em Empresas Credenciadas) conforme programado no POA 2010, dentro das metas fornecidas pela CGAA/DFIA/SDA/MAPA, o que resultou num custo individualizado de fiscalização de R\$ 506,83 (quinhentos e seis reais e oitenta e três centavos).

EFICIÊNCIA

Calculada contabilizando os parâmetros do SIPLAN, e demais parâmetros de relatório.

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade		Custo individualizado da ação (R\$)
		Descrição	Quantidade	
28.889,66	205	Produtos fiscalizados	122	140,92
		Amostras de agrotóxicos coletadas	18	
		Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)	23	
		Fiscalizações realizadas (empresas credenciadas)	34	
		Vistoria em estabelecimento para credenciamento	8	

Obs.: Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidada, em Eficiência, de R\$ 413.290,53 sendo utilizado o Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência, conforme descrito abaixo.

Neste quadro foram lançadas todas as ações realizadas e não somente os estabelecidos pela CGAA/DFIA/SDA/MAPA no SIPLAN, onde o custo de uma fiscalização foi bem inferior, ou seja, de R\$ 140,92 (cento e quarenta reais e noventa e dois centavos).

Fonte dos Recursos: 100000000 (Elemento Despesa = ED) (Indicador de Desempenho = ID)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de agrotóxicos e afins, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e resarcimento; ainda para pagamento de despesas com colaborador eventual, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores equivalentes serão utilizados nos cálculos do **Indicador de Desempenho / EFICIÊNCIA**.

1.1. Gastos no ED 3390.14, para pagamento de diárias:

1.1.1. Diárias para Fiscalização: R\$ 21.552,06 (vinte um mil, quinhentos e cinqüenta e dois reais e seis centavos). **(ID)**

1.1.2. Diárias pagas para participação de Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos: R\$ 11.313,50 (onze mil, trezentos e treze reais e cinqüenta centavos).

1.2. Gastos no ED 3390.30 (Material de Consumo), para pagamento de:

1.2.1. Aquisição de Combustível: Valor R\$ 4.608,00 (quatro mil, seiscentos e oito reais). **(ID)**

1.3. Despesas no ED 3390.33 (Passagens): Valor R\$ 34.205,75 (trinta e quatro mil, duzentos e cinco reais e setenta e cinco centavos), sendo:

1.3.1. Pagamento a servidor do SEFIA/DDA/SFA-MG em fiscalização. Valor R\$ 800,00 (oitocentos reais). **(ID)**

1.3.2. Pagamento a servidor do SEFIA/DDA/SFA-MG para participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos: Valor R\$ 7.970,35 (sete mil, novecentos e setenta reais e trinta e cinco centavos).

1.3.3. Pagamento a servidor do IMA para participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos: Valor R\$ 25.435,40 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

1.4. Gastos no ED 3390.36 (Colaborador Eventual), para pagamento de diárias a servidores do IMA em parceria com a SFA/MG na fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos no Estado de Minas Gerais e participação em eventos.

1.4.1. Valor R\$ 41.123,00 (quarenta e um mil, cento e vinte e três reais).

1.5. Gastos no ED 3390.39 (Serviços de Terceiros), para pagamento de:

1.5.1. Serviços de Postagem. Valor R\$ 1.749,60 (hum mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos). **(ID)**

1.6. Gastos no ED 3390.93 (Ressarcimento), com despesas de pronto (necessário) pagamento em viagens. Valor R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). **(ID)**

***Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:**

ED: 3390.14	R\$ 21.552,06
ED: 3390.30	R\$ 4.608,00
ED: 3390.33	R\$ 800,00
ED: 3390.39	R\$ 1.749,60
ED: 3390.93	R\$ 180,00
TOTAL:	R\$ 28.889,66

2. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

3. Serviços Terceirizados (Recepção, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

EFETIVIDADE

As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos, de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade,

possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões fitossanitárias pode trazer sérias consequências econômicas. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias são os argumentos mais utilizados atualmente, como forma de protecionismo comercial.

A execução das atividades de fiscalização dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, foi transferido em novembro 2010 para o SSV/DDA/SFA-MG.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este Plano Interno – PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, consequentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo e menores teores de resíduos nos alimentos), e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras.

Não há Fiscais Federais Agropecuários específicos para atender este segmento em todas as UTRA'S e nem treinados adequadamente para exercer essa função.

Devido à grande demanda de trabalho administrativo e técnico, se torna necessário para o bom andamento do serviço, somar ao quadro funcional mais Fiscais Federais Agropecuários para a atividade de fiscalização, além da disponibilização de agente administrativo e estagiário.

Quanto à disponibilidade de recursos financeiros, foi feita no tempo oportuno e adequada, sendo suficientes.

3. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010

3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.3.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	276.197,67	0,00	0,00	276.197,67
2009	152.845,48	30,00	152.815,48	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	5.424.028,40	0,00	0,00	5.424.028,40
2009	2.216.962,79	48.904,87	2.168.057,92	0,00

Observações: Não houve registro de reinscrição de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores na Unidade.

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

3.2 Análise Crítica

A SFA/MG, em suas propostas orçamentárias dos cinco últimos exercícios, vem programando as despesas de manutenção/investimentos dos bens imóveis/móveis da sede e das unidades regionais do Estado de Minas Gerais.

A proposta em 2010 previa a manutenção/reforma da sede (rede elétrica/pintura) e das regionais de Patos de Minas, Lavras, Divinópolis, Governador Valadares, optando pelas Unidades que foram mais atingidas pelas chuvas e pelos serviços que ofereciam mais riscos aos servidores, com prejuízos à administração pública, e com possíveis problemas detectados nas instalações elétricas e nos telhados condenados ao desabamento.

Esta decisão tomada pela Unidade, juntamente com a Coordenação Orçamentária e Financeira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – COF/MAPA, teve como base decisiva o limite orçamentário restrito para o atendimento parcial.

Juntamente com estas ações estava prevista a renovação da frota de veículos da SFA/MG, desde o exercício de 2009, programando a gradativa reposição dos veículos destinados ao leilão (ainda em curso), sem comprometer o desempenho das atividades de fiscalização e demandas diversas da Unidade.

O MAPA, por meio da Coordenação de Tecnologia da Informação, projetou uma melhoria na rede de processamentos entre as SFAs para sanar os problemas técnicos e minimizar os intervalos constantes da indisponibilidade da rede, buscando o pleno funcionamento da rede de comunicação do órgão e suas unidades jurisdicionadas, disponibilizando os técnicos “in loco” para detectar as necessidades de cada unidade, para adesão ao Pregão 57/2009 da UG 130005 – Coordenação Geral de Execução Financeira/SPOA/MAPA, definida como prioridade para o órgão.

Prosseguimos no exercício 2011 com o planejamento das despesas de manutenção e reforma das bases físicas não contempladas nos exercícios anteriores, com prioridade para as de natureza mais grave, respeitando a disponibilidade estabelecida pela SPOA/MAPA referente ao limite dos recursos orçamentários e financeiros, resguardando os compromissos para pagamento dos Restos a Pagar.

Nas principais tomadas de decisões na gestão de Restos a Pagar consideramos os aspectos de segurança, riscos oferecidos aos servidores, despesas antieconômicas para a unidade e a melhoria na qualidade da Tecnologia da Informação em tempo real das informações acessadas e registradas nos meios eletrônicos, buscando resultados positivos no que se refere ao bem geral do interesse público.

A execução do planejamento em curto prazo é um evento que prejudica a gestão de Restos a Pagar na Unidade, visto que historicamente as autorizações e descentralizações de recursos concentram-se no segundo semestre. Este fato gera dificuldades para o processamento operacional, a formalização dos processos e o cumprimento de prazos e procedimentos exigidos para obtenção de uma gestão com qualidade, observados os princípios da eficiência, eficácia e efetividade na administração pública.

Com relação às reformas, obras e instalações, enfrentamos dificuldades no cumprimento dos prazos para execução dos objetos licitados/contratados, influenciados pela ocorrência de fortes chuvas entre os meses de novembro a janeiro.

4. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010

4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

**QUADRO A.4.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM
31/12/2010**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		821	25	1
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		2		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		2		
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		3		
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				

1.4.4	Licença não remunerada				
2	Provimento de cargo em comissão				
2.1	Cargos Natureza Especial				
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		20		
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas		1		
2.2.4	Sem vínculo		1		
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		63		
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total				

Fonte: SIAPE

4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.4.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
Servidores Aposentados	823	32
1 Integral		31
1.1 Voluntária		31
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional		1
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		1
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

Observação: A UJ não tem como quantificar por regime de aposentadoria. Foi informado somente o quantitativo total de aposentados - situação apurada 31/12/2010.

QUADRO A.4.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
	1505	23
1. Integral		21
2. Proporcional		07

Fonte: SIAPE

Observação: A UJ não tem como quantificar por regime de proventos originário dos servidores – instituidores de pensão aposentadoria. Foi informado somente o quantitativo total de beneficiários - situação apurada 31/12/2010.

4.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.4.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior				33	222.307,51
• Área Fim				26	
• Área Meio				7	
Nível Médio				20	94.026,00
• Área Fim				13	
• Área Meio				7	

Fonte: SIAPE

Observação: A UJ não tem como quantificar trimestralmente os contratos de estágio. O valor e quantitativo - No Nível Superior e Nível Médio - foi informado o quantitativo anual - situação apurada 31/12/2010.

4.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.4.5 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 e 2010

Tipologias / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	57.939.226,27	1.186,38	32.276.735,80	6.292.014,52	5.834.538,14	4.120,45	867.517,53	103.215.339,09
2009	72.791.657,01	-	49.567.251,87	8.105.976,43	4.825.910,30	330,57	507.742,51	135.798.868,69
2010	82.787.296,21	-	60.415.998,15	7.864.903,20	4.063.091,96	682.452,34	544.784,13	156.358.525,99
Servidores com contratos Temporários								
2008	1.140,00	-	3.800,00	5.320,00	6.113,75	-	23.180,00	39.553,75
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus ou em Licença								
2008	45.119,33	-	40.293,57	-	8.297,80	-	848,25	94.558,95
2009	101.324,58	-	7.702,21	-	7.777,87	-	549,06	117.353,72
2010	112.609,53	-	9.825,09	4.029,50	11.059,70	1.392,78	3.618,32	142.534,92
Servidores ocupantes de cargos de Natureza especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.128.096,28	347.052,05	759.145,29	141.611,22	54.315,93	53.436,70	73.405,98	2.557.063,45
2009	1.359.852,19	334.306,95	1.129.305,46	199.344,13	47.348,19	6.512,71	38.077,29	3.114.746,92
2010	1.450.420,51	318.575,88	1.373.666,75	122.160,29	77.226,78	16.784,11	8.952,52	3.367.786,84
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.333.269,41	380.630,29	1.648.553,20	321.156,32	218.811,26	21.158,83	16.303,81	4.939.883,12
2009	3.337.463,97	398.112,12	2.129.136,47	444.077,97	204.926,31	16.563,10	29.389,13	6.559.669,07
2010	3.663.475,04	390.403,90	2.420.369,19	347.043,81	320.972,67	76.948,19	22.997,81	7.242.210,61

Exercícios	2008	110.846.398,36	9.237.199,86
	2009	145.590.638,40	12.132.553,20
	2010	167.111.058,36	13.925.921,53

Fonte: SIAPE

4.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.4.6 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais											
UG/Gestão: 13005600001				CNPJ: 00.396.895/0026-83							
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2010	L	O	020/2010	04.899.631/0001-45	01/07/10	30/06/11	24	24			A
2009	V	O	028/2009	05.891.583/0001-01	01/01/09	31/12/11	08	08			P

Observação:

Fonte: Processo Licitatório, Contratos e Relatórios mensais referente às gestões.

QUADRO A.4.7 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante											
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais											
UG/Gestão: 13005600001				CNPJ: 00.396.895/0026-83							
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2009	1	O	035/2009	10.704.092/0001-44	01/01/11	31/12/11			17	17	P
2010	1	O	014/2010	10.704.092/0001-44	15/02/11	14/02/12			04	04	P

Observação:

Contrato nº 035/2009: Contratação de Recepcionista.

Contrato nº 014/2010: Contratação Programador de Computador / Especialista de Suporte Técnico em Informática.

Fonte: Processo Licitatório, Contratos e Relatórios mensais referente às gestões.

QUADRO A.4.8 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
035/2009	1	05	Divisão Administrativa/SFA/MG
	1	02	Gabinete da Superintendência
	1	09	Divisão de Defesa Agropecuária/SFA/MG
	1	01	Divisão Política Agropecuária
014/2010	1	04	SAOD/Gabinete

Fonte: Processo Licitatório, Contratos e Relatórios mensais referente às gestões.

4.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Quanto aos temas sugeridos pelo TCU para a criação de indicadores de recursos humanos, informamos que esta Superintendência foi orientada pela Coordenação-Geral que irá fazer uma avaliação e posteriormente demandará ações junto a CGPLAN para verificar quanto à oportunidade e conveniência para a criação de novos indicadores e, por consequência, não existem indicadores para o presente exercício.

Análise Crítica

O Quadro de pessoal da UJ conta com 825 servidores ativos, em exercício em todo o Estado de Minas Gerais.

Após aproximadamente 28 (vinte e oito) anos a UJ recebeu em 2010, 17 (dezessete) novos servidores no cargo de Agente Administrativo, nomeados através de concurso público realizado para substituição da mão de obra terceirizada. Estes foram localizados nos serviços da Divisão de Apoio Administrativo que estavam com carência de pessoal, pois existem atribuições desses serviços que só podem ser exercidas por servidores públicos, com senhas de sistemas.

Já temos 295 (duzentos e noventa e cinco) servidores que já recebem abono de permanência, com idades superiores a 50 (cinquenta) anos, e a qualquer momento podem requerer suas aposentadorias e estão na maioria, com previsão pessoal de aposentadoria, e as vezes desmotivados para novas capacitações.

Ocorrendo estas aposentadorias, na falta de servidores treinados e capacitados, poderá haver descontinuidade das atribuições e serviços prestados pela UJ, tanto aos seus clientes internos e externos, portanto é necessário fazer uma análise real da necessidade de novos servidores, com diagnóstico de quantidade e cargos.

Existe na UJ uma grande insatisfação dos servidores ocupantes de cargos do PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, tendo em vista a grande diferença salarial com os demais ocupantes de carreiras criadas do MAPA.

Atualmente temos somente 02 (dois) servidores cedidos para outros órgãos, e entendemos que a UJ não deve ceder servidores. A Defensoria Pública da União com a prerrogativa de caráter irrecusável para requisições de servidores da União tem requerido servidores da UJ, identificado o servidor a ser liberado para aquele órgão. Como a UJ pode ceder servidores se ela mesma necessita, e cedendo servidores compromete as atividades meio e finalísticas do órgão.

Quanto à capacitação de seus servidores, a UJ não tem um controle efetivo dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento que os servidores frequentaram custeados pelos PI's da UJ, e não é informado ao Serviço de Gestão de Pessoas da UJ. O Serviço de Gestão de Pessoas somente tem conhecimento para uma futura análise e levantamento, dos cursos autorizados pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas/MAPA, que têm o trâmite no citado serviço.

Não há um Levantamento da Necessidade de Treinamento – LNT da UJ, que o Serviço de Gestão de Pessoas tenha conhecimento. As capacitações atualmente são realizadas de acordo com a necessidade e disponibilidade de recursos, pois os serviços alegam que há demora nas autorizações dos cursos pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas/MAPA e muitas vezes as autorizações chegam na UJ após o início do curso.

5. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

5.1 Transferências efetuadas no exercício

5.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

QUADRO A.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais			Informações sobre as transferências						
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	SICONV 721465	65179400/00 01/51	R\$ 1.248.380,00	R\$ 312.880,00	R\$ 935.000,00	R\$ 935.000,00	07/2010	20/05/ 2011	1

Fonte: SICONV

5.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais			Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	0	1	1*	-	1.328.000,00	935.000,00
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

* Aditivo de 2009.

Fonte: SICONV

5.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

QUADRO A.5.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais		CNPJ: 00.396.895/0026-83 UG/GESTÃO: 130056				
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010	
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011		
Convênio	1	-	-	2.183.289,00	100%	
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: SICONV

5.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

QUADRO A.5.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais		CNPJ: 00.396.895/0026-83 UG/GESTÃO: 130056				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados				Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
	Convênios	Contratos de Repasse				
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1		
		Montante Repassado		935,000,00		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas		Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas		Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas		Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			

Fonte: SICONV

5.2 Análise Crítica

Informação (Convênio MAPA – IMA – Área Vegetal)

Referente à estrutura, processo de fiscalização e acompanhamento “in loco” do Convênio 001/2009/MAPA/SFA-MG-IMA-MG e 1º Termo Aditivo, registro no SINCONV Nº 721465/2009, informamos que o técnico designado por portaria do Srº Superintendente Federal de Agricultura em MG, de acordo com o Artº 51 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGV Nº 127 de 29/05/2008, vem realizando os trabalhos de fiscalização e acompanhamento “in loco” da execução das metas programadas, conforme cronograma de execução, tendo o prazo de vigência prorrogado “de Ofício” para o período de 31/12/2010 a 20/05/2011.

A metodologia consiste em visitas de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos nas Unidades de Produção (prod. rurais) e Escritórios Seccionais e Regionais do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

São elaborados Termos de Supervisão de Convênio, com registro das informações obtidas, conferência de registro patrimonial de equipamentos adquiridos, comprovação de utilização destes equipamentos para ações objeto de convênio, registro com fotos de equipamentos e ações comprovando a execução das metas.

Todas informações obtidas objetivam a elaboração do relatório final de acompanhamento com parecer conclusivo sobre a execução das metas programadas

Com a proposta do IMA para celebração de convênio plurianual, período de 2011 a 2015, aumentando o repasse de recursos pelo MAPA, foi proposto a nomeação de uma equipe de Fiscais Federais Agropecuários para realizar trabalhos de apoio ao técnico responsável pela fiscalização e acompanhamento “in loco”.

Quanto a execução das metas do convênio em vigência a situação é regular sendo cumpridas conforme o cronograma de execução estabelecido e encerramento previsto para maio de 2011.

6. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010

6.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.6.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para					X

permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X	
Monitoramento	1	2	3	4
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X			
Considerações gerais: Reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com o envolvimento dos representantes das áreas estratégicas (administrativa e técnica) da SFA/MG: Chefe da Divisão Administrativa; Chefe Substituto da Divisão de Defesa Agropecuária; Chefe do Serviço de Planejamento e Acompanhamento e Chefe da Seção de Apoio Operacional e Divulgação.				

7. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.7.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
Resposta: Menor consumo de energia.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Resposta: Palestras, folders, comunicações diversas.					

Considerações Gerais: Reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com o envolvimento da chefe e do servidor do Setor de Compras e Contratos e do servidor do Setor de Manutenção Predial/Engenharia.					
---	--	--	--	--	--

8. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

8.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.8.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF MINAS GERAIS	Σ
	Município Andradas	1
	Município Barbacena	1
	Município Belo Horizonte	1
	Município Campos Altos	1
	Município Caratinga	1
	Município Conceição do Rio Verde	1
	Município Divinópolis	1
	Município Governador Valadares	1
	Município Juiz de Fora	2
	Município Manhumirim	1
	Município Patos de Minas	1
	Município Perdões	1
	Município Pouso alegre	1
	Município São Sebastião do Paraíso	1
	Município Teófilo Otoni	1
	Município Varginha	1
Subtotal Brasil		17
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ
	Cidade 1	-
	Cidade 2	-
	Cidade “n”	-
	PAÍS “n”	Σ
	Cidade 1	-
	Cidade 2	-
	Cidade “n”	-
Subtotal Exterior		-
Total (Brasil + Exterior)		17
Fonte: SPIUNET e Informações do Setor de Manutenção Predial.		

QUADRO A.8.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Minas Gerais	Σ	Σ
	Subtotal Brasil	0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	0	0

Fonte: SPIU e SMP/SFA/MG

QUADRO A.8.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130056	4051.0000 8.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	156.890,96	31/12/2010	156.890,96	-	-
130056	4111.0006 1.500-9	Entrega- Adm. Fed. Direta	Muito Bom	472.591,80	31/12/2010	472.591,80	-	-
130056	4123.0008 1.500-1	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	7.429.066,46	31/12/2010	7.429.066,46	17.979,57	-
130056	4229.0000 3.500-1	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	1.187.818,60	31/12/2010	1.187.818,60	-	-
130056	4267.0000 5.500-5	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	749.541,06	31/12/2010	749.541,06	-	-
130056	4353.0000 1.500-0	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	1.377.309,81	31/12/2010	1.377.309,81	-	-
130056	4445.0000 6.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Ruim	150.278,46	31/12/2010	150.278,46	-	-
130056	4553.0013 4.500-6	Entrega- Adm. Fed. Direta	Ruim	47.031,15	31/12/2010	47.031,15	-	-
130056	4733.0011 3.500-0	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	6.027.101,64	31/12/2010	6.027.101,64	-	-
130056	4733.0015 2.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Muito Bom	353.509,19	31/12/2010	353.509,19	-	-
130056	4789.0000 4.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Ruim	1.112.564,09	31/12/2010	1.112.564,09	-	-
130056	4959.0000 3.500-8	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	593.123,68	31/12/2010	593.123,68	-	-
130056	4997.0000 5.500-1	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	531.460,04	31/12/2010	531.460,04	-	-
130056	5040.0002 7.500-0	Em regularização / Cessão	Bom	-	-	-	-	-
130056	5293.0000 6.500-5	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	1.122.087,02	31/12/2010	1.122.087,02	-	-
130056	5371.0001 0.500-2	Em regularização / Cessão	Bom	-	-	-	-	-
130056	5413.0000 7.500-5	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	9.756.249,57	31/12/2010	9.756.249,57	-	-

Total	17.979,57	-
-------	-----------	---

Fonte: SPIUNET, Informações do Setor de Manutenção Predial e SIAFI.

Análise Crítica

Os oito Armazéns de Café (UAC – Unidade Armazenadora de Café) estão em processo de reversão à CONAB, uma vez que os mesmos são utilizados por aquele Órgão.

Os imóveis da SFA/MG são bem fiscalizados e ocupados dentro das normas da Legislação Patrimonial.

Os imóveis recebidos nos últimos dois anos (Municípios de Governador Valadares e Divinópolis) são de suma importância para garantir a instalação de Unidades Técnicas (UTRAS e UTLAS).

A atual Administração da SFA/MG está se esforçando para conseguir a cessão de outros imóveis junto à Secretaria do Patrimônio da União destinados às instalações das Unidades Técnicas que ocupam espaço cedido por terceiros.

9. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

9.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.9.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					Informar quantitativos
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					Informar o percentual de participação
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				

Considerações Gerais: Reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com as informações prestadas pela chefia e substituto da SAOD/SFA-MG.

10. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

10.1 Declaração do Gestor de Convênios

QUADRO A.10.1 – DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONVÊNIOS

Declaração do Gestor de Convênios			
Denominação Completa (UJ)	Código da UG		
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/MG	130056		
Declaro que as informações sobre os convênios firmados no âmbito desta SFA/MG, no exercício de 2010 estão disponibilizados e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19, § 1º da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.			
Local	Belo Horizonte, MG	Data	22 de março de 2011
Gestor	Carla Polastri Ferreira	SIAPE	1114685

10.2 Declaração do Gestor de Contratos

QUADRO A.10.2 – DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATOS

Declaração do Gestor de Contratos			
Denominação Completa (UJ)	Código da UG		
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/MG	130056		
Declaro que os Contratos de prestação de serviços, fornecimento de material com entrega parcelada, dispensa e inexigibilidade firmados no âmbito desta SFA/MG estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19, da Lei nº 12.309, de 09/08/2010.			
Local	Belo Horizonte, MG	Data	25 de março de 2011
Gestor	Adriane Jesus Santos Marques	SIAPE	007112

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

11.1 Declaração de Bens e Rendas

QUADRO A.11.1 – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
SERVIÇO DE GESTÃO DE PESSOAS**

DECLARAÇÃO

Declaramos conforme a Lei 8.429/92, art. 1º da Lei 8.730/93 e a Instrução Normativa nº 5, de 10/03/94, do Tribunal de Contas da União, que os integrantes do Rol de Responsáveis da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais – SFA/MAPA-MG, UG 130056, Gestão 00001, entregaram suas respectivas Declarações de Bens e Rendas, referente ao ano Calendário 2009, Exercício 2010, visando atender o disposto na Portaria - TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010 e Instrução Normativa nº 63, de 01/09/2010 -TCU.

Belo Horizonte/MG, 30/03/2011

Luciana Trindade Souza
Chefe do Serviço de Pessoas
SGP/DAD/SFA-MG

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

11. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010

11.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

QUADRO B.1.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SUPERINT.FED.DE AGRIC.PEC.E ABASTECIMENTO/MG	130056

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2010
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais – SFA/MG é a unidade representativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com Sede em Belo Horizonte. As ações desenvolvidas pelos técnicos e equipe de apoio desta SFA garantem à sociedade, qualidade nos alimentos e nos insumos utilizados pela cadeia produtiva do agronegócio.

A Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário conta na sua estrutura, com o Serviço de Suporte Agropecuário e a Seção do Café, os quais tem entre suas ações a promoção, orientação e acompanhamento de execução das atividades relativas ao desenvolvimento rural, às políticas de crédito, investimentos públicos, desenvolvimento da produção orgânica e acompanhamento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, sistemas de produção integrada, indicação geográfica, aviação agrícola, além da coordenação e acompanhamento das atividades de guarda, conservação dos cafés estocados e a execução das políticas cafeeiras e de agroenergia. Além das atividades pré-planejadas, algumas atividades da Divisão são realizadas conforme demanda. Ressalta-se que o Serviço de Suporte Agropecuário desenvolve ações de fomento e fiscalização agropecuária. Os recursos utilizados no decorrer do ano foram suficientes para o atendimento das demandas dos Projetos Internos desenvolvidos pelo Serviço, com exceção dos recursos relacionados à ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário, os quais foram escassos.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço de Saúde Animal, visam à manutenção da condição sanitária do Estado de Minas Gerais por meio dos programas sanitários nacionais e internacionais já instituídos. Com a publicação do novo Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura em junho de 2010, o Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV passou também a fazer parte das atividades desenvolvidas pelo Serviço.

O Serviço de Sanidade Vegetal tem como missão a promoção da Sanidade Vegetal no Estado de Minas Gerais com ações de vigilância fitossanitária e de prevenção e controle de pragas, coordenação e integração dos trabalhos de todos os segmentos envolvidos no processo visando o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio. O resultado das ações é o controle das pragas presentes, evitando a sua disseminação no Estado e a prevenção com relação à entrada de novas pragas o que acarreta em inúmeros benefícios para a atividade agrícola pela preservação dos cultivos, garantia de segurança alimentar pela qualidade dos produtos e manutenção e abertura dos mercados e preservação dos recursos naturais.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários é responsável pelas ações de fiscalização dos insumos e serviços pecuários, no âmbito estadual, com objetivo de assegurar a qualidade do material genético animal, dos alimentos destinados ao consumo animal, e dos produtos de uso veterinário. A qualidade dos insumos e serviços pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Alguns fatores que limitaram a execução das atividades do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários. Dentre os quais pode-se citar o quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários atuando na atividade específica do Serviço. Apesar disso, os números são bastante favoráveis, destacando-se sobretudo o número de fiscalizações realizadas no exercício.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, tem como objetivo executar as atividades de Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas e de Padronização e Classificação Vegetal. As atividades programadas no exercício de 2010 foram satisfatoriamente executadas pela equipe técnica do Serviço e os resultados obtidos confirmam a importância estratégica do trabalho executado pela SFA/MG. Temos a considerar ainda que a condição do Estado como grande mercado produtor requer ações precisas e objetivas de competência deste Ministério relativas à Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, programa no qual a ação/atividade Padronização e Classificação de Produtos Vegetais encontra-se inserida.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal possui a responsabilidade de prevenir e controlar doenças animais de interesse econômico e de saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal. A atuação do Serviço de Inspeção Federal – SIF assegura a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo. Dentro das ações de inspeção e fiscalização de rotina, vale destacar as diversas ações no combate à fraude em produtos de origem animal: incorporação de soro no leite, adição de água em carcaças de frango, fraude do “glaze” (capa de gelo) no pescado e fraude por adição de coadjuvantes de tecnologia em carnes (caldas para aumento de peso). Nestas ações, alguns estabelecimentos sob SIF foram interditados total ou parcialmente, somente retornando à produção normal após regularização da suas linhas de produção.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária visam exclusivamente impedir a entrada e disseminação de pragas de vegetais e de agentes causadores de doenças em animais, oriundas de outros países e certificar a qualidade, a fitossanidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais exportados. Com a execução de fiscalização em 100% dos produtos agropecuários importados e exportados através das unidades de vigilância agropecuária localizadas no Estado de Minas Gerais afirma-se que os objetivos finalísticos da vigilância agropecuária executada pela SFA/MG foram alcançados, uma vez que não houve notificações de surgimento de novas pragas, tampouco recebeu-se notificações dos países importadores de interceptação de pragas em produtos expedidos pelas unidades do Serviço.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas é responsável pelas ações de Fiscalização da Produção de Sementes e Mudas, Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos e a Fiscalização de Agrotóxicos e Afins. A ação de Fiscalização da Produção de Sementes e Mudas visa verificar a adequação desses insumos agrícolas aos padrões estabelecidos em Normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de garantir produtos de qualidade ao produtor. A ação de Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes tem seu foco operativo na conformidade e na qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes disponibilizados para a agronegócio brasileiro. A ação de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins tem como meta prioritária o credenciamento e a fiscalização das pesquisas e experimentações, com agrotóxicos e afins, realizadas por entidades para fins de registro bem como controlar, fiscalizar e inspecionar a produção, a importação e a exportação dos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Portanto, vale destacar que, ao contabilizar as conquistas do agronegócio brasileiro, com os seus sucessivos aumentos na produtividade, não se pode deixar de afirmar que, nada disto seria alcançado e não teria a sustentabilidade que possuem hoje, sem a fiscalização da produção, da pesquisa e a execução destas ações, pelo MAPA.

É consenso entre os diversos Serviços da SFA/MG que a principal dificuldade encontrada para o pleno atendimento das ações desenvolvidas está relacionada com a deficiência quantitativa do corpo técnico, principalmente de Fiscais Federais Agropecuários. A grande quantidade de servidores que se aposentaram, juntamente com a insuficiência na reposição dos mesmos, e o pequeno aporte de contratações mediante a realização de concursos públicos, permite induzir que este quadro não será normalizado a curto prazo, podendo causar outros reflexos indesejáveis nos próximos anos.

Adicionalmente, vale ressaltar que nem sempre é pontual a descentralização de informações técnicas, além da disponibilização não homogênea de recursos financeiros realizada pela sede do MAPA, que afetam sensivelmente o planejamento e o desenvolvimento das atividades dos respectivos Serviços desta SFA/MG.

Tais dificuldades não podem ser sanadas pela Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, tendo em vista que as ações corretivas só podem ser adotadas e implementadas pelas instâncias superiores, como a realização de concursos públicos, a melhor eficiência na comunicação e a racionalização da descentralização dos recursos financeiros.

ANEXOS

Abaixo, outras informações da Análise Crítica da Ação 8938 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal – INSPANIMAL

Atividades e dados do SIPOA vinculadas ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem animal/SDA/MAPA

Estabelecimentos por setor	Nº. estab.	Quadro de Fiscais do SIF	Relação SIF/Fiscal
Carnes Bovina,ovina, caprina,equina	68	40	1,70
Carnes de Aves e ovos	31	17	1,82
Produtos da Pesca e Aquicultura	8	4	2,00
Leite e Mel	572	50	11,44
Graxarias	14	2	7,00
Somatório/índice	693	113	6,13

OBS: Os estabelecimentos foram divididos por setor, sendo que cada atividade possui um Responsável Técnico no SIPOA/MG.

Os Fiscais Federais Agropecuários foram divididos também por atividade principal, porém, alguns atuam em mais de uma atividade dentro do SIPOA e até mesmo atendem a demandas de outros Serviços da SFA/MG.

Infrações e Penalidades

Penalidades	Nº	Valor
Autos de infração	779	-
Termos de Advertência	163	-
Autos de Multa	450	1.889.145,40
Multas-Cobrança Judicial	71	295.773,77
Interdição total de estabelecimento	10	-
Interdição parcial de estabelecimento	6	-

Conformidade de estabelecimentos e produtos

Conformidade de estabelecimentos e produtos	Nº	Resultado Conforme	Resultado não Conforme
Ações Fiscais	706	493	213
Análises (FQ ,MO e Resíduos) de água e produtos.	6881	4870	2011

Atividades administrativas

SIF's concedidos	04
SIF's cancelados	5
SIFs interditados	16
ER's concedidos	2
ER's cancelados	0
Informações expedidas	2860
Ofícios expedidos	130
Memorandos expedidos	1788
Ofícios circulares expedidos	77
Convênios técnicos	1
Reuniões técnicas promovidas SIPAG	5
Treinamentos técnicos	10

Outras atividades da Ação 2124: Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN merecem destaque, e seguem abaixo.

Atividade relacionadas ao registro de estabelecimentos e produtos - 2010

Atividades	Unidade	Realizadas
Registros de estabelecimentos fabricante	Registro	23
Registros de estabelecimentos importadores	Registro	03
Cancelamentos de estabelecimentos fabricantes	Cancelamento	15
Registros de produtos	Registro	1037
Aditivos	Registro	43
Ingredientes	Registro	37
Suplementos	Registro	542
Concentrados	Registro	19
Rações	Registro	396
TOTAL		1037

Atividades de fiscalização de estabelecimentos e produtos - 2010

Atividades	Unidade	Programadas 2010	Realizadas 2010	Programadas 2010
Fiscalização de estabelecimentos	fiscalização	600	653	685
Anuênci licenciamento de importação	Anuênci	*	26	*
Coleta de amostras para verificação de conformidade	amostras	495	676	400
Coleta de amostras PSOA	amostras	84	66	**
Coleta de amostras para pesquisa de salmonela	amostras	80	68	82

* Atividades destinadas ao atendimento de demandas externas relacionadas a condições de mercado e a eventualidades, não estando sujeitas, portanto, à programação.

** Programação estabelecida pela CPAA/DFIP, ainda não encaminhada ao SEFIP/DDA-MG.

Informações relativas às penalidades e proibições - 2010

Atividades	Unidade	Realizadas
Auto de infração	Auto	300
Termo de advertência	Termo	03
Auto de multa	Auto	256
Termo de apreensão	Termo	87
Termo de doação	Termo	42
Termo de liberação	Termo	37
Termo de inutilização	Termo	51
Termo de interdição temporária	Termo	22
Arrecadação pela aplicação de multas	R\$	1.063.894,73

Para dar cumprimento a Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa, as seguintes atividades foram programadas e realizadas, dentro dos Indicadores de Desempenho.

Atividade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
1**- Supervisionar as ações de Vigilância e erradicação da Febre Aftosa executadas pela Unidade Central do órgão executor.				4
2**- Supervisionar ações de Vigilância e erradicação da Febre Aftosa executadas pelas Unidade Regionais do órgão executor.				20
3- Auditar Unidades Locais (UVL) do órgão executor.	Indeterminado	44	100	80
4**- Auditar Unidades Municipais (EAC) - do órgão executor.	Indeterminado		100	
5-Acompanhamento de Missões Internacionais.	Indeterminado	0	0	Indeterminado
6- Auditar outros Serviços Estaduais por solicitação do Departamento de Saúde Animal.	Indeterminado	02	100	Indeterminado
7-Acompanhar Estudo para a detecção de anticorpos contra proteínas não capsidais.	17	05	29	03
8-Autorizações de Ingresso em Zona Livre de Febre Aftosa com	Indeterminado	10	100	Indeterminado

Vacinação.				
9-Reuniões/visitas realizadas com o órgão executor.	Indeterminado	14	100	12
10**-Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos.	Indeterminado	07	100	Indeterminado
11**- Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais.				Indeterminado
12**- Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas contra a febre aftosa.	Indeterminado		100	104

Observação: A não realização da totalidade dos acompanhamentos ao Estudo para a detecção de anticorpos contra proteínas não capsídais ocorreu devido a alteração no cronograma e ainda que durante o decorrer dos trabalhos verificarmos que não haveria necessidade de acompanharmos todas as etapas do estudo.

** Atividades não programadas para serem realizadas em 2010

A Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL possui Sub-Ações e as mesmas são detalhadas abaixo.

- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura – PNSA.
- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura – PNSS.
- Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose – PNCEBT.
- Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca – PNCRH.
- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura – PNSE.
- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura – PNCRB.

DETALHAMENTO DAS SUBAÇÕES

Subaçao - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura

FINALIDADE: Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Meta	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia %	Programado 2011
1-Controle sanitário e certificação de estabelecimentos.	54	54	100	60
2-Propriedade controlada.	92	76	82,6	98
3-Vistoria de granjas avícolas comerciais.	4800	5007*	104,3	5000
4-Cadastro e vistoria de estabelecimentos que comercializam aves vivas	Indeterminado	943*	100	Indeterminado
5-Cadastramento de pontos de risco de introdução de doenças	Indeterminado	53*	100	Indeterminado
6-Atendimento a suspeitas de enfermidades (Vigilância ativa e passiva)	Indeterminado	206*	100	Indeterminado

7-Registro de estabelecimentos	Indeterminado	8	100	Indeterminado
8- Capacitação de Médicos Veterinários Habilidos	72	15	20,8	67
9-Participação em Eventos (Palestras, Reuniões, Cursos e Auditorias)	Indeterminado	11	100	Indeterminado

* Resultados parciais

INDICADOR: Nº de Plantéis Avícolas Certificados pelo PNSA.

PRINCIPAIS RESULTADOS:

Com a implementação do GAVEA (Grupo de Atenção Veterinária Especial em Avicultura) e a manutenção de programação de educação continuada para seus componentes, observou-se melhoria na atenção veterinária no segmento de avicultura comercial que se manifestou no incremento das ações de vigilância passiva e ativa para Doença de Newcastle e Influenza Aviária, implementação do cadastro de aves de subsistência e cadastro de pontos de risco, se comparados com os anos anteriores. No segmento de aves de reprodução também se observou um incremento das ações de monitoramento e certificação dos plantéis.

PRINCIPAIS PROBLEMAS:

No âmbito estadual, necessidade de intensificação das ações educativas e de fiscalização com vistas a se efetuar o registro dos estabelecimentos avícolas comerciais, em atendimentos às Instruções Normativas 56/07 e 59/09. Para o pleno atendimento das ações de monitoramento e certificação dos plantéis avícolas de reprodução, atividade de execução direta pelos fiscais da SFA/MG, faz-se necessário o reforço do quadro técnico, particularmente nas Unidades Técnicas Regionais responsáveis pelos municípios de maior concentração destes estabelecimentos (Divinópolis e Uberlândia).

De forma geral, permanece a necessidade de melhoria da rede de laboratórios oficiais para aumento da capacidade de atendimento e da agilidade na liberação dos resultados.

Subaçao - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Suideocultura

FINALIDADE: As atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) têm como objetivo a coordenação, normatização e o suporte das ações de defesa sanitária animal referentes à suinocultura nacional, visando preservar a sanidade do rebanho suídeo brasileiro.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Atividade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia %	Programado 2011
Granjas certificadas	27	30	111,1	30
Amostras coletadas	12.960	13.920	107,4	13.920
Amostras coletadas para Sarna	270	290	107,4	290

Tuberculinização comparada de animais	6.480	7.420	114,5	7.420
Controle de vacinação de leptospirose	54	58	107,4	58
Nº de animais acobertados com a Certificação	Indeterminado			

PRINCIPAIS RESULTADOS:

Embora Minas Gerais continue em 4º lugar no contexto nacional da suinocultura brasileira, muito ainda se tem a caminhar para chegarmos ao nível de excelência. Isso em função de que, apesar de termos 04 grandes genéticas entre núcleos e multiplicadoras no Estado, as mesmas convivem com criações insípidas de suínos. Somente com a melhoria deste tipo de criação através, entre outras, de um rígido controle sanitário dos rebanhos é que poderemos elevar o nível técnico animal, de seus produtos e subprodutos, dando-nos, assim a oportunidade de até melhorarmos a internacionalização de nosso produto.

Ainda que as atividades programadas para o primeiro semestre do ano de 2010 tiveram seu atendimento a contento, quando todas as granjas foram visitadas à época.

Em complemento às atividades inerentes ao servidor encarregado do PNSS no Estado de Minas Gerais há que se relatar a participação do mesmo em conjunto com o órgão estadual do Estado de Minas Gerais, quando fez realizar nos meses de fevereiro e agosto cursos para médicos veterinários que buscavam sua habilitação à emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA para suínos, como delegação de competências dessa atividade. Participou ainda de eventos nacionais e internacionais ligados à suinocultura.

Subaçao - Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose

FINALIDADE: Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Metas	Programado 2010	Realizado 2010	Eficácia %	Programado 2011
1-Propriedade atendida vacinação*	356.798	218.479	61,23	352.719
2-Bezerras vacinadas*	2.227.479	1.765.754	79,27	2.259.852
3-Capacitação técnica realizada (curso de métodos de diagnósticos e controle da brucelose e tuberculose)**	08	07	87,5	06
4-Médicos Veterinários capacitados**	160	106	66,25	90

5-Propriedade certificada**	8	8	100	Indeterminado
6-Profissionais habilitados**	40	71	177,5	Indeterminado
7- Avaliação e Sacrifício de Animais**	Indeterminado	3	100%	Indeterminado

*Dados atualizados até novembro/2010 - **Dados atualizados até dezembro/2010

INDICADOR: N° de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina.

PRINCIPAIS RESULTADOS:

Considerando que algumas das atividades do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) são executadas por setores da iniciativa privada, esta SFA/MG decidiu intensificar fiscalizações daqueles profissionais que tem papel fundamental para eficácia do PNCEBT, ou seja, os médicos veterinários habilitados. Estas supervisões, no total de 120, sinalizaram, como verificado em 2009, a necessidade de maior controle das ações dos habilitados por parte do IMA e do MAPA. A SFA/MG, baseada, nas fiscalizações de 2009 e com o objetivo de complementar e atender ao disposto no artigo 7º da IN SDA N° 30/2006, elaborou e publicou juntamente com o IMA, a Portaria Conjunta N° 05/09. Esta portaria especifica as diretrizes e os procedimentos básicos para atuação destes profissionais no PNCEBT, e as penalidades a serem aplicadas àqueles descumprirem as normas vigentes. Em 2009, a portaria mencionada foi divulgada a todos os interessados e ao longo de 2010, foi efetivamente cobrada sua aplicação por todos os envolvidos. É necessário que o IMA implemente controle efetivo na documentação encaminhada por estes profissionais, visto que atividade exercida por eles é de extrema relevância para garantir a credibilidade do PNCEBT junto a criadores, agroindústria e consumidores.

Ressalta-se pela vivência dos FFA's deste Serviço que é imprescindível e fundamental que se desenvolva, o mais breve possível, sistema informatizado, em nível nacional, de forma a melhorar a gestão das atividades do PNCEBT, cuja recomendação já foi feita à Coordenação Nacional do programa por este e diversos outros Estados.

As parcerias do MAPA com as instituições de ensino e pesquisa, como Embrapa Gado de Leite, Escola de Veterinária/UFMG e a FAZU que ofertaram cursos, capacitando 106 médicos veterinários propiciaram um incremento nas ações do PNCEBT. No entanto, desde novembro deste ano, perdemos um cooperado, a Embrapa, visto que por problemas de infra-estrutura notificou a este serviço que temporariamente não tem condições de ministrar outros cursos.

Outro aspecto que merece destaque é o credenciamento no estado de Minas Gerais de outro laboratório para diagnóstico de brucelose, denominado TECSA Laboratórios, além do laboratório de Saúde Animal-LSA/IMA, credenciado no ano passado. No entanto, destaca-se que desde a instituição do PNCEBT, que o procedimento de credenciamento tem sido muito lento em todo o país. Há outro laboratório da iniciativa privada em Minas Gerais que solicitou o credenciamento em 2008 e até então não teve um parecer sobre isto.

Em 2010, o SSA/MG, em parceria com o SIPOA/MG e LANAGRO/MG firmou um projeto de estímulo à certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose, com o objetivo de aumentar o número de propriedades certificadas ou monitoradas das regiões produtoras de leite B e queijos tipo Minas; aumentar o número de produtores conscientes sobre os prejuízos decorrentes da ocorrência e permanência dessas zoonoses nos rebanhos; aumentar o número de produtores conscientes sobre os benefícios econômicos e sociais decorrentes da implementação de programas sanitários de controle e erradicação; melhorar o nível de controle social das comunidades

produtoras de leite sobre os riscos persistentes de saúde pública decorrentes da convivência com zoonoses endêmicas no rebanho bovino; melhorar o nível de controle social das comunidades produtoras de leite sobre a implementação de programas sanitários de governo voltados ao controle e prevenção de doenças de rebanho; implementar uma dinâmica de trabalho onde a SFA/MG, em especial SSA, SIPOA e LANAGRO, trabalhem conjuntamente no cumprimento da meta principal e das metas complementares; oferecer subsídios técnico e político-administrativo ao setor produtivo do Leite engajado no PNCEBT/MG, com vistas a possibilitar o exame de pontos críticos, de modo contínuo, na busca de soluções/adequações e atendimento de demandas coletivas ou individuais; divulgação de normas de prevenção e controle de doenças por meio da adoção de boas práticas de manejo de rebanho e controle de qualidade da produção, por meio de palestras e oferecidas para produtores e alunos de cursos secundários e superior das localidades escolhidas; intensificar ação de fiscalização de médicos veterinários habilitado nas regiões escolhidas, em concomitância à realização do seminário. Esta parceria resultou em quatro seminários sobre certificação de propriedades livres de brucelose e tuberculose e programa de relacionamento com SIF, nos municípios de Coromandel, Passos, São Sebastião do Paraíso e Almenara. Para o início do próximo ano, está agendando seminário semelhante em Juiz de Fora. Este projeto visou complementar o acordo firmado entre SSA e SIPOA, que estabeleceram a data de 1º julho de 2010 para que todos os produtores de queijo minas artesanal relacionados (em ou processo de relacionamento) a entrepostos com SIF, bem como os produtores de Leite A e B, iniciassem o processo de certificação como livre para brucelose e tuberculose. Após estas medidas, o número de requerimentos para certificação de rebanhos aumentou significativamente. Atualmente, há 39 propriedades em processo de certificação e 8 certificadas.

Por fim, ressalta-se a necessidade de priorizar os aspectos relacionados a seguir a fim de auxiliar as atividades do PNCEBT, visando aumentar a adesão ao programa, por parte dos criadores e garantir à sociedade produtos de qualidade sanitária:

- abate de animais positivos para brucelose e tuberculose: a limitada disponibilidade de frigoríficos sob Inspeção Oficial para abate sanitário de animais reagentes positivos aos testes de diagnóstico para brucelose e tuberculose tem sido um desafio para o PNCEBT. Uma efetiva participação da Inspeção Federal é indispensável para melhorar a eficácia das ações de vigilância sanitária e de monitoramento deste programa;
- indenização de animais positivos para tuberculose: estimular a criação de fundo de indenização privado ou público-privado.

Subação - Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca – PNCRH

FINALIDADE: Reduzir a incidência da raiva em herbívoros e manter vigilância ativa da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Atividade	Programado 2010	Realizado 2010	Eficácia %	Programado 2011
1-Fiscalizações realizadas	36	34	94,44	36
2-Bovinos vacinados contra raiva	13.440.000 (1)	16.050.000	119	13.465.200 (*)
3-Amostras coletadas para EET em ruminantes (em relação às amostras coletadas para raiva)	100%	141	46	100%
4-Morcegos hematófagos capturados e	4910	4.855	97	5000

tratados	(2)			(2)
5-Amostras de frigoríficos encaminhadas diagnóstico de EEB	Indeterminado	385 (até 23/12/2010)		Indeterminado
6-Amostras de alimentos ruminantes coletadas em propriedades rurais	55	32 (em 92 fiscalizações de propriedades rurais)	58	44 (a ser confirmado pelo DSA)

*População de bovinos de MG (dados do IMA, em 21.12.2010): 22.442.000

(1) - 60% do rebanho registrado no ano anterior.

(2) - Média dos 2 anos anteriores.

INDICADOR:

1 – Índice de Vacinação contra Raiva Bovina;

2 – Nº de Vigilância para Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB (“doença da vaca louca”).

PRINCIPAIS RESULTADOS:

Considerando que a vacinação contra a raiva dos herbívoros não é obrigatória em MG, o índice de vacinação do rebanho em 2010 foi alto e satisfatório para prevenir a raiva dos herbívoros. As atividades de captura de morcegos hematófagos, vistoria e cadastramento de abrigos têm sido realizados, mas ainda aquém do necessário, devendo ser incrementadas, visando diminuição da população desses morcegos. É preciso que o produtor rural invista recursos na vacinação, para garantir o controle da raiva em seu rebanho. A vacinação é importante na prevenção da raiva e deve continuar a não ser inferior ao índice de 60% do rebanho de mineiro.

A soma das amostras de tronco encefálico para diagnóstico da EEB (385 amostras de bovinos destinados ao abate de emergência, coletadas por FFA's, e 141 amostras coletadas pelo IMA e por veterinários autônomos) totalizam 526 amostras e mostram que a vigilância epidemiológica tem sido feita em Minas, em relação à “doença da vaca louca”. Foram encaminhadas 310 amostras de SNC de ruminantes para o laboratório do IMA para diagnóstico de raiva. Desse montante, 141 amostras foram coletadas e encaminhadas também para EEB, sendo que 169 amostras foram coletadas e enviadas somente para diagnóstico de raiva. Para todos os casos de animais com sintomatologia nervosa, acima de 24 meses de idade, devem ser coletadas amostras também para histopatologia específica para EEB. Conclui-se que há necessidade de incrementar o número de coletas a campo para diagnóstico também da EEB, além da raiva. Contudo, observa-se que houve um aumento na porcentagem de amostras coletadas para EEB, em relação ao ano anterior. O objetivo é manter vigilância epidemiológica ativa da EEB em MG, envolvendo veterinários autônomos e oficiais.

Houve manutenção, em relação ao ano anterior, do número de amostras (385 amostras em 2010) coletadas por FFA's de MG, de tronco encefálico de bovinos destinados ao abate de emergência, para vigilância ativa da EEB.

Foram feitas 92 fiscalizações em propriedades rurais, visando vigilância e atendimento à Instrução Normativa (IN) 08/2010 (proíbe alimentar ruminantes com subproduto de origem animal, sendo primordial para a prevenção da EEB). Foi implementado o cronograma de colheita de amostras de alimentos de ruminantes, conforme determinação do DSA e seguindo os procedimentos estabelecidos na IN 41/2009. Assim, foram coletadas, por FFA's da SFA/MG em ação conjunta com Fiscais do IMA, 32 amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes, em propriedades rurais de municípios mineiros, para análise no LANAGRO-MG. Essas ações visam manutenção de vigilância ativa dos alimentos fornecidos aos ruminantes, prevenção e ausência de EEB em MG. Onde foi comprovado o uso de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes, determinou-se que os bovinos que tiveram acesso a alimento proibido fossem encaminhados ao abate ou destruição, conforme estabelece a legislação em vigor. Dentro do prazo estabelecido pela IN, alguns bovinos serão

abatidos em 2011 e, em 2010, foram abatidas 114 cabeças de bovinos que ingeriram alimento proibido em MG.

BENEFÍCIOS:

1- Vigilância ativa e prevenção da EEB: feita através de diagnóstico realizado em tronco encefálico de bovinos que apresentaram sintomatologia nervosa e de bovinos destinados ao abate de emergência (histopatologia em laboratório credenciado pelo MAPA e imuno-histoquímica para EET's no LANAGRO-PE). A fiscalização dos alimentos fornecidos a bovinos, em propriedades rurais, tem sido realizada, a fim de se coibir o uso indevido de proteína animal na alimentação de ruminantes, com a intenção de se quebrar o ciclo que poderia determinar o aparecimento da “vaca louca” no País. Essas ações são recomendadas pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE e visam prevenção e vigilância da EEB, para garantir pecuária nacional livre de “vaca louca” e evitar riscos para a saúde pública, com oferta de produtos animais (carne e embutidos) de boa qualidade sanitária.

2- Controle da raiva dos herbívoros: tem sido feito programa de controle da raiva no plantel mineiro através de vacinação e de captura de morcegos hematófagos. Entretanto, há necessidade de se determinar as áreas de maior risco e intensificar as capturas de morcegos hematófagos, bem como o número de abrigos de morcegos cadastrados e trabalhados.

Subaçao - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Atividade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia %	Programado 2011
1-Reuniões da CECAIE	Indeterminado	-	-	Indeterminado
2-Cursos	Indeterminado	03	100	Indeterminado
3-Palestras	Indeterminado	-	-	Indeterminado
4-Fiscalização de Laboratórios	Indeterminado	-	-	Indeterminado
5-Auditoria de Laboratórios	Indeterminado	-	-	Indeterminado
6-Nº Propriedades Exam. AIE	Indeterminado	15.766	100	Indeterminado
7-Nº de Animais Exam. AIE	Indeterminado	59.138	100	Indeterminado
8-Nº de Animais Positivos AIE	Indeterminado	331	100	Indeterminado
9-Nº Propr. Exam Mormo	Indeterminado	01	100	Indeterminado
10-Nº Animais Exam Mormo	Indeterminado	03	100	Indeterminado
11-Nº Animais Positivos Mormo	Indeterminado	-	-	Indeterminado

PRINCIPAIS RESULTADOS:

- Foram realizados três cursos de treinamento de pessoal(Atualização);
- Um curso para emissão de GTA;
- Dois cursos para Responsáveis Técnicos de laboratório de Anemia Infecciosa Eqüina.

Foram recadastrados 10 (dez) laboratórios para realizar exames de Anemia Infecciosa Equina, 4 (quatro) laboratórios foram descredenciados, e 2 (dois) novos foram credenciados.

Tivemos um caso de suspeita de Mormo na cidade de Unaí/MG.

Todo o material necessário para esta ação já existia no SSA/MG, e o antígeno foi enviado pelo LANAGRO-PERNAMBUCO.

As ações do PNSE relativas ao SSA foram executadas junto com o IMA-MG e o LANAGRO-PEDRO LEOPOLDO, que durante o exercício não tiveram recursos disponíveis.

Além disto, as outras atividades foram executadas em sua maioria, efetivamente nos laboratórios.

Nº de Laboratórios credenciados JAN/ 2010 - 33
Nº de Laboratórios credenciados em 2010 - 00
Nº de laboratório descredenciado em 2010 - 04
Nº total de laboratórios - 29

Subação – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Bovídeos

FINALIDADE: Controle de resíduos biológicos.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Atividade	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia %	Programado 2011
Amostras anabolizante I– 510	70	93	132	70
Amostras anabolizante V– 540	70	93	132	70

PRINCIPAIS RESULTADOS:

Embora não tenha havido atraso no delineamento do número de amostras por Estado e na remessa das numerações dos COA's para colheitas, continuamos com dificuldade na redistribuição de material de colheita para o interior do Estado, pessoal administrativo para execução dos trabalhos pertinentes a emissão de ordens de serviço, distribuição de material para o interior, entraves burocráticos na emissão de documentos (OS, requisições de servidores das UTRAS e UTLAS), entre outros. Todos esses, dentre outros fatores, fizeram com que mudássemos a estratégia de trabalho, setorizando de forma diferente o Estado buscando atingir regiões de maior expressão na bovinocultura de corte, regiões estas, hoje, muito diversificada em outras atividades paralelas à criação de bovinos para abate. Com isso, obteve-se uma redução dos gastos com deslocamentos, embora dificultando enormemente a busca do pretendido, mas ainda assim, não deixando de se atingir uma eficácia de 100% nos trabalhos.

Há que se ressaltar a intransigência exacerbada ocorrida neste ano com relação a datas de envio de material para laboratório, o que ensejou a necessidade de novas colheitas nos meses de março e outubro, visto as datas de remessa ao laboratório ter coincidido com os feriados da Semana Santa e de 12 de outubro. Isso, além de dificultar nossas atividades de campo em não levando a contra partida dos trabalhos junto ao produtor, muito nos constrange colocando-nos em uma condição de relapsos com nossas atividades. Entendemos que as dificuldades decorrentes das busca de material no campo, o consentimento dos envolvidos na liberação de seus animais, as despesas ocorridas com a realização do trabalho justifique uma melhor análise da situação antes da inutilização sumária das amostras. Daí advém uma confrontação entre servidor e laboratório. Adita-se a isso, em contrapartida, a não mesma intransigência de comportamento com relação aos resultados das amostras, muitas vezes com prazos delongados na apresentação desses resultados obrigando-nos a reclamações dos mesmos (resultados) para que possamos remetê-los aos produtores envolvidos, o que é de nosso dever e direito dos mesmos.

Abaixo, complementação dos Indicadores de Desempenho da Ação 8592: Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB.

Metas Físicas/Eficácia

Atividade	Exec. 2009	Prog. 2010	Exec. 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Número de certificadoras auditadas	11	5	1	20	2
Número de ERAS auditados pela SFA ou pelo IMA com acompanhamento da SFA-MG	486	390 *	310	79,49	350
Número de treinamentos realizados pela SFA/MG	11	3	3	100	3
Acompanhar Missão Européia	1	1	1	100	1
TOTAL	509	399	315	78,94	356

* No relatório de gestão anterior a meta programada era 510, porém a meta programada foi corrigida no SIPLAN pela CSR para 390. Ressalta-se que a execução desta meta ocorre por demanda.

As regras vigentes do SISBOV, estabelecidas pela Instrução Normativa 17 e anexos estão sendo discutidas atualmente no comitê técnico consultivo do SISBOV, podendo no próximo ano serem procedidas mudanças / adequações, desde que respeitados os princípios dos acordos Sanitários e Fitossanitários.

Está prevista a publicação de uma nova Instrução Normativa relacionada ao Sisbov. As metas planejadas para 2011 partem do princípio de que ainda será necessária a auditoria oficial em 100% dos ERAS para que possam ser incluídos na lista de aptos a exportação para a UE. Caso esse requisito deixe de ser necessário, haverá mudança nas atividades executadas em 2011.

Para 2010 foi planejado um número menor de auditorias em certificadoras, tendo em vista que em virtude do trabalho executado em 2009, muitas empresas foram suspensas ou descredenciadas. Mesmo assim, conforme explicado anteriormente, com a aplicação dos formulários para avaliação dos planos de ação das certificadoras, houve um planejamento diferente da CSR quanto às auditorias nessas empresas, tendo apenas a demanda por uma auditoria em certificadora no Estado de Minas Gerais.

Metas Físicas/ Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
Rastreab	R\$ 25.743,63	11	Auditorias em certificadoras/ ERAS, treinamentos, participação em reuniões da CSR, acompanhar missão europeia.	R\$ 2.145,30

*Excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do órgão executor de Sanidade Animal do Estado de Minas Gerais. Para este cálculo foram incluídas as seguintes ações: auditoria em certificadoras ou ERAS realizada pela SFA (1); treinamento (3) participação em reuniões da CSR (6); acompanhar missão europeia (1).

Outras atividades desenvolvidas no SESAG:

- participação através do PI FISCALPEC da reunião técnica para harmonização de procedimentos para Auditória e Fiscalização de Entidades Turfísticas, no Rio de Janeiro aos durante o período de 29/11/2010 a 03/12/2010. Conforme o SIAFI Gerencial, a despesa liquidada no PI FISCALPEC foi de R\$ 939,80.

- representar Interinamente a SFA/MG na Câmara Técnica de Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural; no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, no Grupo de Coordenação de Estatística Agropecuária e no Comitê de Articulação Estadual dos Territórios da Cidadania.

A Análise Crítica da Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL está detalhada nas subações relacionadas abaixo.

DETALHAMENTO DAS SUB-AÇÕES

SUB-AÇÃO: SISTEMA NACIONAL DE ALERTAS FITOSSANITÁRIOS (ESTAÇÃO DE AVISOS)

Finalidade: Controle adequado das pragas do cafeeiro com a emissão mensal de Boletins de Avisos Fitossanitários. A coleta e o registro de dados climáticos, associados aos dados fenológicos da cultura auxiliam na tomada de decisão pelos produtores pois possibilita o seguinte:

- determinar época e grau de incidência de pragas e doenças do cafeeiro;
- testar a eficácia de métodos e técnicas de controle fitossanitário;
- desenvolver programas alternativos de controle de pragas e doenças;
- formar uma consciência fitossanitária entre os produtores;
- reduzir custos de controle com um menor uso de defensivos;
- evitar desequilíbrio biológico e proteger o meio ambiente (solo, ar e água);
- utilizar produtos com menor potencial residual;
- aumentar a produtividade e competitividade do setor café, através de redução das perdas por pragas e doenças e melhoria da qualidade final do produto colhido.

Efetividade: Emissão mensal de Boletins de Avisos Fitossanitários nas estações de Varginha, Carmo de Minas, Boa Esperança, Patrocínio e Araxá.

Os dados disponibilizados mensalmente aos técnicos responsáveis pela assistência técnica e cafeicultores abrangem mais de 60% da área cultivada contribuindo para o manejo adequado das pragas do cafeeiro e consequente redução do custo da produção com ganhos sócio-econômico e ambiental.

Está em fase de implantação mais duas Estações de Avisos nos municípios de Araguari e Muzambinho. O objetivo é ampliar a área de abrangência no Estado permitindo a disponibilização da tecnologia a um maior número de produtores.

Principais problemas: A expansão da rede de Estação e Avisos Fitossanitários em Minas Gerais, e a previsão de aposentadoria do técnico, coordenador dos trabalhos, é um problema apresentado.

Providências: Gestões na DDA/SFA-MG objetivando definição de novo coordenador para os trabalhos.

Análise crítica: O objetivo da sub-ação foi alcançado, com a emissão mensal dos Boletins de Avisos Fitossanitários nas Estações de Avisos de Varginha, Boa Esperança, Carmo de Minas, Patrocínio e Araxá.

As informações disponibilizadas aos técnicos e produtores foram a base para o controle das pragas do cafeeiro nestas regiões.

Houve significativos ganhos com o monitoramento das principais pragas do cafeiro contribuindo para o adequado controle com consequente redução dos custos de produção, melhoria na qualidade do produto, aumento da renda do produtor e menor impacto às condições ambientais pela redução do uso de agrotóxicos.

SUB-AÇÃO: PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA BANANA – SIGATOKA NEGRA

Finalidade: Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio de prevenção e controle da disseminação da Sigatoka-Negra (*Mycosphaerella fijiensis*).

Efetividade: A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, representa uma das principais pragas da bananeira, onde ocorrem condições climáticas favoráveis e cultivo de variedades susceptíveis. Em regiões quentes e úmidas a praga reduz em até 100% a produção de variedades susceptíveis, se nenhuma medida de controle é realizada.

Trabalhos de vigilância fitossanitária em Minas Gerais foram intensificados sendo realizados levantamentos fitossanitários que resultou na detecção dos primeiros focos da doença em 2004 nos municípios de Piranguçú, Cristina e São José do Alegre na região Sul de Minas. Atualmente, de acordo com relatórios do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária a praga ocorre em 16 municípios (Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Cristina, Coronel Pacheco, Gonçalves, Igarapé, Juiz de Fora, Maria da Fé, Nova União, Piau, Piranguçú, Rio Pomba, Sabará, São José do Alegre e Taquaraçu de Minas).

As macro-regiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba e Vale do Jequitinhonha encontram-se livre de Sigatoka Negra, com base nos levantamentos fitossanitários realizados pelo IMA desde 2004, de acordo com a Instrução Normativa nº 17 de 31 de maio de 2005. Estas áreas foram reconhecidas como livres pelo Ministério da Agricultura, de acordo com as instruções Normativas nº 59 de 20 de outubro de 2006 e nº 71 de 29 de Dezembro de 2006, perfazendo uma totalidade de 62 municípios.

A partir da detecção do primeiro foco da praga em Minas Gerais em junho de 2004, foram intensificados os trabalhos de prevenção e controle de acordo com a Instrução Normativa nº 17/2005.

O Serviço de Sanidade Vegetal acompanha e supervisiona todo o processo de manutenção das áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco e aplicação de demais medidas fitossanitárias objetivando a prevenção e controle da praga. Em 2009 não houve detecção de nenhum foco da praga no Estado de Minas.

Foram mantidas 76 Unidades de Produção cadastradas no Sistema de mitigação de Risco de Sigatoka-negra possibilitando o comércio de banana para locais onde não ocorre a praga.

O objetivo do Estado é a mudança da situação da praga com o reconhecimento do Status de “Unidade da Federação sem ocorrência da praga”.

Principais problemas:

- Necessidade de revisão da situação da praga no Estado.
- Necessidade de pesquisas, principalmente referente à epidemiologia, objetivando analisar o comportamento do fungo (*Mycosphaerella fijiensis*) nas condições ambientais do Estado, nas quais não foram identificados focos da praga nos últimos 04 (quatro) anos.
- Legislação específica para a praga, desatualizada.
- Falta de harmonização de procedimentos para supervisão e auditoria dos processos de manutenção de áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco da praga.

Providências:

- Encaminhamento ao DSV/SDA de relatório sobre a situação atual da Sigatoka-Negra em Minas Gerais com a solicitação de análise e definição quanto a esta situação.
- Solicitação de revisão da Instrução Normativa Nº 17 de 31/05/2005, com apresentação de sugestões objetivando a melhoria do processo de prevenção e controle da Sigatoka-Negra.
- Solicitação ao DSV/SDA de definição e harmonização de procedimentos para realização de trabalhos de supervisão e auditoria dos processos de manutenção de áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco da praga.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

O objetivo do Plano de Ação foi alcançado com a manutenção da praga sob controle. Foi mantida a condição de área livre em 60 municípios no estado. Não foi detectado nenhum foco da praga no ano de 2010.

SUB-AÇÃO - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA MADEIRA

Finalidade: Prevenir e controlar a ocorrência da praga Vespa da Madeira (*Sirex noctilio*) nas lavouras de Pinus no Estado de Minas Gerais.

Efetividade: A Ocorrência da praga está restrita à região Sul de Minas nos municípios de Camanducaia e Lavras.

Neste período foram realizados trabalhos de monitoramento, com a instalação de árvores armadilhas, nas principais regiões produtoras de Pinus no Estado visando a prevenção e o controle da praga.

Foi realizada reunião com participação de técnicos dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e Santa Catarina com o objetivo de elaborar proposta de Instrução Normativa que atenda às necessidades e procedimentos necessários para o efetivo controle da praga.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

O objetivo da ação foi alcançado evitando a disseminação da praga no Estado.

$$\text{Indicador de Desempenho (ID)} = \frac{\text{Nº de municípios com registro de focos}}{\text{Nº de municípios do Estado}} \times 100$$

$$I.D(\%) = \frac{02}{863} \times 100 = 0,23$$

SUB-AÇÃO - PREVENÇÃO E CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA

Finalidade: Prevenção e controle do fungo *Phakospora pachyrhizi*, causador da Ferrugem Asiática da Soja no estado de Minas Gerais.

Efetividade: De acordo com a Instrução Normativa Nº 02 de 29/01/2007 foi criado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS).

Como medida deste programa, o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, instituiu no Estado o Vazio Sanitário para a cultura da soja, conforme Portaria nº 854 de 19/06/2007, determinando a

obrigatoriedade do cumprimento deste vazio sanitário, no período de 01 de julho a 30 de setembro de cada ano.

Neste período o IMA, fiscalizou o cumprimento do vazio sanitário nas principais regiões produtoras de soja no Estado.

Foram realizadas 122 fiscalizações abrangendo uma área total de 202.412,25 há, sendo emitidos 12 autos de infração. O Serviço de Sanidade Vegetal, acompanhou e supervisionou os trabalhos realizando 17 supervisões nas regiões produtoras do Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

À aplicação das medidas de prevenção e controle estabelecidas pelo Plano Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, tendo como destaque o cumprimento do vazio sanitário para a cultura da soja, resultou na manutenção da praga sob controle com a redução das perdas provocadas pela mesma.

$$\text{Indicador de Desempenho (ID)} = \frac{\text{Propriedades em conformidade}}{\text{Propriedades fiscalizadas}} \times 100$$

$$I.D(\%) = \frac{118}{122} \times 100 = 96,70$$

SUB-AÇÃO – PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DO ALGODOEIRO

Finalidade: Prevenir e controlar a ocorrência da praga Bicudo do Algodoeiro (*Anthonomus grandis*) no Estado de Minas Gerais.

Efetividade: O Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro – PNCB, foi instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da Portaria Nº 44 de 29/07/2008.

O programa visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola do algodão, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga e pelo Art. 4º da Instrução citada, foi constituído o Grupo Técnico de Trabalho, com a finalidade de acompanhar e gerenciar a execução das instruções e normas técnicas para a prevenção e controle do bicudo do algodoeiro no Estado.

O grupo técnico de trabalho foi constituído e formalizado pelo MAPA/SFA/MG, através da Portaria Nº 349 de 3 de novembro de 2008 e o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA publicou a Portaria Nº 1019, de 13 de outubro de 2009, que estabelece procedimentos para o vazio sanitário do algodão no Estado de Minas Gerais.

O Art. 3º da Portaria Nº 1019, estabelece que “é obrigatório o cumprimento do vazio sanitário para cultura do algodão em Minas Gerais no período de 20 de agosto a 20 de outubro de cada ano”.

Esta medida fitossanitária é a principal medida para o controle da praga.

Visando garantir cumprimento desta medida o IMA realizou 81 fiscalizações em campos de produção em uma área total de 11.046,21 há, sendo emitidos 11 (onze) Termos de Notificações.

O Serviço de sanidade Vegetal – SSV, realizou supervisões nas regiões produtoras de Algodão do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com o objetivo de acompanhar e avaliar as ações realizadas.

Constatamos o cumprimento do vazio sanitário, com a destruição de restos culturais com utilização de herbicidas e/ou arranque mecanizado.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

O resultado da ação é a manutenção da praga sob controle viabilizando o cultivo de algodão no Estado, tendo como principal medida o cumprimento do vazio sanitário para o algodão.

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{\text{Propriedades em conformidade}}{\text{Propriedades fiscalizadas}} \times 100$$

$$\text{ID (\%)} = \frac{70}{81} \times 100 = 86,4$$

SUB-AÇÃO: PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DOS CITROS

CANCRO CÍTRICO

Finalidade: Prevenir a ocorrência do Cancro Cítrico nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Houve uma diminuição da disseminação da praga em relação a 2009. No Estado, o último foco detectado foi em 2008 em duas propriedades urbanas no município de Planura/MG. Neste período foram realizadas inspeções de campo e reinspeções nas propriedades contaminadas. Não foram identificados novos focos da praga. Caso se confirme a não ocorrência da praga, Minas Gerais poderá requerer o “status” de Estado Livre.

Principais problemas: Em 2010 o Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS deixou de realizar os trabalhos de levantamento do Cancro Cítrico no Estado de São Paulo e no Triângulo Mineiro. Esta atividade deverá ser exercida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, sob a supervisão do Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-MG.

Providências: O IMA, já se comprometeu a executar essa atividade, principalmente nos pomares não comerciais. Nos pomares comerciais além dos trabalhos de levantamento fitossanitário realizados pelo IMA, essa atividade é exercida pelos responsáveis técnicos através da Certificação de Origem.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

$$\text{Indicador de desempenho} = \frac{\text{Nº de municípios contaminados}}{\text{Nº de municípios do estado}} \times 100$$

$$\text{Indicador de desempenho} = \frac{01}{863} \times 100 = 0,12 \%$$

Resultado: 0,12% dos municípios do Estado estão contaminados

HUANGLONGBING (“GREENING”)

Finalidade: Prevenção e controle da praga, Hunglongbing (HLB), nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões dos trabalhos executados pelo IMA em atendimento a Instrução Normativa nº 53/2008 nas áreas de ocorrência da praga.

Atualmente a praga está presente em 07 (sete) municípios do Estado: Monte Santo de Minas, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Carmo do Rio Claro, Fortaleza de Minas e Campanha no Sul de Minas e em Frutal no Triângulo Mineiro.

O controle efetivo da praga somente pode ser conseguido se realizado regionalmente e com a participação de todos. Desta forma, a partir de 2010 iniciaram-se os trabalhos de educação sanitária específica para a praga em todos os municípios contaminados.

Principais problemas: Houve um aumento da disseminação da praga em relação a 2009.

Nas supervisões realizadas pelo SSV/DDA/SFA-MG nos municípios contaminados verificou-se que nem todos os produtores estão aplicando as medidas de controle recomendadas pela IN 53, principalmente quanto às inspeções do pomar e erradicação das plantas contaminadas e também o não envio do relatório.

Providências: Foi solicitado ao órgão executor o incremento das fiscalizações para o fiel atendimento da IN 53, bem como das ações de educação sanitária.

Análise Qualitativa:

$$\text{Indicador de desempenho} = \frac{\text{Nº de municípios contaminados}}{\text{Nº de municípios do estado}} \times 100$$

$$\text{Indicador de desempenho} = \frac{07}{863} \times 100 = 0,81\%$$

Resultado: 0,81 % dos municípios do Estado estão contaminados.

PINTA PRETA OU MANCHA NEGRA DOS CITROS

Finalidade: Prevenção e controle da praga nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões dos trabalhos executados pelo IMA em atendimento às Instruções Normativas nºs 03/2008 e 01/2009 nas Unidades de Produção – UP's cadastradas visando a exportação de frutos “in natura”. As inspeções foram realizadas nos municípios de Comendador Gomes, Prata e Frutal no Triângulo Mineiro.

Principais problemas: Durante os trabalhos de supervisão a praga foi detectada em uma UP, anteriormente liberada pelo IMA para exportação no município de Prata/MG. Também a praga foi interceptada em duas cargas, pela fiscalização do Vigiagro, no Parking House da empresa CUTRALE em Araraquara/SP, provenientes do município de Comendador Gomes/MG.

Providências: Foi solicitado ao órgão executor o incremento das fiscalizações para o fiel atendimento das INs 03/08 e 01/09.

MORTE SÚBITA DOS CITROS

Finalidade: Prevenção e controle da praga nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões e verificou-se o fiel cumprimento da IN nº 16/2003. A praga continua restrita ao Triângulo Mineiro e sob controle por parte dos produtores.

SUB-AÇÃO - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA VIDEIRA

Finalidade: Prevenir a ocorrência da praga *Xanthomonas campestris* pv viticola em pomares de uva.

Descrição: Supervisão das ações de inspeção para verificação da ocorrência da praga em áreas de produção de material de propagação.

Efetividade: Nas supervisões foi verificado que o órgão de defesa estadual (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA) tem inspecionado não somente as áreas onde ocorreram os focos em 2005, mas também lavouras comerciais nos municípios circunvizinhos. Durante a ação também foram realizadas inspeções fitossanitárias nas áreas onde anteriormente ocorreram os focos, não sendo observado ressurgimento da praga naqueles locais, nem notificação de novas ocorrências.

SUB-AÇÃO: PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DAS CUCURBITÁCEAS

Finalidade: Reconhecimento do Sistema de mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* no município de Luz e manter o reconhecimento do SMR proposto para a praga nos municípios de Uberlândia, Paracatu, Bom Despacho, Matias Cardoso, Jaíba e Manga, no Estado de Minas Gerais, como forma de atender as exigências dos países importadores que classificam a *Anastrepha grandis* como uma praga quarentenária, atendendo a Instrução Normativa nº 16/2006.

Principais Atividades: Implantação e manutenção do Sistema de mitigação de risco de *Anastrepha grandis* em Minas Gerais, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para países do MERCOSUL, abrindo novos mercados, gerando divisas, fortalecendo a atividade, ampliando a competitividade interna e externa e assegurando a existência do Sistema de Mitigação de Risco – SMR segundo normas vigentes, de forma a propiciar maiores ganhos sócio-econômicos para o setor.

Efetividade/Resultados:

Principais Problemas:

- 1) A Instrução Normativa 16/2006, que regulamenta a implantação e manutenção de Sistema de Mitigação de Risco (SMR) de *Anastrepha grandis*, está desatualizada, no tocante ao registro de propriedades, inscrição de UPs, critérios de amostragem e corte de frutos e, principalmente, ausência de instrumentos (formulários) de fiscalização e procedimentos para aplicação de penalidades. Além disso, os atuais critérios para implantação do SMR em novos municípios necessitam ser aperfeiçoados.
- 2) Inexistência de um programa informatizado, hospedado no portal do MAPA na internet, com diferentes níveis de privilégio para produtores / RTs. órgãos estaduais de defesa sanitária vegetal, laboratórios, SSVs e coordenador nacional (DSV). O objetivo desse programa é melhor controlar o registro de propriedades, inscrição de UPs, áreas de plantio, produção estimada, espécie / variedade, datas de plantio e colheita, dados de produção exportada e lançamento dos dados de monitoramento.
- 3) Suspensão da emissão de AFIDIs por parte do SENASA-Argentina, durante 3 semanas, no pico da safra de cucurbitáceas, ocasionando prejuízo aos produtores, já que grande parte dos cultivos são da abóbora coreanita, muito apreciada na Argentina, mas que não tem mercado do Brasil.

Providências:

- 1) Publicação da nova IN de SMR de *Anastrepha grandis*, até dois meses antes do início dos registros de propriedades e inscrições de UPs, ou seja, fevereiro ou março / 2011, para que haja tempo hábil para as partes envolvidas se ajustarem às novas regras. O projeto de IN está atualmente em fase de ajustes pela DPCP, atendendo à solicitação da CONJUR.
- 2) Implantação de um programa informatizado para controle do SMR, antes do início da próxima temporada de exportação. Já foi feito o mapeamento do processo pela CGPLAN, em conjunto com a DPCP. A SDA submeteu a demanda à CGTI, que propôs a utilização do sistema SIPE, que necessita, entretanto, passar por alguns ajustes, de forma a atender plenamente à nossa demanda.
- 3) Sensibilizar o DSV quanto a obter compromisso do SENASA - Argentina, no sentido de modernização de seu sistema de informática, a fim de que não voltem a se repetir suspensões na emissão de AFIDIs, como a que ocorreu nesta safra.

Análise Qualitativa/Indicadores de Desempenho:

Foram exportadas em 2010, a partir do Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis* dos municípios de Paracatu e Manga, 1.905,70 toneladas de abóboras e melancias, sendo 1.144,70 toneladas para a Argentina e 761 toneladas para o Uruguai. O SSV supervisionou todo o processo de cadastramento de produtores e unidades, monitoramento da praga e certificação de origem, não tendo sido constatadas irregularidades.

Melhores preços oferecidos no mercado doméstico frearam as exportações. Além disso, o SENASA – Argentina deixou de emitir Autorizações Fitossanitárias de Exportação durante mais de 3 semanas, no pico da safra, alegando problemas com seu sistema de informática. Isso limitou ainda mais a quantidade de cucurbitáceas exportadas e provocou prejuízo aos produtores, já que grande parte da produção não exportada é da abóbora chamada “coreanita”, que não tem mercado no Brasil.

A análise quantitativa do indicador Área Controlada contém distorções, uma vez que o tamanho da área controlada depende única e exclusivamente da iniciativa dos produtores, em função das condições dos mercados argentino e uruguai. A mosca sul-americana das cucurbitáceas (*Anastrepha grandis*) é uma praga secundária nas nossas condições, está amplamente distribuída nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, e não é considerada praga quarentenária para o Brasil. Portanto, o SSV atua no controle da área efetivamente registrada para exportação, com objetivo único de atender às exigências do país importador. Essa área, como citado anteriormente, depende exclusivamente da vontade dos produtores.

Entendemos que um indicador mais adequado seria a conformidade fitossanitária nas exportações, como estamos propondo no Plano de Operativo 2011: $CF = 1 - \frac{PR}{PC}$,

onde CF = conformidade fitossanitária nas exportações; PR = partidas internalizadas; PC = nº partidas certificadas.

Nas supervisões realizadas em 2009, não houve inconformidades que pudessem afetar de maneira significativa a segurança fitossanitária do SMR.

O mesmo argumento exposto acima justifica nosso ponto de vista de que o cumprimento de metas quantitativas de supervisões e certificações ficam condicionadas ao número de produtores registrados e tamanho das áreas das unidades de produção inscritas no SMR. Ou seja, quanto maior o número de UPs inscritas, maior a necessidade de supervisões. Já o número de certificados fitossanitários emitidos depende ainda dos preços praticados no mercado argentino na época da colheita, que é quando se define o volume a ser exportado.

SUB-AÇÃO: EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Finalidade: Conscientizar e promover mudança de comportamento dos integrantes das cadeias produtivas dos produtos agrícolas quanto ao cumprimento da Legislação Sanitária Vegetal.

Metas Físicas/Eficácia:

Meta	Unid.	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Elaboração de projeto educativo para prevenção e controle do Greening.	UM	1	1	100,00	Supervisionar execução do Projeto Educativo para Prevenção e Controle do Greening. 12
Elaboração de diagnósticos geral e educativo.	UM	3	3	100,00	Supervisionar execução do Projeto Educativo para Prevenção e Controle do <i>Meloidogyne paranaensis</i> . 1
Planejamento das ações.	UM	1	1	100,00	Confeccionar material educativo para ser utilizado nas atividades dos projetos educativos. 1
Execução das atividades educativas.	UM	12	11	91,67	
Avaliação; retroalimentação.	UM	12	3	25,00	

Efetividade/Resultados:

Principais problemas: O IMA não previu em seu planejamento interno metas específicas para os escritórios seccionais (ESECs), quanto à execução das atividades no âmbito do projeto educativo para prevenção e controle do HLB. Essas atividades ficaram atreladas a outras metas, como inspeção de pomares de citros, o que limitou a ação dos fiscais do IMA.

Providências: Garantir que o IMA, como Instância Intermediária do SUASA e principal executor das atividades de educação sanitária no Estado, insira em seu planejamento metas específicas para os projetos educativos, uma vez que os servidores do IMA trabalham estritamente dentro dos parâmetros estabelecidos em seu planejamento.

Análise Qualitativa/Indicadores de Desempenho: De acordo com o Projeto, estavam programadas para os seis municípios foco da Coordenadoria Regional (CR) do IMA em Passos, além da CR de Campanha, 13 reuniões, 8 palestras e 117 visitas técnicas. Verificamos que foram realizadas: reuniões técnicas: nenhuma; palestras: 4; visitas técnicas: 7.

Em supervisão para avaliação do projeto, realizada nos municípios abrangidos pelas CRs de Passos e de Varginha, verificamos que o HLB já é assunto conhecido por grande parte dos produtores entrevistados, variando o grau de entendimento a respeito do perigo representado pela praga, seus sintomas, disseminação, medidas de controle e exigências legais. Apesar do pequeno número de atividades efetivamente desenvolvidas pelo IMA, verificamos que alguns produtores participaram de outras atividades desenvolvidas por entidades como a Fundecitrus.

Alguns produtores, embora afirmassem já ter ouvido falar do greening, não tinham a mínima idéia a respeito de sintomas, controle e exigências legais. Regra geral, os relatórios previstos na IN 53 não estão sendo enviados ao IMA, que por sua vez parece não estar fiscalizando a aplicação da norma. Os municípios de Campanha e Frutal continuam sendo motivos de maior preocupação, pelo grande número e pela diversidade de perfis de produtores, além de serem polos citrícolas no Estado.

Embora não tenha sido possível supervisionar as atividades desenvolvidas em Frutal, sabemos que foi realizada apenas uma palestra, muito pouco, considerando que o município é um dos mais importantes polos citrícolas do Estado.

De maneira geral, não foi realizado nenhum trabalho para atingir os produtores não comerciais de citros, que são fonte de grande preocupação, pois eles não têm acesso à assistência técnica e não são fiscalizados. É bastante provável, portanto, que nesses pomares as mudas sejam de origem duvidosa e que não haja nenhum controle do vetor Diaphorina citri. Havendo a presença de HLB, as plantas contaminadas servirão como fonte de inóculo durante muito tempo, já que, sem a informação a respeito da praga e sem a presença da fiscalização, os proprietários não irão promover o arranque dessas plantas.

Constatamos também que não foram feitas gestões junto às autoridades no sentido de estabelecer programas de substituição de plantas de murta na arborização urbana por outras plantas não hospedeiras do HLB.

Somos favoráveis, ao invés de estender o trabalho para a totalidade das regiões Sul, Sudoeste e Triângulo Mineiro em 2011, a incluir somente a área perifocal, além de dar continuidade aos trabalhos nos municípios com foco de greening. Para 2012, sendo estabelecidas, por parte do IMA, metas específicas para o projeto do greening, então ampliaremos as atividades para a totalidade das regiões, deixando para 2013 e 2014 o restante do Estado.

Nossa proposta para um indicador de desempenho é:

$R = \frac{A}{PA} \times 100$, sendo: R = índice de sucesso na indução do comportamento esperado;
PA

A = n.º de pessoas do público alvo trabalhado que efetivamente adotaram o comportamento esperado; PA = público alvo efetivamente trabalhado.

O desempenho financeiro de outras atividades desenvolvidas pela SFA/MG encontram-se abaixo e foram retiradas do SIAFI Gerencial.

- O PI AGE – Implantação do Processo de Gestão Estratégica teve como despesa liquidada o valor de R\$ 13.215,13, referente às despesas de passagens e diárias, de servidores da SFA/MG para participação em eventos promovidos pela Assessoria de Gestão Estratégica.
- O PI ATIVOS – Remuneração de Pessoal Civil Ativo teve como despesa liquidada o valor de R\$ 15.915,11.
- O PI CAPACITA – Curso Servidores Públicos teve como despesa liquidada o valor de R\$ 126.183,15 e refere-se às ações de capacitação.

- O PI MANUTGM2 – Administração da Unidade teve como despesa liquidada o valor de R\$ 228,02 e refere-se ao apoio de ações da Secretaria de Comunicação Social do MAPA no município de Patrocínio/MG.
- O PI ADMSEDE 1 – Atender Despesas com Manutenção teve como despesa liquidada o valor de R\$ 838,24 e refere-se à participação de servidor da SFA/MG em Curso do SIAFI Gerencial, promovido pela CGPLAN.
- O PI MANUTCRH1 – Administração da Unidade teve como despesa liquidada o valor de R\$ 2.050,60 e refere-se a treinamento de servidores do Sistema SRH - Sistema Web, junto à Coordenação Geral de Apoio a Pessoas/MAPA.
- O PI ERPCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças teve como despesa liquidada o valor de R\$ 37.251,77 com o intuito de complementar os compromissos das despesas da Unidade, em virtude da insuficiência do limite orçamentário para manutenção da Sede, recebidos no PI – MANUTSFAS.
- O PI ERPCEVEGETAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais teve como despesa liquidada o valor de R\$ 1.861.982,20, no elemento de despesa 449052 (Investimento). A SDA descentralizou recurso à SFA/MG para modernizar a sua frota de veículos. A Superintendência deliberou com as Divisões, para a distribuição de 34 carros para o SSV, Serviços e Unidades Regionais.
- O PI INATPENS – Pagamento de Aposentadoria e Pensões teve como despesa liquidada o valor de R\$ 116.091,44.
- O PI SEAP (PTRES: 023908) teve como despesa liquidada o valor de R\$ 8.915,70. A ação é do Ministério da Pesca e Aquicultura, mas o valor é para resarcimento das despesas fixas da SFA/MG.
- O PI SEAP (PTRES: 023902) teve como despesa liquidada o valor de R\$ 191.267,36. A ação é do Ministério da Pesca e Aquicultura, mas o valor é para resarcimento das despesas fixas da SFA/MG.
- O PI LABANIMAL – Operação do Sistema Laboratorial Animal teve como despesa liquidada o valor de R\$ 71.954,00. A ação é do LANAGRO, mas o valor é para resarcimento das despesas fixas da SFA/MG.
- O PI LAVEGETAL – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal teve como despesa liquidada o valor de R\$ 150.999,79. A ação é do LANAGRO, mas o valor é para resarcimento das despesas fixas da SFA/MG.